

## **Assembleia Municipal da Guarda**

### **Ata**

#### **Sessão Ordinária de Quinze de Abril de Dois Mil e Dezanove**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: ----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos iniciar a sessão de hoje. Eu vou começar por dar conhecimento das substituições. Temos quórum para começar, portanto, não há problema quanto a isso. Relativamente ao Grupo Municipal do PSD, falta Ana Maria Rodrigues de Almeida Rocha que vai ser substituída por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta Luís António do Couto Paula, que vai ser substituído por João Manuel do Rosário Bandurra; falta Sabina Mónica Soares Duarte, que é substituída por António José Jorge Terras. Do Grupo Municipal do PS, falta Paulisa Dóris dos Santos Marques D’Assunção, é substituída por Emanuel de Almeida Proença Barata. Do Grupo Municipal do CDS, falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Lopes Silva, é substituída por José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia, falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta, também, o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. Temos, também, para aprovação, a ata da última reunião de 25 de fevereiro de 2019. Eu pergunto se alguém, genericamente, alguém vota contra? Alguém se abstém?” -----

**-Resultado da votação da ata do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezanove.-**  
- Aprovada, por unanimidade, sessenta e nove votos a favor. -----

**- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu gostava só de dar aqui dois ou três esclarecimentos, relativamente a um assunto que eu, entretanto, discuti com os Líderes Parlamentares que tinha convocado para uma reunião e que tem a ver com a suspensão de mandato do Dr. Álvaro Amaro, como todos já sabem e é do conhecimento público. Como sabem, o Dr. Álvaro Amaro é candidato às Europeias e, por efeito da Lei, com a entrada da lista no Tribunal Constitucional, há uma suspensão automática de funções. Portanto, não depende da vontade do próprio, mas sim da Lei. A própria Lei manda suspender automaticamente as funções. Isso aconteceu porque o PSD entregou as listas no dia 10. Tínhamos tudo acertado e tudo combinado para a Assembleia decorrer hoje, como está a acontecer, no dia 15, de forma a que o Dr. Álvaro Amaro pudesse ainda estar presente na Assembleia. Mas, como o PSD antecipou a entrega das listas para o dia 10, ele hoje não poderá estar presente no exercício pleno das suas funções uma vez que está com as funções suspensas. Posto isto e porque entendemos que o Dr. Álvaro Amaro deveria dar uma palavrinha de despedida ao Órgão máximo concelhio e que representa os cidadãos da Guarda, que é a Assembleia, pensámos na melhor forma de ele o poder fazer. Devo dizer-vos que pensei muito nisto. Aliás, acho que não fiz outra coisa nos últimos dias que foi na melhor forma de o Dr. Álvaro Amaro poder estar aqui connosco e dar-nos duas ou três palavrinhas de despedida, que é isso que vai acontecer.

Portanto, aquilo que ele vem aqui fazer é apenas dirigir umas palavras de agradecimento e de despedida ao órgão com o qual trabalhou durante seis anos. Eu convoquei os Líderes Parlamentares, discutimos este assunto. Havia várias opiniões. Os Grupos fizeram-me chegar, à exceção do CDS que não me fez chegar, tal como tínhamos combinado na reunião, mas todos os outros me fizeram chegar as posições deles quanto à possibilidade de o Dr. Álvaro Amaro estar aqui a dirigir-vos umas palavras. Obviamente, em termos de figura regimentar, não tínhamos uma figura regimental que encaixasse a possibilidade de um ex-Presidente, continua a ser Presidente com funções suspensas, poder vir aqui ao Órgão dirigir-se à Assembleia. Isso, para mim, também não seria grande problema uma vez que eu entendo que o Presidente da Assembleia tem legitimidade para convidar quem entender para vir à Assembleia prestar esclarecimentos, dirigir umas palavras. E, portanto, isso, para mim, não seria problema. Equacionei várias soluções e, dessas soluções, todas elas tinham prós e contras. Mas acabei por decidir ontem, acabei por decidir ontem que, e em sintonia também com a vontade do Dr. Álvaro Amaro, que ele viria aqui, agora, no início da Assembleia, naquilo que nós designamos pelo Período do Público. E, portanto, aí, ele tem toda a legitimidade para vir a este Órgão e dirigir-vos umas palavrinhas de despedida. E, por isso, é o que vai acontecer agora. Eu vou pedir ao Dr. Álvaro Amaro que entre, por favor, e irá dirigir-se... sim, faz favor... Henrique, esse assunto está ultrapassado até porque vocês ficaram de me fazer chegar, não fizeram nada, portanto, eu decidi, está decidido. O senhor Dr. Álvaro Amaro vai falar agora. Sim, tudo bem. Senhor Dr., bom dia. Seja bem-vindo, faz favor.” -----

- **Dr. Álvaro dos Santos Amaro:** “Muito bom dia Senhora Presidente e restante Mesa, a todo o Executivo, senhor Presidente e senhora Vereadora, restantes Vereadores, Líderes Parlamentares, senhoras e senhores Deputados, funcionários dirigentes desta Câmara e aos presentes. A primeira palavra, senhora Presidente, para lhe agradecer o facto de ter sido possível fazermos uma antecipação, se eu posso dizer assim, ainda que, naturalmente, no quadro legal, a Assembleia Municipal ordinária do mês de abril pode decorrer de 1 a 30 de abril, mas como é sabido e normalmente ocorre pelos finais do mês. Quando fui confrontado com a situação que todos conhecem, que muito me honra e espero que também possa honrar, mesmo os que discordam, à Guarda e não vou tecer nenhuma consideração, naturalmente, em relação a isso. Obrigado, porque quando lhe solicitei que gostaria que fosse antes do tal tempo, atendendo a que era meu desejo estar aqui no uso dos meus plenos poderes, eis senão quando, como tive oportunidade de lhe explicar na carta que lhe enderecei, fomos confrontados com esta situação, que eu desconhecia e para a qual não tinha sido alertado, de que, logo que se apresente uma lista nesta circunstâncias, a expressão foi esta, nunca me senti desta maneira, cada um se constitui como autoridade eleitoral e, por isso, não precisava eu, sequer, como aliás não precisei, senão comunicar à Câmara de que eu não tenho nenhuma figura. Estou automaticamente suspenso das minhas funções, o que ocorreu a partir do 11, salvo erro, 10 ou 11. E, por isso, não podendo estar no pleno uso das minhas funções, ainda assim decidi e agradeço-lhe também a compreensão, senhora Presidente, de não querendo ter nenhuma prerrogativa especial mas poder, com a vossa compreensão, roubar-vos alguns minutos neste período que é dedicado ao público e que é aquilo que sempre fui e que humildemente nunca deixarei de ser. As circunstâncias da vida às vezes

conduzem-nos, aliás era o John Kennedy que dizia que o acaso é a lei da vida e que nesta lei da vida isso permite-me, como tenho dito nestas últimas semanas, e queria por isso dizê-lo, provavelmente, a última vez nesta Assembleia Municipal, talvez sim, talvez não, no fundo, eu estou na hora em que cada um dos cidadãos o pode fazer e, por isso, se eu alguma vez o tiver que fazer em nome da Guarda, nunca deixarei de o fazer neste fórum, no maior e mais representativo Órgão Autárquico, como não deixarei de o fazer onde quer que eu esteja, ou esteja eu onde estiver, que era no fundo aquilo que eu sempre disse. E esta é a minha palavra, senhora Presidente, senhoras e senhores Deputados, é que, na pluralidade das opiniões, na divergência, disse-o algumas vezes e eu queria repeti-lo hoje, é isso que enriquece a democracia. Nunca, por nunca, devemos nem abandonar as nossas convicções naturalmente, até as nossas ideologias ainda que, muitas vezes, e na política autárquica julgo que o sabemos todos, eu hoje posso dizer-vos com plena propriedade, na política autárquica então e diz o povo também e reconhece-o mesmo, que é mesmo daqueles momentos em que cada um de nós é capaz de sacrificar muito da ideologia, aqui e ali, porque não, algumas das suas convicções em nome do interesse maior. Acreditem que foi sempre isso que norteou a minha, a nossa ação. Acredito também que muitos guardenses achem que assim foi e outros, naturalmente, democraticamente, achem que assim não foi. Uma coisa eu quero assegurar-vos. Entreguei-me a esta causa de alma e coração e com a paixão com que cada e uma e cada um de vós, aqui na Assembleia Municipal, no Executivo, no passado como no presente e seguramente no futuro, o faz e o deve continuar a fazer. E repito, nada daquilo que nos possa dividir é maior do que aquilo que, em cada momento, nos deve unir. E, nessa circunstância, senhora Presidente, queria repetir, perante todos, que eu nunca deixarei, aliás ouvi recentemente alguém que, ideologicamente muito afastado das minhas convicções, dizia que quando se é Presidente da Câmara continua sempre Presidente, ou da Assembleia Municipal, não sei. Ou seja, quero com isto dizer que o poder autárquico e garanto-vos, posso afirmá-lo com conhecimento de causa, sempre tive essa honra para mim, é de longe aquele que muitas vezes não é olhado com a verdadeira importância que ele merece. Muitas vezes. Tempos houve e tive oportunidade, ao longo da minha vida, de acompanhar isso porque eu nasci tecnicamente no poder local e afinal de contas, muitas vezes, na nossa democracia, se fizerem uma retrospectiva história, verificarão que já houve momentos em que os Autarcas eram, todos eles, os Autarcas de Freguesia, os Autarcas dos Municípios e das Assembleias Municipais, bom, parecia-nos um poder menor. Depois, o poder local conquistou o seu espaço e eu antevejo, posso estar enganado, que o futuro é risonho nesse plano. Ou seja, que o poder local, independentemente de reorganizações administrativas, de reformas do estado, o poder local continuará na linha da nossa grande tradição histórica muito municipalista, continuará a ter um papel de grande relevo. E eu espero, sinceramente, que a democracia e a política nunca deixe de lhe atribuir este reconhecimento. Sinceramente. Mas, senhora Presidente, se alguma coisa nós aqui, nesta Assembleia Municipal, durante os que estão hoje, os que estiveram no mandato anterior, os que estiveram em ambos, sabem bem que daquela cadeira eu sempre manifestei as minhas convicções, sempre em nome de uma equipa, de um Executivo, foi sempre esse o meu caminho. Disse-o, quando cheguei à Guarda, e digo-o

quando saio da Guarda. Ai daquele que se julga um messias para qualquer coisa ou que, ungido de qualquer bênção, pode, só por si, resolver o que quer que seja. Nunca tive essa pretensão, nunca tive esse desejo, mas sim o da partilha e do apelo à cooperação. Repito, respeitando as diferenças, assumindo as divergências, sempre tendo em vista que isso, mais uma vez o digo, enriquece a democracia autárquica como um grande baluarte para aquilo que é a construção, cada vez melhor e cada vez maior, se eu posso dizer assim, do nosso regime democrático. Sempre me pautei por isso, por essa via. É claro que as diferenças de pensamento, as diferenças ideológicas que também estiveram sempre presentes, creio poder dizê-lo, creio, sinceramente, que nunca por nunca deixaram, pelo menos, perante mim, de me nortear, até me influenciar para cada dia, a cada passo, podermos introduzir alguma melhoria ou, porque não dizê-lo, alterar até algumas das coisas em que tínhamos pensado. Posso afirmar-vos isso com profunda convicção, porque essa é rigorosamente a verdade. A verdade não é um dom universal. E então a verdade, na política, não o é seguramente. E estes quarenta anos têm-nos ensinado isso, quer no poder político central, quer no poder político local. Senhora Presidente, minhas amigas e meus amigos, permitam-me este trato, o caminho nunca está feito e o juízo sobre o que se fez, democraticamente, cabe a cada uma e a cada um de nós e a cada uma e a cada um de todos quantos aqui representam. Por isso, não me quero sujeitar a ele. Estarei sempre sujeito a ele. Responsavelmente, sujeito a ele. Sempre e em toda a circunstância. O que mais me importa hoje, não sei se na hora da despedida, como diz a balada, o que mais me importa hoje, sendo que, se tal acontecer, acredite, senhora Presidente, que eu posso estar ausente, mas estarei sempre presente, como aliás aconteceu sempre. Nós nunca precisamos de estar sempre presentes para dizermos que estamos presentes e esse continuará a ser o meu caminho. Tive oportunidade de o dizer aos meus colegas do Executivo, como quero hoje dizer-vos também a todos vós. Esteja onde eu estiver, eu estarei sempre à disposição da Guarda. É aquilo que eu posso devolver com a gratidão, o sentimento com que eu sinto que fui recebido. Repito, respeitando as diferenças. E, por isso, é o mínimo que eu posso fazer. Quero agradecer, por isso, em cada uma e em cada um de vós, à Guarda. Quero, em cada uma e em cada um de vós, dizer à Guarda que podem continuar a contar comigo naquilo que, humildemente, eu poder ser útil. Mas, senhora Presidente, não resisto e peço-vos que compreendam, sem que vos deixe nenhum encargo de nenhum tipo, mas permitam-me um desabafo. Um desabafo que tem que ver com aquilo que eu sinto desta grande cidade. Há problemas estruturais da nossa sociedade que a Guarda, só por si, jamais resolverá. Hoje, ainda hoje a caminho ouvia a entrevista do ex-Chefe de Estado que dizia que Portugal, seja isolado, seja no quadro europeu se quiserem, tem que, de uma vez por todas, pensar numa grande política de natalidade. Nós sabemos que há um problema da demografia. Nós sabemos que há um problema do Interior. Nós sabemos que as perspectivas do futuro, dizem as instâncias internacionais, são calamitosas para Portugal. Ou nós em Portugal, não apenas sozinhos, não apenas nós, temos condições para alterar esta trajetória, ou então, todos bem o sabemos, o País se tornará mais injusto. Mas, senhora Presidente, minhas amigas e meus amigos, há três projetos estruturantes e deixo apenas estas ideias em síntese, daquilo eu tenho andado a falar. É tudo muito importante, sabemos-lo bem, desde a Freguesia mais pequena,

naturalmente à Freguesia maior, à cidade. Obviamente que é tudo importante. Será tudo importante na vossa ocupação política, tenho a certeza, quer do Executivo, quer da Bancada da CDU, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista, do CDS-PP e, naturalmente, do PSD. Tenho a certeza disso, será tudo importante. E alimentem a discussão disso à volta do que é importante. Mas há três projetos que a Guarda não pode perder, caso contrário pior será o futuro da Guarda. Se pior for o tal futuro do equilíbrio do País, cuja alteração de paradigma e de trajetória tem de se dar. Mas isso, cada uma e cada um de nós continuaremos a fazer o que estiver ao nosso alcance. Mas, senhora Presidente, a Guarda não pode perder o grande centro ferroviário que aqui vai nascer, com a requalificação urbana que se impõem também com isso. É talvez o grande projeto das próximas décadas. A Guarda, a economia da Guarda, a economia regional, o País e eu quando estou a dizer isto, sinceramente, não pensem que o estou a dizer pelo todo e tanto empenho que eu tive, que todos tivemos, que cada uma e cada um teve, cada um à sua maneira. Partilhem isso, mas não percam isso. Não percam isso. A economia do País deve isso à Guarda. A economia da região deve isso à Guarda. A Guarda tem que estar atenta, para não perder isto. É o incremento económico talvez mais importante das próximas décadas. Se o futuro da economia passa, e passa, pela ferrovia, aqui estamos nós como a grande capital da ferrovia. O segundo estruturante, também a avaliar pelos números que estão aí, muito preocupantes, disse-o aqui mais do que uma vez e queria, na hora da despedida, voltar a frisá-lo. Um desafio de toda a sociedade. Chama-se tornar o Município da Guarda cada vez mais competitivo na educação. Se a Guarda perde, se porventura perder nos próximos cinco anos, os novecentos alunos no sistema de ensino, é um desastre para a Guarda. Mas se isto acontece para a Guarda, infelizmente, infelizmente, repito, acontecerá para muitos pior, por ventura, infelizmente para Municípios vizinhos. A Guarda tem que criar condições para essa capacidade de absorção de todos aqueles que, porventura, vão perder a possibilidade. Peço a Deus e aos Anjos que não. Eu não sou dos que penso que com o mal dos outros podemos nós bem. Eu nunca fui dos que pensei que, em matéria de saúde, que é o projeto que se associa à educação, o que fosse bom para a Covilhã era mau para a Guarda. Nunca. Disse-o e escrevi-o. Nós temos que aproveitar as condições, chamem-lhe o que quiserem, no domínio da saúde. Não vou dizer mais sobre isso. Mas, na verdade, nós estamos numa posição estratégica para, em associação, podermos ter um papel ainda mais relevante no domínio da saúde. Mas muito mais estratégico na questão da educação. Não é apenas porque a educação é o pilar fundamental do desenvolvimento da sociedade. Só por si isto já é importante para todas as Vilas e Cidades, mas é porque no caso concreto da Guarda, e repito, não conheço dos outros, mas a avaliar por isto, estamos perante um eminente desastre da sociedade. Façam-vos, por isso, esse... perdoem-me, não é nenhum apelo, é apenas o meu desabafo. E esse não é apenas dependente do poder central. É dependente da Guarda. Terceiro e último, que não sendo estruturante, creio poder dizer que é marcante. E com tudo o que ele, ganhe-se ou não se ganhe, pode transportar. A candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura. Sei bem da ambição que transporta esse projeto. Todos sabem bem que é um projeto que nos mobiliza a todos, e eu digo nos, porque esteja onde eu estiver continuarei a sentir-me mobilizado. E qualquer que seja o resultado final em 2021,

ninguém deve ficar excluído dos louros da vitória, ou dos lamentos da não vitória. Eu não gosto da palavra derrota. Porque, como disse, mesmo que a Guarda não ganhe e deve continuar a lutar por isso, toda a Guarda, não apenas o Executivo, mesmo que não vença já ganhou. Mas deve continuar a ganhar, sem que ninguém se exclua. É por isso um projeto mobilizador, ambicioso. E, meus amigos, é de mobilização e de ambição que eu vos vim falar. E queria terminar... um dia Churchill disse, e dizia que disso tinha a certeza, é que se travarmos uma luta entre o passado e o presente haveremos de verificar que perdemos o futuro. E eu, citando o Churchill, direi, deixemo-nos de travar lutas entre o passado e o presente. Caso contrário, mais tarde, iríamos verificar que tínhamos perdido o futuro. É pelo futuro que eu vos desejo a si, na sua pessoa, senhora Presidente e no senhor Presidente, não sei se se diz Presidente em exercício, mas eu tiro o exercício porque estamos sempre em exercício em todo o Executivo, nos Líderes Parlamentares e em todos vós eleitos, sejam nas Freguesias seja para a Assembleia Municipal, desejar-vos, do fundo do coração, os maiores sucessos para a Guarda. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Presidente. Bom, posto isto, passemos então à apresentação das Moções. Também ficou acordado, na última Assembleia, que teríamos um tempo de leitura para os documentos apresentados. Isso já está definido e acordado com os Líderes Parlamentares. Iremos proceder à leitura por ordem dos Grupos Parlamentares que entregaram os diversos documentos e a leitura será feita de uma forma seguida, portanto, sequencial e, após a leitura dos documentos desse Grupo, faremos a discussão dos mesmos e a votação daqueles que sejam de votar. Esta é a forma mais simples que nós encontramos porque informaticamente não conseguimos fazer de outra forma. E, portanto, cada Grupo vai ter seis minutos para fazer a leitura e depois, a seguir, fazemos a discussão dos documentos. O tempo de discussão, obviamente, já conta para o Período de Antes da Ordem do Dia. Tenham isso em atenção. Tentem ser sintéticos porque têm seis minutos para ler os documentos entregues e por isso terão que acelerar. Eu começava, então, pela CDU que apresentou uma Moção pelo direito das populações do Interior ao Transporte Público mais barato e acessível, outra Moção pelo direito das populações do Interior à Saúde, uma Moção viva o 25 de abril e, é só, da CDU. Portanto, senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” ----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu não sei se vou conseguir dizer tudo em seis minutos, mas pronto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se não conseguir, fica a meio.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, eu vou começar. O 25 de abril é depois ao fim, se não, depois engano a senhora Presidente e leio as Moções, a seguir, noutra sítio qualquer. Pronto. Pelo direito das populações do Interior ao transporte público mais barato e acessível. A consagração de um programa dirigido à redução tarifária na Lei do Orçamento de Estado de 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso de transporte público, mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos. Por isso, propôs-

se como preço máximo do passe social, seja qual for a forma concreta deste tipo de transporte, 40 euros no âmbito da Comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada Município como um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família. A CDU orgulha-se de, com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas, também, desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita, bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida; Considerando que, para lá das verbas inscritas no PART que carecem de reforço no futuro próximo, os Municípios podem e devem considerar a afetação de meios, não só à redução do tarifário, como ao alargamento da oferta; Assim, a Assembleia Municipal da Guarda delibera: Incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu Município e no da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respetivamente de 30 e 40 euros; Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos; Intervir, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, para que as deslocações em linha, que envolvam o território de Comunidades contíguas, tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido; Exigir da Câmara Municipal da Guarda que proceda, no âmbito cada aplicação do PART, e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ao aumento da oferta disponível; Exigir da Administração Central, e do Governo em particular, as medidas que visem consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; reforçar a oferta ferroviária no imediato, pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante e, a médio prazo, pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede. -----

Viva o 25 de abril. Em 2019, os trabalhadores e o povo português comemoram o 45.º aniversário da Revolução de Abril, desencadeada no seguimento do heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, logo seguido de um levantamento popular, realizou profundas transformações democráticas,

políticas, económicas, sociais e culturais e constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal. Conseguimos com ela avanços e conquistas que, dando resposta a problemas urgentes dos trabalhadores e do povo, estão, contudo, aquém daquilo que seria necessário e possível. Comemoraremos Abril lutando por uma democracia política, baseada na soberania popular, no pluralismo de opinião e organização política, nas liberdades individuais e coletivas, na intervenção e participação direta do povo na vida política e na fiscalização e prestação de contas do exercício do poder. Comemoraremos Abril lutando por uma democracia económica baseada na subordinação do poder económico ao poder político democrático, assente na propriedade social dos sectores básicos e estratégicos da economia, bem como dos principais recursos naturais, que devem ser o motor e a alavanca fundamental de um projeto de desenvolvimento económico com o Estado a ter o papel essencial e dinamizador com investimento público nas atividades económicas, que defenda e promova a produção nacional, substituindo importações e garantindo a soberania alimentar e energética e o emprego com direitos. Comemoraremos Abril lutando por uma democracia social baseada na garantia efetiva dos direitos dos trabalhadores, no direito ao trabalho e à sua justa remuneração, em dignas condições de vida e de trabalho, reclamando a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, particularmente na educação e na saúde, e por um sistema de segurança social, público e universal. Comemoraremos Abril lutando por uma democracia cultural baseada no efetivo acesso das massas populares à criação e fruição da cultura e na liberdade e apoio à fruição cultural. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 15 de abril de 2019, apela a todos os democratas e patriotas, aos que repudiam a exploração e a opressão, para que, com a sua vontade, a sua voz e a sua luta, afirmem e projetem os valores de Abril no futuro de Portugal. -----

Pelos direitos das populações...” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Tem 15 segundos senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Mais meio minuto. Portanto, eu aqui, é assim: Foram e têm sido as opções políticas dos governos da política de direita responsáveis pela situação que se vive atualmente no Serviço Nacional de Saúde já que o desacreditam, fragilizam e fazem definhar os cuidados de saúde grátis, gerais...” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Tem que terminar.”

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “... universais e...” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Terminou o seu tempo, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, viva o Serviço Nacional de Saúde. Disse.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Algum dos senhores Deputados quer fazer alguma intervenção? Não? Senhor

Deputado Marco Loureiro. Votamos já? Quer fazer uma intervenção? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Cumprimento a Mesa, os senhores Vereadores e Vereadora, cumprimento os colegas Deputados, o público aqui presente, os funcionários da Autarquia, comunicação social, bom dia a todos. Para dizer que, relativamente à Moção da CDU, sobre o 25 de Abril, dizer apenas que, por princípio, todos, naturalmente, nos congratulamos com as celebrações do 25 de Abril pelo que a data nos traz à memória. Uma ação concertada de um conjunto de pessoas que, não obstante terem sobre a política visões diferentes, se uniram para derrubar um regime que lhe vinha a roubar os sonhos. E, portanto, para nós Abril é essencialmente sinónimo de liberdade de pensamento, de expressão, de discussão e troca de ideias e de argumentos no espaço público. Mas Abril, sendo sinónimo de liberdade, não é sinónimo de coletivismo ou de comunismo e, por isso, não poderemos acompanhar a CDU nesta Moção que dá à celebração uma carga ideológica que, de todo, não lhe reconhecemos. Porém, tratando-se de uma Moção com uma forte carga ideológica, o Grupo Parlamentar decidiu dar, a cada um dos Deputados, liberdade de voto. Obrigado.”

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém quer fazer alguma intervenção? Não? Passamos, então, à votação. Moção da CDU pelo direito das populações do Interior ao transporte público mais barato e acessível.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
- **Pelo direito das populações do Interior ao transporte público mais barato e acessível**  
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e dez abstenções. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Pelo direito das populações do Interior à Saúde** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Viva o 25 de Abril** -----  
- Aprovada, por maioria, com sessenta e dois votos a favor e sete abstenções. -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretario da Mesa da Assembleia:** “Senhor Deputado Marco Loureiro. Senhor Deputado Henrique, quer fazer uma Declaração de Voto? Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que, quanto à Moção dos transportes, abstivemo-nos. Por um lado pela forte carga ideológica que a mesma contém e porque antes da redução no valor dos passes, eu acho que nós precisamos, e temos que reclamar, é transportes públicos. Obrigado.” -----

- **António Fernandes, Secretario da Mesa da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, pode apresentar. Seis minutos na mesma, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhor Presidente, queria um ponto à ordem. Atendendo que não está a senhora Presidente da Mesa, mas terei que me dirigir a quem a está a substituir. Atendendo a que Ordem de Trabalhos começava às 10h30 e atendendo àquilo que se passou aqui, aparenta-me ser mais que justo, antes destes meus seis minutos terem início, que a posição do Bloco de Esquerda, que foi escrita a pedido dessa reunião de Líderes e que não foi lida pela senhora Presidente, possa agora ser lida por mim. Porque acho que é um tratamento de igualdade para que toda a gente perceba a posição do Bloco de Esquerda, relativamente à opressão do ex-Presidente em funções, Dr. Álvaro Amaro.” -----

- **António Fernandes, Secretario da Mesa da Assembleia:** “Se eu bem entendo, o senhor deputado quer ler a carta que enviou à senhora Presidente. Eu remetia isso para a decisão da Mesa quando a senhora Presidente estiver presente.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Certo. Então, sem mais demoras, muito bom dia a todos. Passo então à leitura atendendo que estas Moções foram disponibilizadas antecipadamente na plataforma. Todos tiveram acesso. Por isso, vou resumidamente indo à leitura dos pontos para aprovação. Moção medidas de proteção das populações de abelhas. Atendendo à conhecida vespa velutina, mais conhecida por vespa asiática, e ao perigo de ela mesmo, propomos o seguinte. A presente proposta recomenda a implementação de um conjunto de medidas de proteção das populações de abelhas, nomeadamente com companhas próprias para a proteção das abelhas e para os riscos e comportamentos perante a vespa velutina. A assembleia Municipal da Guarda, na sessão ordinária de 15 de abril de 2019, delibera o seguinte: 1. a criação e promoção de uma campanha de sensibilização para a proteção da população de abelhas nomeadamente programas de educação ambiental; 2. promoção de uma campanha de informação sobre a Vespa velutina, mais conhecida como vespa asiática, sobre os riscos associados e os comportamentos a adotar sempre que são detetados novos ninhos; 3. proceder ao envio desta Moção para a Associação de Apicultores do Parque Nacional da Serra da Estrela, Associação de Apicultores da Serra da Malcata, Federação Nacional dos Apicultores de Portugal e ao Núcleo Regional da Guarda da Quercus. -----

Moção contra novas explorações de lítio. É de conhecimento geral, e já chegou também por parte dos órgãos de comunicação social, que existem pretensões de uma empresa Australiana que está interessada em áreas identificadas de potencial para exploração de lítio aqui na nossa zona. E, por isso, passo a citar a posição. Várias regiões do País, nomeadamente os seus habitantes e até Autarcas, estão a combater a vontade destas empresas de destruírem o seu património natural e histórico, lutando pela saúde dos seus habitantes, como é o caso da Serra da Argemela, no distrito de Castelo Branco, ou de Boticas, em Vila Real. Pelo exposto, e a tudo o que está atrás da Moção, que tiveram tempo para se debruçarem na sua leitura e interpretação, pelo exposto, reuniu a Assembleia a 15 de abril de 2019, delibera: estar contra atribuição de novos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados no Concelho da Guarda; expressar a sua solidariedade com a luta dos habitantes e alguns Autarcas dos restantes Concelhos e Distritos visados; enviar este documento à

Presidência da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, ao Ministério do Ambiente e ao Núcleo Regional da Guarda da Quercus. --

Moção por um Município sem glifosato nos espaços públicos. É uma discussão pública e uma exigência social que já levou à alteração da Lei. Os riscos do herbicida glifosato são sobejamente conhecidos e discutidos nos dias de hoje na sociedade portuguesa e cresce igualmente a exigência da aplicação do princípio de precaução, tanto mais que um conjunto novo de dados tem vindo a ser conhecido. Recordo que, a 13 de abril de 2016, o Parlamento Europeu aprovou uma Recomendação à Comissão Europeia para que seja proibida a utilização de produtos com o glifosato em espaços urbanos. Por isso, a urgência de banir este glifosato do espaço público. Consideramos aos desenvolvimentos entretanto decorridos com a descoberta da influência da indústria nas decisões europeias sobretudo este químico, a sua omnipresença na sociedade e nos corpos dos cidadãos residentes, o facto de várias Autarquias terem abandonado o uso do glifosato e adotado meios alternativos aos princípios da precaução e da proteção integrada, o crescente alarme social e os respetivos riscos para a saúde pública, consideramos que estão reunidas as condições para que o Município da Guarda seja declarado Município sem glifosato nos seus espaços públicos. Por isso, esta Assembleia, nesta sessão, delibera que: a Câmara estude e implemente um plano alternativo à utilização do glifosato, promovendo o espaço público livre de pesticidas com recursos a meios mecânicos, térmicos, manuais e outros; que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base do glifosato em espaços públicos; que seja enviado ao Ministério do Ambiente, Ministério da Agricultura, Liga da Proteção da Natureza, Associação Zero, Grupos de Estudo do Ordenamento do Território e Ambiente, Núcleo Regional da Guarda da Quercus. -----

Termino com uma última Moção, 25 de abril sempre, fascismo nunca mais. Pois, considerando que no próximo dia 25 de Abril, comemoram-se quarenta e cinco anos da democracia e das liberdades restauradas em Portugal. Considerando que a Revolução de 25 de Abril, para além das liberdades coletivas e individuais, permitiu que os Portugueses pudessem usar livremente o seu direito de votar e sendo eleitos para os Órgãos do poder e, em particular, para os Órgãos do poder local. Considerando que o fim da Ditadura fascista proporcionou conquistas sociais, económicas e culturais, que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País, com uma relevante participação dos trabalhadores e das populações. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, na sessão ordinária de 15 de abril de 2019, delibera: 1. saudar o quadragésimo quinto aniversário do 25 de Abril de 1974; 2. saudar os Capitães de Abril; enviar para a Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Associação 25 de Abril. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. O senhor Secretário perguntou-me... sim, mas eu entendo que não, Marco. Peço desculpa, mas não...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Mas a senhora Presidente entende que não, em que... qual é a perspetiva, qual é...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Deixe-me terminar. Se me deixar terminar...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Sim, sim. Deixo, deixo com certeza.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Entendo que não neste tempo de leitura. Se o quiser fazer dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, no seu tempo disponível para a discussão, está à vontade. Faço-me entender?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Faz-se entender, mas também tenho o direito de não concordar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está no seu direito, mas é a minha decisão.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Claro. O 25 de Abril possibilitou-nos isso mesmo. E, por isso, a senhora Presidente também tem que respeitar a parte democrática que é o Órgão. E o Órgão que fez chegar à senhora Presidente, Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, fez chegar à senhora Presidente, atendendo a que há uma reunião convocada para isso mesmo de Líderes e a senhora Presidente tem o cuidado de decidir e de dizer e de chamar o ex-Presidente, Dr. Álvaro Amaro, em suspensão de funções, mas não expõe a todos os presentes e aos órgãos de comunicação social e ao público presente, a decisão que o Bloco de Esquerda teve. Porque o Bloco de Esquerda não é contra o Dr. Álvaro Amaro ter vindo aqui falar. O Bloco de Esquerda foi contra o método que a senhora Presidente utilizou e escolheu, sem respeitar essa opinião dos outros Líderes e chamou na Ordem de Trabalhos que começava às 10h30 e afinal começou às 11h00. Quem é que se responsabiliza por essa meia hora que não está na Ordem de Trabalhos? Onde é que está no Regimento, senhora Presidente? -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, senhor Deputado. Antes de mais, deixe-me dizer-lhe que está dentro do período disponível para o público, que é meia hora. Portanto...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Mas onde é que está o requerimento do período para o público? -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Onde é que foi feito o requerimento pelo cidadão Dr. Álvaro Amaro, para o público?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tenho a carta do senhor Presidente.” ----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Tem a carta? Mas foi exposto aqui, no início, como falou... não foi isso que a senhora Presidente expôs.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Aquilo que eu disse... ó senhor Deputado, é assim. Aquilo que eu lhe disse é que não lhe deixo ler esse documento, neste tempo de leitura disponível para as Moções. O senhor Deputado tem tempo à sua disposição dentro do Período da Ordem do Dia.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Não é justo senhora Presidente. Não é justo porque a senhora Presidente também tinha esse tempo suficiente, que utilizou meia hora da Ordem de Trabalhos para expor e não quis expor. Deu meia hora ao cidadão, sem expor. É óbvio que é a sua opinião e esta é a minha.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, não adianta estarmos aqui em diálogo...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Claro que não, senhora Presidente, porque eu já acabei por dizer aquilo que queria. Mas a verdade é esta. A verdade é esta, senhora Presidente. É que a senhora Presidente terá que aguentar, como deve perceber, com essas consequências.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, eu aguento tudo. Não se preocupe. Estou à vontade.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu sei que aguenta, mas também me compete a mim expor...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como compreende e como calcula, não tenho nenhum problema em ouvi-lo e em assumir, em pleno, as minhas decisões. Aquilo que eu lhe disse e mantenho é que não lhe permito, neste tempo de leitura, que é um tempo excecional, como o senhor sabe, ler esse documento. O senhor tem o tempo do Período Antes da Ordem do Dia e, nesse tempo, pode dispor dele como entender. Desde que não seja ofensivo para a Assembleia, obviamente. Mas, nesse tempo, o senhor tem e pode ler o documento. Quanto ao restante eu convoquei os Líderes como deveria fazer para auscultar. As posições não foram todas unânimes e, não sendo unânimes, cabe à Presidente da Assembleia decidir. Bem ou mal, é a minha decisão. Está decidido e assumo a responsabilidade da decisão que tomei. Os senhores têm o direito de discordar e eu estou cá para decidir...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Isto não é a lei da rolha. A lei da rolha não existe...” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado chame-lhe o que entender. É para isso existem decisores, senão não precisávamos de decisores. Muito bem...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “E é por isso que existe a contraposição. É isso mesmo. E aqui está a minha...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou a sua intervenção? Muito obrigada.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Fiquei extremamente esclarecido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada... pois. Está a questionar e está a questionar muito bem. É que o senhor Deputado, com esta questão, o que eu deveria ter feito, senhor Deputado, sabe o que era? Era ter pedido que lhe pusessem a contar o tempo. Entende? Porque o senhor Deputado pode saber e pode utilizar as estratégias que entender. Mas eu também só vou atrás quando quero. E, portanto,

não abusem da minha paciência. Estamos entendidos? Estamos entendidos? Eu estou a falar com o senhor Deputado Marco. Peço desculpa. Ó senhor Deputado Agostinho, eu estou a falar com o senhor Deputado Marco Loureiro. Porque eu também sei aquilo que pode ser e o que não pode. E para isso é que há Presidente da Assembleia. Para decidir. Senão, não precisávamos de Presidente. Cada um decidia a seu belo prazer. Estamos entendidos? Estamos, estamos. Ai isso lhe garanto eu estamos. Muito bem... O senhor Deputado, tem toda a legitimidade para estar a dizer o que está a dizer. Tem toda a legitimidade. Tem toda a legitimidade. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito rapidamente. Relativamente a este assunto, só para dizer que tinha ficado acordado fazer envio das posições para a senhora Presidente. Não foi humanamente possível e não foi por uma razão. Porque se levantaram dúvidas, do ponto de vista legal, e hoje entregámos um requerimento à senhora Presidente da Mesa, que a senhora Presidente não deu conhecimento disso à Assembleia, a pedir que fosse apresentada a Lei que determina, conforme aqui foi dito, conforme o que foi dito na reunião, conforme o que foi dito na comunicação social, que a apresentação da lista de candidatos ao Parlamento Europeu implica suspensão imediata de mandato.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu vou fazer chegar...”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Deixe-me só concluir. E aquilo que se pede é que seja apresentada essa Lei. A Lei é apresentada e o assunto morre. Eu ouvi, com todo o respeito e com toda a atenção, o Dr. Álvaro Amaro. Mas não é isso que está em causa. O que está em causa também é saber se o senhor Dr. Álvaro Amaro não está aqui nesta Assembleia como Presidente de Câmara porque quer ou porque não pode. Isso é que é preciso saber. E também eu quero saber, quando tiver que me dirigir às pessoas, se me dirijo ao Vice-Presidente Carlos Monteiro, ou se me dirijo ao Presidente Carlos Monteiro. Isto tem que ser esclarecido. E eu não tive humanamente possibilidades de fazer chegar antecipadamente o documento. Daí tê-lo trazido em mão. E é só isso. Se a Lei disser que, efetivamente, o senhor Presidente entra em suspensão do mandato com a apresentação da lista, o assunto morre. Isto, acho que é uma questão de clarificação para esta Assembleia Municipal e para a forma como os trabalhos vão decorrer daqui para a frente. Daqui para a frente não. Deviam começar a decorrer desde o início da reunião. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Embora o desconhecimento da Lei não aproveite a ninguém, mas, ainda assim, eu farei chegar, como disse o senhor Deputado, fez-me a entrega do documento agora. Eu confesso que, quando me entregou e já tive oportunidade de dizer isso ao senhor Deputado José Carlos, quando mo entregou já estava o Dr. Álvaro Amaro para falar e eu não li na hora, pensei que me estava a entregar o documento que tinha ficado de me enviar. Já vi agora que quer a Lei. Embora eu não lhe possa fazer chegar agora, eu vou depois pedir à Sofia ou à Vânia que façam chegar a legislação aos Líderes Parlamentares. Embora, volto a dizer, que o desconhecimento da lei não aproveita a ninguém. Mas a lei é clara quanto a isso. Há suspensão automática de mandato. Portanto, é uma suspensão legal. É a Lei do

Parlamento Europeu, conjugada com a Lei da Assembleia da República que se aplica subsidiariamente... Senhor Deputado, a lei é clara quanto a isso, não vamos aqui estar a discutir questões jurídicas. Eu faço-lha chegar. Faço-lha chegar. Eu vou fazer chegar uma cópia aos Líderes Parlamentares. Não é isso que está aqui em causa. Já vi o requerimento e é isso que me pede e é isso que eu vou fazer. Bom, passemos então... sim... antes da Ordem do Dia? Ok. E muito bem. E está a falar muito bem porque eu abri uma exceção relativamente ao Deputado Marco e não devia ter aberto. Exatamente. Exatamente. Subscrevo, na íntegra, o que está a dizer. E eu sou muito democrata mas, às vezes, não tentem utilizar estratégias nem artimanhas porque eu posso ser sensível a isso, ou não ser. Senhor Deputado Marco Loureiro, tenha paciência... Não. Não me diga que não gosta dos meus olhos, senhor Deputado. Não. Ó senhor Deputado, o senhor não faltou ao respeito. Senhor Deputado... senhor Deputado... o senhor Deputado este a falar, esteve a fazer intervenção não usando o tempo para isso. Se os outros Deputados me fizerem o mesmo pedido, eu terei que ser condescendente porque deixei o senhor estar a fazer uma intervenção sem tempo. Muito bem, não... Ó Senhor Deputado, não vamos passar aqui a Assembleia a discutir esse assunto. Se tiver o cuidado... Não, desculpe! Se tiver o cuidado de pegar no Regimento e o ler, e ler a parte destinada ao público, verá que tem trinta minutos destinados ao público. Eu sei o que está a dizer, senhor Deputado Agostinho. O que diz o Regimento é que cada cidadão terá 5 minutos. Eu sei. Mas... eu não estou a entrar, quem entrou foi o senhor Deputado. Não, quem entrou foi o senhor Deputado. Mas, se me permite, eu sei bem o tempo que está estipulado no Regimento e sei bem o tempo que falou o Dr. Álvaro Amaro. E também sei que, enquanto Presidente, tenho legitimidade para deixar falar um cidadão mais tempo do que aquele que está previsto no Regimento. Os senhores podem concordar ou não concordar. Para isso é que existe Presidente. Muito bem. Faz favor de fazer o seu protesto... Está feito. Muito obrigada. Não, não. Não vai dizer mais nada agora. Vai dizer a seguir no tempo que tem disponível para o fazer. Passemos, então, à votação dos documentos. Discussão, peço desculpa. Passemos então à discussão. Começemos pelas medidas de proteção das populações de abelhas, não sei se pretendem fazer no conjunto. Muito bem. Então, quem pretende intervir sobre este tema? Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, senhores Membros do Executivo e uma saudação especial ao Presidente de Câmara, Dr. Carlos Chaves Monteiro, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados desta Assembleia Municipal, Técnicos do Município. Queria só, antes de passar aqui à discussão da Moção, dizer simplesmente que aquilo que se passou aqui, com esta discussão, de facto parece-me que não tem assunto. Nesse aspeto, subscrevo inteiramente aquilo que o senhor Deputado Agostinho refere. Há decisões, as decisões são tomadas pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. Encontrou-se aqui, portanto, uma forma perfeitamente legítima, no âmbito do Período da Antes da Ordem do Dia e através das intervenções do Público, para se fazer esta intervenção e, portanto, não há problema absolutamente nenhum com isto. Se alguém tem problemas ainda, com o facto de um Presidente de Câmara desta cidade, durante mais de seis anos, ou durante seis anos, ter feito aqui uma intervenção de despedida

perante esta Assembleia, que é o Órgão representativo dos cidadãos da Guarda, certamente só poderá ter problemas com a democracia e com o facto do Presidente de Câmara, Álvaro Amaro, ter sido responsável pelas grandes vitórias eleitorais que teve neste Concelho. Tudo o mais, é apenas falta de espírito democrático de quem não quer, efetivamente, que as pessoas não falem, não tenham uma palavra ao menos de respeito e despedida por este Órgão que é a Assembleia Municipal. Dito isto, sobre as Moções do Bloco de Esquerda apresentadas, só queria tecer considerações em relação a duas delas, uma vez que outras duas não merecem, da nossa parte, nenhuma censura. Nomeadamente a Moção relativa ao 25 de Abril que, naturalmente, apoiaremos e votaremos favoravelmente e a Moção relacionada com a necessidade de proteção das populações de abelhas e a preocupação com a vespa asiática, que é outra preocupação que acompanhamos e, por isso, naturalmente, votaremos a favor. Mas há duas Moções, uma relacionada com o Município sem glifosato aos espaços públicos e a Moção contra novas explorações do lítio que merecem aqui que tenhamos, perante as mesmas, algumas palavras. Isto para dizer, em primeiro, em relação à Moção contra o glifosato nos espaços públicos que acompanhamos essa preocupação que o Bloco de Esquerda aqui traz. É uma preocupação que é uma preocupação ambiental e é também uma preocupação de convivência em comunidade, porque muitos dos cidadãos da Guarda, aliás, fazem, de vez em quando, chegar queixas por causa da saída com animais nos espaços públicos e da possibilidade de os animais também terem contacto com estes pesticidas que podem fazer muito mal à saúde. Mas, como bem refere a Moção, já houve alterações legislativas recentemente, no âmbito do Decreto-Lei n.º 35/2017, e que proibiram a utilização do glifosato em determinados espaços públicos, não em todos, apenas em determinados espaços públicos em que os mesmos, essa utilização, se possa revelar mais nociva. E, com o devido respeito, aquilo que eu entendo em relação a esta matéria é que isto é uma preocupação nacional, não apenas uma preocupação do Município da Guarda. E não deve ser apenas a Câmara Municipal da Guarda, isoladamente em relação ao resto do País, a estudar alternativas ou a tomar medidas contra a utilização do glifosato. E, por esse mesmo motivo, aquilo que nós entendemos, de uma forma muito clara, é que isto deveria ser transformado como uma Recomendação à semelhança daquilo que acontece com aquilo que também o Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda a respeito desta matéria. E, sendo transformado numa Recomendação, naturalmente, até porque nem sequer carece de ser votado, mas quero deixar isso expresso, que o Grupo Municipal do PSD, se isto for transformado numa Recomendação, apesar de não poder votar a Recomendação, adere por inteiro esta causa e manifesta a sua preocupação deixando bem claro que, na Assembleia da República e no País, deverão ser tomadas medidas no sentido desta matéria e de outras alternativas serem estudadas. E isso, não só aqui na Guarda, mas encarar esta situação como uma situação nacional. Depois, quanto à questão das novas explorações do lítio. Queria dizer e deixar bem claro que também não podemos aderir a esta Moção, nos moldes em que a mesma é apresentada. Portugal, como todos reconhecerão, é, infelizmente, um País com poucos recursos naturais. E, por isso, não deveremos negar à partida a exploração de um tão vasto conjunto, ainda, por cima, de um tão vasto conjunto de minerais como aquele que é referido nesta Moção, que

podem pôr em causa até, ao fim e ao cabo, a boa exploração de recursos naturais no nosso País e a criação de riqueza. Bem sabemos que no nosso Concelho existe uma situação e o nosso Concelho é espacialmente abrangido por esta situação na Freguesia de Gonçalo, mais concretamente e na localidade e ex-Freguesia de Seixo Amarelo, onde acontece uma exploração de lítio a céu aberto com também prejuízos ambientais e sociais também para a população daquela Região. Mas quero deixar bem claro que é para estas coisas também que existem os estudos de impacto ambiental e que devemos, isso sim, ser cada vez mais rigorosos com os estudos de impacto ambiental, de modo a fazer com que estas explorações mineiras ocorram de um modo adequado e também socialmente e ambientalmente aceitável para as populações que podem vir a ser afetadas por estas explorações. Mas, por isso, dizer também, de forma muito clara, que não aceitamos e teremos que votar contra esta Moção contra novas explorações de lítio, porque sempre reconheceremos que, estando acauteladas todas estas questões do ponto de vista dos estudos de impacto ambiental, não podemos negar, à partida, a exploração de uma riqueza do nosso território e que também pode trazer e deve trazer riqueza para o nosso território. Deve é, naturalmente, ter-se mais cuidados no sentido de que, ambientalmente e socialmente, a exploração não seja feita de forma irresponsável e não cause prejuízos às populações. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovando os meus cumprimentos a todos os presentes, apenas para dizer que, relativamente à Moção do Bloco de Esquerda contra novas explorações de lítio, se trata de uma discussão que hoje aqui foi trazida que tem alguma complexidade técnica. Todos pretendemos defender, o melhor possível, os eleitores que nos confiaram os nossos mandatos mas, no entanto, após termos discutido brevemente o tema entre nós, concluímos que existe um conjunto de aspetos técnicos para os quais necessitaríamos e gostaríamos de ter mais tempo para conhecer e avaliar antes de tomarmos uma decisão fundamentada política e tecnicamente. E é neste contexto que sugerimos ao Bloco de Esquerda que adie a votação desta proposta, retirando-a e apresentando-a na próxima Assembleia, dando assim mais tempo a todos os Deputados para melhor se documentarem sobre este tema. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, quanto à sugestão do senhor Deputado Rui? Se for só para responder, não. Não abuse, senhor Deputado. Não abuse. É melhor falar ali porque senão os colegas não ouvem.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente à proposta do senhor Deputado Tiago Gonçalves, dizer que, senhor Deputado, não posso aceitar apenas por uma razão. Porque não se trata de uma iniciativa apenas da Câmara Municipal. A proposta é para a Câmara Municipal da Guarda. É uma matéria que já está a ser debatida em muitos e muitos Municípios e amplamente até já com Municípios que decidiram abolir completamente. E daí é que se dá o nome de Município sem glifosato. Isso. É um nome que me dá sempre um bocado de confusão, por isso é

que é um pesticida e eu tenho sempre problemas em citar pesticidas. E, por isso, dizer que nessa matéria não irei, de forma alguma, retirar essa Moção. Quanto à proposta da Bancada do PS, relativamente a esta matéria da nossa Moção, eu irei aceitar a proposta. Apesar de também já ter sido aqui citado, relativamente à Bancada do PSD, relativamente aos estudos de impacto ambiental, recordo que um dos últimos estudos de impacto ambiental, feito aqui na zona da Vela, foi terminado em novembro de 2018 e os estudos de impacto ambiental também valem o que valem. Dependem é depois da maneira como são interpretados e executados. E, no que toca a essa a matéria ambiental, são posições, são decisões. No que toca ao Bloco de Esquerda, o Bloco não quer, de forma alguma, que o interesse económico se sobreponha ao interesse da saúde, do património, da paisagem, dos seus habitantes porque depois, o custo económico para cuidar do sistema nacional de saúde, derivado ao perigo constante dessas explorações, irá, sem dúvida, sair e ser muito mais caro do bolso do contribuinte, não só localmente, mas nacionalmente. E é aqui, também, neste aspeto, que temos que pensar. Não só, às vezes, no nosso cantinho, mas no aspeto global e ser contra este género de explorações, que têm provas mais que dadas no País e com contestação clara das populações e dos Autarcas. Por isso, o Bloco de Esquerda de forma alguma irá querer, num futuro próximo, deixar de aqui apresentar essa, dando esta oportunidade para que vocês todos se possam desdobrar um pouco mais nessa matéria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa. Só para clarificar. Retira, então, a Moção das explorações do lítio, é isso? Se bem entendi? Certo. Mas é essa que retira, a do lítio? Só uma correçãozinha, se me permite. Não é um pesticida, é um herbicida. Mas pronto. Muito bem. Então, passemos à votação. É retirada então a Moção do Bloco de Esquerda contra as novas explorações de lítio e passemos à votação das restantes três Moções.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

-----**Medidas de proteção das populações de abelhas**-----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

-----**Por um Município sem glifosato nos espaços públicos** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e sete votos contra, sete abstenções e vinte e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Faz favor. Uma Declaração de Voto do Deputado Tiago Gonçalves.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, é para fazer uma Declaração de Voto muito curta e para reiterar que, de facto, apoiamos a discussão necessária que deve ser tida no todo nacional sobre a utilização do glifosato e entendemos que, de facto, a Assembleia da República, da mesma maneira que já proibiu a utilização do glifosato em determinados espaços públicos, deve partir para uma discussão séria sobre a eliminação total da utilização do glifosato. Mas, enquanto a Assembleia da República

não tomar medidas nesse sentido, entendemos também que a Câmara Municipal da Guarda deve acompanhar aquilo que é a legislação nacional a esse respeito e que não deve ficar nomeadamente aqui com o ónus de ser a Câmara Municipal da Guarda a estudar alternativas a essa mesma utilização. Deve o Estado Português fazer isso e depois disseminar essas boas práticas por todo o território nacional.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu vou ter que vos pedir, vamos ter que repetir esta votação porque isto está aqui tudo baralhado e eu não quero correr riscos. Não, mas eu vou repetir tudo para não haver confusão.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agora sim. A Moção é rejeitada com quarenta e sete votos contra. Temos sete abstenções e vinte e dois votos a favor. Faltavam as abstenções. Muito bem. Então, passemos, agora, à votação da Moção do 25 de Abril sempre, fascismos nunca mais.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **25 de Abril sempre, fascismos nunca mais** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos, agora, ao Grupo do Partido Socialista. Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, por favor. Só um minuto. Peço desculpa. Desculpe. Tem razão, senhor Deputado Aires Diniz. Uma Declaração de Voto que me tinha pedido e com a repetição da votação esqueci-me.”-----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu vou fazer a Declaração de Voto porque eu votei contra o glifosato. Já há uns anos a CDU apresentou uma Moção nesse sentido e foi aprovada, penso eu. Porque ainda ontem uma pessoa abordou-me no supermercado e disse-me isso. Eu não tive tempo para ir ver se era verdade ou não e em que ano é que foi. Provavelmente eu lembro-me de que era Deputado Municipal, ou em substituição de alguém. De maneira que não tenho memória. E é por causa disso que eu peço desculpa. Até porque eu ontem tive um dia muito especial na minha vida, foi a minha mãe que fez 90 anos e, portanto, não tive tempo para pensar em mais nada. E, portanto, em relação à questão do lítio. Ainda bem que foi retirada a Moção porque é necessário estudar isso. Eu prometo ir estudar até porque esta é uma questão que abrange grande parte do País e nós estamos todos muito aflitos e muito receosos do comportamento do Estado central em relação à questão da proteção do ambiente. Nós temos o caso de Borba. Há uma estrada também que vai de Bragança para Macedo de Cavaleiros, que eu passo ao lado da pedreira que também tenho medo que aquilo possa cair, a estrada A4. E também há outras situações que eu conheço que é necessário estudar a nível nacional para que o Estado central se comporte como pessoa de bem e que proteja os cidadãos, tanto na parte ambiental, como na parte da saúde que tem relação direta com a parte ambiental. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Uma Declaração de Voto, também, do Partido Socialista? Faz favor, então.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Antes de mais, bom dia a todos os presentes. Só para dizer que votei a favor desta Moção, por uma questão de coerência. Porque se efetivamente antes votamos numa moção que protege as abelhas, não vamos, a seguir, votar numa Moção que usa um herbicida que todos nós temos conhecimento que é tão ou mais prejudicial às abelhas do que, neste momento, as vespas na nossa região. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Começamos pela leitura da Recomendação por um ambiente mais saudável, mais sustentável, peço desculpa. Senhor Deputado Rui, faz favor. Senhor deputado Agostinho Gonçalves, por favor, faz a leitura dos dois documentos ou são pessoas diferentes? São Deputados diferentes. Ok. Então, faremos a leitura da Recomendação, discutimos e votamos e depois fazemos a leitura da outra a seguir.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovo os meus cumprimentos. Trazemos, então, uma Recomendação acerca do uso dos glifosatos porque embora a figura Regimental seja distinta da que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, a preocupação é a mesma. Aliás, votámos ao lado porque este é um problema de saúde pública e nós entendemos que, nos nossos territórios, podemos antecipar-nos à Assembleia da República para tratarmos daquilo que é a nossa casa. E passo então a ler. Ao longo dos últimos anos, vários Municípios portugueses têm progressivamente vindo a evitar a aplicação de pesticidas que tenham por base o glifosato, como medida de precaução para a saúde pública, optando por alternativas mais seguras. É sabido que os herbicidas são substâncias químicas concebidas para erradicar ervas que comumente são classificadas como “daninhas”. O herbicida à base de Glifosato é o pesticida mais utilizado, cujo uso tem aumentado drasticamente com o incremento do cultivo de culturas transgénicas resistentes a estes herbicidas. Um dos argumentos alegado pelas empresas que fabricam e comercializam este produto, para justificar a pretensa segurança do glifosato, era que apenas seria nocivo para as células das plantas, o que se tem revelado falso à luz de recentes estudos científicos que têm demonstrando que essa seletividade é bastante reduzida, afetando as espécies de produção, espécies de fauna e flora circundante e as próprias comunidades humana e animal, o que levanta sérias questões relativas ao princípio de segurança. Porém, o glifosato é ainda o herbicida mais vendido em Portugal e a aplicação em meio urbano contribui para esta estatística. Sabemos hoje, de forma relativamente bem documentada, que os riscos conhecidos têm vindo a revelar consequências gravosas para a saúde e para o ambiente, por parte de vários herbicidas, em particular daqueles cuja substância ativa é o glifosato, nomeadamente apresentar uma degradação lenta, que conduz ao arrastamento, pela água da chuva, da rega ou de lavagem, para rios, albufeiras e lençóis subterrâneos, e os seus efeitos nos animais, como desregulador hormonal e agente carcinogénico, mesmo em doses muito baixas, sendo absorvido através dos alimentos e da água. De resto, o uso de pesticidas à base de glifosato foi mesmo considerado, em março de 2015, como um cancerígeno provável para o ser humano, pela Agência Internacional para a Investigação Contra o Cancro da Organização Mundial de Saúde. Ao nível de problemas

na saúde humana, relevam-se as malformações congénitas tais como microcefalia, anencefalia e malformações cranianas, efeitos tóxicos em vários tipos de células humanas, como do cordão umbilical, embrionárias e da placenta, incluindo morte celular, efeito desregulador hormonal e cancerígeno, preocupações também manifestadas já pela Ordem dos Médicos. Efetivamente, existem hoje meios alternativos para o controlo das ervas espontâneas, como os meios mecânicos, biológicos e térmicos, e que por vezes nem se justifica uma grande eliminação destas ervas que apresentam algumas vantagens para o meio ambiente. Ora, perante a existência de alternativas mais seguras existentes no mercado, concretamente métodos mecânicos e térmicos, será desejável que os técnicos e decisores políticos estejam bem conscientes dos impactos negativos dos herbicidas e considerem prioritária a proteção da saúde pública e do ambiente, canalizando o seu esforço para métodos alternativos de modo a que o uso de herbicidas seja progressivamente abandonado nos territórios sob sua gestão. Este é, de resto, um caminho que tem vindo a ser seguido por um número crescente de Municípios em todo o País, reconhecendo ser necessária uma harmonização ambientalmente sustentável entre necessidades de manutenção dos espaços urbanos e os ecossistemas existentes nesses mesmos espaços. Assim, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal da Guarda que adote um política de redução dos riscos e dos efeitos da utilização de produtos fitofarmacêuticos que se manifestem perigosos para a saúde humana, os animais e o ambiente; que sempre que possível, pugne pela promoção de iniciativas que visem fomentar o desenvolvimento de proteção integrada e de abordagens ou técnicas alternativas destinadas a reduzir a dependência da utilização de produtos fitofarmacêuticos perigosos, dando prioridade a métodos não químicos, tal como referido no Lei n.º 26/2013; sejam promovidos programas de análise das águas superficiais em espaços públicos, para verificação de eventuais presenças de resíduos de glifosatos; e que nos casos em que se justifique o controlo de plantas infestantes em espaços públicos, se passe a optar por alternativas mais seguras para a saúde pública, sugerindo-se a utilização de métodos não químicos, designadamente através da adoção de meios de combate manuais, mecânicos e biológicos e/ou produtos com o menor risco para as saúdes humana e animal e o próprio ambiente. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende dizer alguma palavrinha sobre esta Recomendação? Não? Muito bem. Então, passemos à leitura do Voto de Pesar. Faz favor, senhora Deputada Conceição.” -

- **Deputada Conceição Santos (PS):** “Na pessoa da senhora Presidente, cumprimento a todas e a todos. Voto de pesar pelo falecimento de Artur Santos Neves Pina. Artur Pina nasceu no Baraçal, Concelho do Sabugal, a 19 de fevereiro de 1928 e veio para a Guarda onde estudou no Liceu Nacional. Foi funcionário do Banco de Portugal, primeiro em Bragança e depois na Guarda, até se aposentar. Artur Pina foi um cidadão exemplar, um homem de liberdade, tolerância e de enorme bondade, tendo falecido no passado dia 9 de abril de 2019. Artur Pina foi Autarca eleito nas listas do Partido Socialista, Vice-presidente da Câmara e Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. Entregou-se de forma incondicional à causa pública e à nossa cidade, aceitando sempre as solicitações

do partido de forma dedicada e empenhada, facto que muito nos honra. Recordaremos sempre as suas enormes qualidades humanas, a sua disponibilidade para colaborar e ajudar o próximo, de forma desinteressada tratando a todos com enorme respeito, independentemente da idade ou opiniões. Assim, pela sua dedicação à causa pública, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de dia 15 de abril de 2019, delibere: aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Artur Santos Neves Pina, guardando um minuto de silêncio em sua memória; e manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor deste Voto de Pesar. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende dizer alguma palavra sobre este Voto de Pesar? Não? Então passaríamos ao minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Artur Pina.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passemos agora, então, à votação da Moção. Genericamente alguém vota contra? Não. A Recomendação não se vota, não é votada.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Artur Santos Neves Pina** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passaríamos, agora, ao Grupo Parlamentar do PSD. Temos uma Moção pela criação dos passes sociais, o G23 e o G25. Temos uma Moção pela redução do número de Deputados eleitos pelo Distrito da Guarda e é só. Do Grupo do PSD são estas duas Moções. Sim, eu sei. Quem vai ler? Muito bem. Senhor Deputado Engenheiro Aragão, faz favor. Começa por qual? A dos passes sociais? Muito bem.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Moção pela criação dos Passes Sociais G23 e G25. Esta Moção surge na sequência da redução dos passes sociais na zona da grande Lisboa e do grande Porto, com a criação do passe social equivalente para a zona do grande Interior o passe social G23 e G25. Passo a explicar. No início do decorrente mês de abril o custo dos passes sociais em Lisboa e do Porto foi reduzido por uma decisão política, tendo o Primeiro-Ministro dito, quando se levantou a polémica, que aquela medida se aplicava a todo o País. Ao princípio desconfiei. Mas depois lá comecei a procurar justificações para tal afirmação e, desde logo, fiquei mais descansado porque pensei que igual medida seria aplicada ao resto do País com a criação de uma rede de transportes públicos idêntica à de Lisboa e do Porto, com ligações intermodais, autocarro, comboio elétrico, metro e mesmo barco ou avião, onde fosse o caso, no Douro ou em Beja, por exemplo, e um passe social igual ao das grandes metrópoles. A determinada altura, ainda pensei que o senhor Primeiro-Ministro tivesse querido dizer que a medida, porque era para todo o País, se aplicava a todos os portugueses e então qualquer um de nós podia adquirir um passe social para Lisboa, um Navegante, e andar sempre que fôssemos a Lisboa, como os Alfacinhas, e se não o fizessemos era porque não queríamos e o problema era nosso. Enfim, mas não. Também não era isso. Mas como tínhamos uma reunião da Assembleia da CIM, onde o tema aparecia na Ordem de Trabalhos, eu

pensei, afinal através da CIM's que esta medida se aplica ao resto, ou ao que resta, do País e lá fui todo confiante. Qual não foi o meu espanto, quando ouço da boca do senhor Secretário Executivo, que apesar de terem dito que os valores dos passes sociais de todo o país iam baixar já no início do mês de abril, no caso da nossa CIM, tal era impossível porque ainda nem sequer tinham conseguido coordenar os transportes nas zonas de fronteira com outras CIM'S, quanto mais as negociar com outros operadores para tentar conseguir uma redução nos preços, pelo que as alterações não seriam nos próximos tempos, lá para meados de maio a correr bem, como todos os que estávamos pudemos ouvir, nessa última reunião da Assembleia Intermunicipal, em Pinhel. Depois desta explicação técnica, bem formulada e justificada, longe de mim de a pôr em causa, pedi a palavra para perguntar: então, afinal, a redução nunca vista nos preços dos passes sociais em Lisboa e no Porto, por decisão política, teve em conta essas negociações com os operadores? Então não foi necessário negociar com nenhum operador e baixar os preços de um dia para o outro? Perdão, de um mês para o outro e ninguém quis saber de negociação alguma e agora as CIM's têm que tentar baixar o preço à custa de uma eventual possível redução do preço dos operadores e não à custa de um subsídio, ou dizendo de outra maneira, dos impostos dos restantes portugueses que não utilizam os passes sociais de Lisboa e do Porto? Afinal fui enganado pelo senhor Primeiro-Ministro. Os passes sociais só tiveram uma redução nunca vista, a começar este mês de abril, só em Lisboa e só no Porto, porque no resto do País népias, nicles batatóides. Uns ainda não têm redução nenhuma, cinco CIM's, e as outras dezasseis têm uma pequena redução. Para podermos entender isto, temos que dizer uma coisa que todos nós sabemos, mas temos de dizer, cerca de 85% dos portugueses estão na zona da grande Lisboa e na zona do grande Porto e os restantes 15% estão no Interior, no Portugal profundo, detrás dos barrocos, nos territórios onde todos os políticos em campanha vêm dizer que temos muitas potencialidades mas, na verdade, até hoje ninguém as viu. Idêntica distribuição foi dada às verbas que suportam estas decisões políticas, que chamaram de PART, Programa de Apoio à Redução de Tarifários dos transportes públicos, e que dos 104 milhões de euros do subsídio, 70% ficam em Lisboa, 15% vão para o Porto e os restantes 15% vêm para aqui, para a província. Ainda há bem pouco tempo, o senhor Secretário de Estado disse qualquer coisa no mesmo sentido, do tipo, fiquem caladinhos com o preço da energia porque senão ainda pagam mais porque vocês são tão poucos que nos saem caros. Eu fiquei envergonhado por ter um Secretário de Estado a pensar assim e ter ido, feito parvo, a uma cerimónia com protagonistas como este. O respeito pelo princípio do utilizador/pagador, aplicado nos novos preços dos passes sociais de Lisboa e do Porto, é o mesmo pelo qual queremos os novos passes sociais para a Guarda, o G23 e o G25, um passe social para podermos andar nos transportes públicos, poucos, e nas antigas SCUT's à custa dos impostos que pagam todos os portugueses. Sim, mesmo os de Lisboa e do Porto, que só não andam na A23 e na A25 se não quiserem, com passes onde só pagam 30 ou 40 euros por um mês inteiro e não de cada vez que se sai e se pagam 40 euros de portagem para poder ir a Lisboa e vir. É por isso que queremos igualdade de oportunidades, igualdade de direitos, algo que fomos agora buscar ao latim: *Aequitas*, que era um conceito latino que evocava a noção de justiça, igualdade, conformidade, simetria. Na Roma Antiga, pode referir-se

tanto o conceito legal de equidade ou justiça entre os indivíduos. E é por isso que precisamos justiça para o Interior, para os territórios onde cada vez temos menos gente. Equidade para fazer com que o Interior de Portugal possa ser isso mesmo, Portugal. Para que tal seja possível, é preciso retirar os custos do contexto. O fim das portagens na A23 e na A25 que mais não são do que um entrave no desenvolvimento do Interior, para as pessoas, para as empresas, para a sobrevivência do Interior. A redução dos preços dos bilhetes do Intercidades e do Expresso para termos o mesmo tratamento que tem Lisboa e o Porto. É por isso que queremos a nossa diferenciação positiva. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 15 de abril de 2019, deliberou pela criação de um passe social para o Interior, o G23 e G25, ou como queiram chamar, o nosso subsídio para o Interior. Mas já, antes que seja tarde demais. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre esta Moção? Se calhar é mais fácil porque afinal parece que ele consegue parar e pro o cronómetro do tempo da discussão. Não é isso, se bem entendi? Pronto. Sim, mas não pretende intervir sobre esta Moção? Muito bem. Alguém pretende intervir sobre esta Moção? Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que iremos votar favoravelmente. Revemo-nos nesta Moção e, efetivamente, aquilo a que nós assistimos neste País, e fala-se aqui na Antiga Roma, nós estamos a caminhar para uma nova organização administrativa de cidades de estados e hoje temos uma cidade que é um estado dentro do próprio Estado. E o senhor Presidente de Câmara de Lisboa diz: eu quero passes sociais pagos com o Orçamento de Estado e tem passes sociais para oferecer aos seus eleitores, pagos pelas pessoas, pelos poucos que já vivem no Interior. E o Interior, claramente nem transportes públicos tem, como é aqui referido. Quando o CDS apresentou uma proposta na Assembleia da República, de possibilidade de dedução dos custos das portagens em IRS, em sede de IRS, claramente que foi chumbado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, muito obrigado. Nós gostaríamos de perguntar à Bancada do PSD se tem interesse em remodelar e reformar a argumentação que aqui é utilizada, alguns termos que aqui são utilizados. Nesse sentido, o PS estaria disponível, obviamente, para acompanhar esta questão da criação de passes sociais. Aquilo que acontece e respeitando, obviamente, o teor e a argumentação, porque entendemos que nesta Assembleia também se faz política e aqui, peço-lhe imensa desculpa, mas acho que é mais uma questão também de fazer política do que propriamente naquilo que depois é o objetivo, que é a criação deste passe. Se esta sugestão fosse aceite nós estaríamos, obviamente, disponíveis para aprovar esta criação de passes sociais. Agora, teríamos que alterar o conteúdo. Isto é uma sugestão nossa relativamente a isto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Bom. Quanto ao conteúdo eu acho que, naquilo que é uma Moção, obviamente seria talvez útil utilizarmos uma linguagem um pouco mais formal e, com todo o respeito, eu percebo que isso tenha aqui esse teor político, mas, «nicles, batatoídes e o senhor Primeiro Ministro enganou-nos». Bom, era nesta linha.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Tiago Gonçalves... senhor Deputado Engenheiro Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Sem pôr em causa o teor da intervenção, eu retiro todos os considerandos e deixo ficar apenas a questão dos passes sociais para o Interior. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. É para retirar tudo? Ajude-me, na primeira folha... sim... isso é para retirar? É para ficar. Ok. Muito bem. A sugestão da Bancada do PSD é para que fique apenas... mas da primeira página não fica nada? Não? Pronto. Então, a sugestão do PSD é que seja tudo retirado e fique apenas os três últimos parágrafos. Vou ler: «Para que tal seja possível é preciso retirar os custos de contexto. O fim das portagens na A23 e na A25, que mais não são que um entrave para o desenvolvimento do Interior, para as pessoas, para as empresas para a sobrevivência do Interior. A redução dos preços dos bilhetes do Intercidades e do Expresso para termos o mesmo tratamento de Lisboa e do Porto. É por isso que queremos a nossa diferenciação positiva. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 15 de abril de 2019, deliberou pela criação de um passe social para o Interior, o G23 e G25, ou como lhe queiram chamar, o nosso subsídio para o Interior. Mas já, antes que seja tarde demais». É isto que fica apenas na Moção? Muito bem. Passemos, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela criação dos passes sociais G23/G25** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto da CDU. Senhor deputado Aires Diniz, faz favor”. -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu fico muito feliz com esta proposta da abolição das portagens e fico muito feliz com muita coisa. Mas o que é certo é que também queria que o Estado, a Câmara, as CIM’s, se preocupassem em criar transporte para os cidadãos desta região do mundo. Até porque essa região e nós temos ouvido os nossos militantes, nossos camaradas, os nossos amigos e o que é certo é que há dificuldades em vir de uma aldeia para a Guarda, em circular nesta região. Aqueles de nós que ainda conduzimos vamos nos nossos carros. Mas, depois, quando ficarmos velhos, provavelmente não vamos poder conduzir, vão-nos tirar a carta e a gente vai ter que andar de táxi, ou de transportes coletivos mais baratos. E isso é importante para conseguir ter gente nesta região porque, senão, quando ficarmos velhos, vamos para outras partes do País onde ainda há transportes coletivos. E era isso que queria alertar a população. Nós votámos a favor porque também apresentámos a outra Moção que eu estive a ler e, portanto, a

ideia central é que deve haver um passe social nesta região e no Interior e também haver transportes coletivos que permitam que a gente possa usar esses passes. Porque se não houver transportes coletivos não há passes, ou seja, não vale a pena ter passe. E disse.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Uma Declaração de Voto do Partido Socialista. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Mais uma vez, bom dia a todos os presentes. Mais uma vez votamos a favor desta Moção, por uma questão de coerência até porque não sei se se lembram, há pouco tempo chamaram-me aqui de utópico quando eu defendi o fim das portagens. Mas agradecemos e alegramo-nos vocês por terem mudado então de opinião e a partir de agora estarem juntos connosco a defender o fim das portagens. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O senhor Deputado Marco também quer fazer uma Declaração de Voto, é isso? Faz favor.”

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Lindos olhos que a senhora Presidente tem e um belo sorriso. Dizer que a posição do Bloco de Esquerda, o voto no sentido em como se absteve, por várias questões. Em primeiro, não é contra qualquer passe social. Mas não podemos cair num erro de vir aqui tão facilmente, chegar com um documento, com umas linhas, alteramos aqui e, de repente, temos aqui um passe social. Então, mas onde é que anda lá esse movimento pelo Interior? Ai e tal já acabou. Pois foi. Movimento do Interior acabou. Aquelas pessoas que tanto queriam várias descentralizações. Aqui, que foi aprovado várias descentralizações municipais. E fala-se dos transportes públicos e aqui já foi dito, até pelo Deputado Aires Diniz, falar em passes quando nem sequer autocarros temos. Nem transportes a Câmara tem devidamente acessíveis a todos e a todas. E o dinheiro da CIM não é assim tão bem, tão delinear como foi aqui apresentado, porque os dinheiros vieram. Aqueles senhores que andaram a falar e andaram PS e PSD, juntos, a negociar as descentralizações, aí é que deviam ter pensado nesses dinheiros. Pois, por norma, quando vos interessa, juntos, vocês estão lá. Depois, depois, falar de portagens quando ainda agora, há pouco tempo, os Deputados do PSD votaram contra as recomendações pelo fim das portagens? Então mas o quê isto? Decidam-se lá! Querem o fim, querem descontos. Não podem ter tudo, senhores Deputados. Eu, enquanto linha relativamente às portagens, o partido sempre defendeu contra. Relativamente a passes sociais sempre defendeu a favor. Mas primeiro os transportes. E isso é uma ligação entre... e uma responsabilização clara do Executivo Camarário e depois dessas CIM's que surgiram por aí e que são controladas, todos nós sabemos, pelas cores partidárias que estão enquanto Presidentes das Câmaras. Entendam-se lá, senhores Presidentes do PS e PSD. Entendam-se lá nas CIM's para quando é que o dinheiro está disponível e quando é que, de verdade, esses descontos podem ser para o povo. Para o povo. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Deputado Tiago, também Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, naturalmente votámos a favor de uma proposta até porque fomos nós que a apresentamos, não é? Naturalmente, eu às vezes digo isso, quando estou ali sentado, quando apresentamos uma Moção e depois, a seguir, vimos declarar o voto sobre aquela Moção, naturalmente, uma vez que foi o Grupo Municipal do PSD que a apresentou, votou-a favoravelmente. E queremos dizer aqui duas coisas a este respeito. Em primeiro lugar, que esta discussão das portagens ganhou maior acuidade com esta questão dos passes sociais em Lisboa e no Porto. E ganhou por uma questão de equidade para todo o País. Não podemos ter cidadãos de primeira e cidadãos de segunda por este País fora e, por isso, não podem uns ser absolutamente favorecidos, no âmbito daquela que seja a sua mobilidade interna e outros ficar aqui completamente desfavorecidos, no âmbito dessa sua mobilidade. Desde sempre, aqui nesta Assembleia Municipal da Guarda, o PSD tem apoiado todo o tipo de Moções a favor, seja da redução do preço das portagens, seja a favor da abolição. E é essa a posição que temos e manteremos sempre. Se não for possível a abolição no imediato, que haja, pelo menos, uma redução grande do valor das portagens no imediato, mas com vista a um objetivo que é esse o objetivo de não haver portagens na A23 e na A25. Finalmente, dizer uma coisa ao senhor Deputado Marco Loureiro, daquilo que referiu em relação à votação do PSD na Assembleia da República. O PSD absteve-se num Projeto de Resolução na Assembleia da República, em relação a esta matéria. E absteve-se por uma coisa muito simples. Porque, se o se o seu partido, o Partido aí do camarada Aires Diniz e o Partido Socialista que está no Governo quiserem, reduzem efetivamente as portagens ou fazem a abolição das portagens no nosso País. Não precisamos de andar a aprovar Recomendações disto ou daquilo. Se os senhores quiserem, desistam, isso sim, de fazer política com as portagens e tomem medidas concretas em relação às portagens, que é para isso que têm a maioria no Parlamento, se o querem fazer tal como fizeram com os passes sociais, façam-no e resolvam a situação da população no Interior.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Declaração de Voto também.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O tema, é um tema que já nos obrigou aqui a fazer muitas intervenções. Mas o CDS pediu a todas as CIM’s do País, através da Assembleia da República, dos Deputados, para serem informados de como é que eles pretendia implementar os passes sociais na área das respetivas CIM’s e, também, o tipo de transportes públicos que dispunham. Claro que a CIM da Beiras e Serra da Estrela não respondeu, foi uma, entre várias, que não respondeu e agora percebo porquê. E pergunto para que servem estes níveis de administração intermédia do Estado que foram criados? Para que é que servem? Para pagar vencimentos aos seus Secretário? Para complicar a operacionalização das políticas? Para que é que servem? Eu, há dias, por acaso estive em Lisboa e andei de metro. E dirige-me a um guichet e perguntei se podia ter redução no bilhete do metro. E, claramente, disseram-me que não, que isso não era direcionado para mim. E eu disse: pois, mas eu pago, com os meus impostos esta redução. E até, não sei se já contei isto aqui, mas é uma anedota que se passou aí numa freguesia qualquer do País, numas eleições autárquicas, em que um

candidato a Presidente de Freguesia dizia: meus fregueses, eu vou construir três pontes na Freguesia. E, às tantas, levantou-se um e diz: ó Zé, então e os rios? Os rios vêm depois. É pá, isto aqui, dos passes sociais em relação ao Interior, acontece exatamente da mesma forma. Nós queremos cá é os transportes públicos e, depois, aceitamos que nos deem os passes sociais. Quando não, é preciso arranjar mecanismos alternativos porque, claramente, que aqui o princípio do utilizador/pagador está colocado em causa. E está colocado em causa para os passes sociais, também tem que ser colocado em causa para as A23 e A25 e para o pagamento das portagens. Portanto, arranjem soluções porque nós também as queremos. Sabemos que a maioria da população está no Litoral, mas o Litoral não pode continuar a ser um sorvedouro de recursos financeiros, um sorvedouro de recursos humanos e um sorvedouro dos Deputados que nos deviam representar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos... faz favor... pois! Pergunta bem. Mas sabe que todos fizeram isso. Todos. Por acaso não. Não. Corrijo. O Deputado da vossa Bancada não fez. Peço desculpa. Não está a dizer nada que eu já não tenha pensado. De vez em quando tenho que fingir que não ouço. Mas falou bem. Bom, passemos à Moção do PSD. Eu chamo à atenção que vocês têm muito pouquinho tempo, portanto... quem vai ler? Senhor Deputado Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado Carlos André Cruz (PSD):** “Bom dia. Cumprimentar todos, na pessoa da senhora Presidente. Vou resumir, muito rapidamente, a Moção. A redução do número de Deputados eleitos pelo Distrito da Guarda. Vários órgãos sociais têm vindo a noticiar da possibilidade de passar de quatro para três Deputados, nas próximas eleições, à Assembleia da República. Ao mesmo modo em Viseu, passando estes para os Distritos de Lisboa e Porto. Só para terem noção, os Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja correspondem a um território de 56,27%, aos quais só lhes serão atribuídos trinta e um Deputados de um total de duzentos e trinta. Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, delibera: apoiar e sugerir a alteração da Constituição da República Portuguesa e da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de o fator do território seja incluído, a par do fator da população, na distribuição do número de mandatos por cada círculo uninominal e plurinominal e dar a conhecer, da presente Moção, ao Presidente da República, à Assembleia da República e aos Partidos com representação Parlamentar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Todos têm a Moção. Eu ia perguntar ao Grupo Parlamentar, se quiserem usar tempo do que têm do Período Antes da Ordem do Dia podem ler na íntegra. Mas todos têm. Ok. Muito bem. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu já toquei aqui esse assunto. Mas parece-me que, vamos votar favoravelmente, isto é dramático o que se está a acontecer. Três quartos do território, um dia destes, não têm representação na Assembleia da República, mas eu penso que estas medidas são escassas. Acho que

tínhamos que ir para uma medida que fosse de choque e aquilo que chocaria era, em cada momento que um Distrito perde um Deputado, em vez de ele ir para o aspirador central de Lisboa ou do Porto, a cadeira ficar vazia na Assembleia da República e isso implicar uma redução do número de Deputados. Aí sim. Aí tenho a certeza que o poder central, por uma questão de não perder posições, olharia para o Interior e para as regiões povoadas de uma forma diferente. Assim, continuamos aqui nas questões de semântica, nas habilidades, no aprovamos, não aprovamos, porque eu quero assim e tu queres assado e são precisos dois terços da representação da Assembleia da República para aprovar uma medida desta natureza e não chegamos a lado nenhum. Deputado perdido, cadeira vazia no Parlamento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Obviamente que tudo aquilo que seja a defesa do nosso território e a defesa da nossa representatividade, obviamente que teríamos que estar de acordo. E esta questão do território ser um critério é algo muito interessante de pensar e de ver, porque, de facto, qualquer dia estaríamos reduzidos à insignificância se o critério fosse apenas o número de eleitores, apesar de tentarmos por aqui também que esse saldo possa ser invertido. Mas aquilo que as estatísticas nos dizem e a Carta Educativa tem números assustadores relativamente a isso e, portanto, tem que haver aqui um tampão que possa estancar um pouco esta situação. E, portanto, parece-nos interessante esta proposta. Eu acho que poderíamos ir um bocadinho mais além. Eu acho que nos poderíamos juntar, relativamente a este tema, e mandarmos algo mais desenvolvido que possa também demonstrar que, por cá, temos essa capacidade de produzir, em termos legislativos, e não nos ficarmos só nesta parte de pedir e deixar a bola do lado de lá. Acho que podíamos aproveitar esta oportunidade para ir um bocadinho mais além. E parece-me bastante interessante e lançava aqui esse desafio para que isso fosse. Senhor Deputado Henrique Monteiro, redução de Deputados? Deixe isso lá para o rapaz do Basta ou Chega. Não vale a pena. Por aí não vale a pena, senão há partidos que ficam reduzidos a nada. Senão há partidos que ficam reduzidos a nada. Olhe, se calhar... não? Mas veja isto de outra maneira. Pelo amor de Deus, agora estarmos aqui num diálogo enquanto eu estou a falar... E, portanto, acho que desta maneira pró-ativa no sentido de tentarmos encontrar aqui um modo para que haja um limite mínimo, porque senão ficamos reduzidos à insignificância, parece-me e parece-nos completamente correto. Lançava esse desafio de podermos ir um pouco mais além porque acho que isso teria, para quem recebe depois estas Moções e estas propostas, se calhar olhariam com outros olhos ou, pelo menos, na nossa maneira de ver, a posição seria um pouco mais reforçada. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Então, passamos à votação da Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Redução do número de deputados eleitos pelo Distrito da Guarda** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta e quatro votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.”

- **Deputado Aires Diniz CDU):** “Bem, eu fico muito triste com alguns Deputados, eleitos aqui pelo nosso Distrito e por outros Distritos próximos, que em vez de lutarem pelo nosso Distrito não lutam. Há uns anos, o Paulo Campos, que foi eleito aqui pelo Distrito e que era de Oliveira do Hospital, votou e fez vingar a ideia de portagens. Há um Deputado no Distrito de Bragança que teve a infeliz ideia de dizer que estão cheios de sorte, que o Litoral é que paga os impostos com que se mantêm os hospitais de Bragança e arredores. Isto, para mim, não é nada. Nós, PCP, temos um Deputado que se encarrega, quando a gente tem problemas aqui na região, de defender os nossos interesses na Assembleia da República. Eu também queria que os Deputados eleitos por aqui estivesse na Assembleia da República a lutar pelos interesses da região. Eleger Deputados que se esquecem que são da Guarda, ou que se esquecem que são de Bragança, ou que se esquecem que são de Portalegre, ou de Castelo Branco, ou de outro Concelho qualquer, ou outro Distrito, digo eu, não é válido. Ou seja, perdermos um Deputado que não fala por nós, não interessa. Ou seja, se passarmos de quatro para três e dos quatro que temos, alguns eu nem os conheço a fazer coisas pelo Interior, pela Guarda, eu também não estou a ver porque é que a gente há de fazer isso. O que nós temos que fazer, é fazer com que o nosso Distrito, nosso Interior, tenha viabilidade económica, tenha empregos, tenha pessoas, tenha nascimentos e tenha condições de vida, saúde, habitação, educação e assim por diante, para que gente possa... E disse.” --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor. Também é Declaração de Voto, não é? Declaração de Voto. É isso, não é? Pronto. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Teria que ser Declaração de Voto. Não estamos noutra ponto, senhora Presidente. Dizer que, relativamente à sugestão do CDS/PP, atenção, senhor Deputado Henrique Monteiro, que certamente, em zonas quase de difícil eleição, para partidos como o seu e como o meu, não menosprezar os nossos partidos, mas dificilmente, o eleitorado, iríamos ter a possibilidade de eleger. Mas, o povo é que manda, o povo é que vota, o povo é que ordena. Mas, uma discriminação positiva, relativamente a este tema, que é isto que importa, e aqui apresentado pelo PSD ao qual nós nos associamos, não temos problemas nenhuns de nos associar a esta matéria, porque diz mesmo respeito a todos e a todas e que, mais cedo ou mais tarde, se o caminho for este, por decisão de prejudicar sempre as populações do Interior, ou como agora lhes chamam, territórios de baixa densidade populacional, um nome bonito, que ambos os partidos lá gostaram e o povo lá engoliu. Mas a verdade é que nós temos vindo a ser maltratados relativamente a esta matéria de representatividade, ano após ano e eleição após eleição. E, por isso, é urgente uma tomada de posição e esta, de qual nós nos associamos e com muito gosto, iremos fazer também a nossa pressão a quem de direito. Quanto à retórica aqui do camarada Aires

Diniz. Ó Aires, isso depois o povo é que decide e que deve julgar se os Deputados eleitos são, não são. Infelizmente tem razão. Mas o povo, mais cedo ou mais tarde, vai perceber que a peste grisalha afinal não existe no nosso Interior. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos, agora, ao Grupo Parlamentar do CDS. Temos uma Recomendação, maus tratos ao arvoredo. Um Voto de Protesto e um Voto de Pesar. Vai ler os três? Muito bem. Então, vai começar pela Recomendação? Pelos maus tratos. Muito bem, faz favor.”

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos e cumprimentá-los na pessoa da senhora Presidente da Assembleia. E, antes disso, só uma pequena introdução. Hoje de manhã, quando cheguei aqui, alguém me dizia que qualquer dia mudava o Hino Nacional, na parte final. Contra as motosserras, marchar, marchar. Mas a verdade é que estive este fim-de-semana na Figueira da Foz e o crime não é só daqui. Quem conhece Buarcos, sabe o que aconteceu àquela zona. Há uma reformulação daquela zona de Buarcos... é rápido... ai tem que ser já? Pronto, mas é só para dizer que lá também as motosserras... eu sei, é verdade. Mas o que lá aconteceu, eu pensei que fosse do vento, mas não, foi só naquela zona, naquelas árvores em Buarcos junto à praça. Foi uma miséria. Bom, então é o seguinte. Recomendação, maus tratos ao arvoredo. No que diz respeito ao património arbóreo, a Câmara Municipal da Guarda tem vindo a mudar de atitude, consequência, acreditamos, das iniciativas dos cidadãos e também da oposição nesta Assembleia. Se, por um lado, a intervenção nas árvores da Avenida Rainha D. Amélia, é um exemplo a seguir (com a poda cuidada dos ramos superiores da copa), os maus exemplos subsistem, de que são exemplo as intervenções desastrosas na Rua Miguel de Unamuno e na Avenida Cidade de Watterbury, com a continuação do decepamento selvagem das árvores, algumas das quais ainda nem tendo recuperado de mutilações anteriores. Urge, por isso, elaborar e aprovar um regulamento para o arvoredo, do qual apresentámos uma proposta na reunião de dezembro de 2017, para que as boas práticas sejam generalizadas e não se continuem a maltratar as árvores que são património de todos. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim apelar a que seja tomada em conta esta Recomendação, disponibilizando-se, como já o fez, para integrar um grupo de trabalho para a elaboração do dito regulamento que permita pôr cobro a estes maus exemplos. Ora, o Voto de Protesto. Notícias recentes dão conta de que o Governo aprovou o Programa de Investimentos na Área da Saúde, com uma dotação de 90 milhões de euros, mas que nele não incluiu a tão desejada requalificação do conhecido Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins, para alojar e melhorar as condições de funcionamento do serviço de saúde materno-infantil da ULS Guarda. Nada disto se nos afigura estranho porque o Interior, de uma forma geral, e o setor da Saúde, de forma particular, não têm estado na linha da frente das prioridades políticas deste Governo. A criação de uma Unidade de Missão para a valorização do Interior ou uma Secretaria de Estado com denominação semelhante, apenas têm servido para distrair os incautos eleitores, enquanto se passa mais uma legislatura com o Interior cada vez mais esquecido, desvalorizado e despovoado. O despovoamento é uma espécie de doença contagiosa que infeta cerca de três quartos do território, sem que sejam adotadas medidas concretas e inversoras desta

irresponsável forma de olhar para o desenvolvimento e ordenamento territorial. E quando as propostas para criação de um Estatuto Fiscal para o Interior são apresentadas na Assembleia da República, lá vêm o Partido do Governo e os Partidos seus apoiantes impedir a sua aprovação. Uma coisa é a ação, outra é ficção. Anunciam-nos uma coisa e pratica-se o seu contrário. A demagogia está em crescendo e a propaganda, o populismo e o eleitoralismo são as características políticas mais vincadas deste Governo. Mais uma vez, o distrito da Guarda é esquecido. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida nesta data, perante mais uma decisão penalizadora para os utentes do SNS do distrito da Guarda, delibera: Apresentar ao Governo e ao Ministério da Saúde um Voto de Protesto pela não inclusão, no Programa de Investimentos na Área da Saúde, da obra de requalificação do conhecido por Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins, da ULS Guarda, reclamada há vários anos; Concomitantemente, protestar contra a insensibilidade que essa decisão demonstra, de forma mais particular, perante um serviço de saúde materno-infantil que carece de melhores condições assistenciais, pré-concepcional, pré e perinatal e infantil. Voto de pesar. Nascido na Guarda em 1933, na freguesia de S. Vicente, faleceu, no passado dia 23 de fevereiro, em Lisboa, o ensaísta e crítico literário João Bigotte Chorão. Este ilustre guardense foi um estudioso de literatura autobiográfica e deixa vários ensaios sobre a obra de Camilo Castelo Branco. Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia, tendo dirigido também o Círculo Eça de Queiroz. Cultor da literatura autobiográfica, João Bigotte Chorão viu, em 2008, o seu Diário Quase Completo, editado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, ser distinguido com o grande Prémio de Literatura Biográfica pela Associação Portuguesa de Escritores e, dez anos depois, publica, com a mesma chancela, mais um volume de diarística sua com o título Diário 2000-2015. Coordenou, na Editorial Verbo, a publicação da "Enciclopédia do Século XXI", a "Enciclopédia Luso-Brasileira Logos" e a "Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa Biblos". Deixou notáveis ensaios sobre Camilo de Castelo Branco. É autor, entre outras, das obras O Espírito da e Além da Literatura na qual se apresenta como "ensaísta e autor de uma crítica humanista ou ontológica" que "parte da obra para o homem, tantas vezes esquecido numa visão apenas formalista". O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, lamentou o desaparecimento do professor e ensaísta, homenageando-o numa mensagem colocada no *site* da Presidência da República, referindo a sua "incansável curiosidade e poderosa capacidade reflexiva" que, mescladas com um fino sentido de humor e sábia ironia, deixa, como legado maior do seu labor, "o que de melhor definiu a sua vida como missão: o subtil diálogo entre a escrita, o escritor e o seu decifrador, no Tempo e para além dele". Assim, em homenagem à personalidade ímpar de João Bigote Chorão e em reconhecimento ao seu notável percurso académico, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida ordinariamente nesta data, delibera: Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de João Bigote Chorão; Dar conhecimento deste Voto à sua família e às instituições com que colaborou e em que desenvolveu a sua atividade académica até ao momento da sua morte. Acrescentaríamos o minuto de silêncio, atendendo ao que foi feito também, se estiverem de acordo. Muito obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito bem. Alguém pretende intervir

relativamente a estas intervenções do Grupo Parlamentar do CDS? Sim? A senhora Deputada Conceição, faz favor.” -----

- **Deputada Conceição Santos (PS):** “O despovoamento do Interior é um problema que nos deve preocupar, assim como a qualidade e as condições de saúde, qualidade dos serviços prestados e as condições físicas onde elas são prestadas. Mas todos sabemos que os governos investem prioritariamente onde se concentra maior população, pelo que compete ao Município implantar estratégias locais para fixar e atrair população, nomeadamente através da adoção de uma política fiscal mais justa, a já falada da diminuição do IMI e a possibilidade de reversão de parte do IRS e também incentivos fiscais às empresas. Enquanto nós não conseguirmos alterar este paradigma, dificilmente algum governo olhará para nós de outra forma. Assim, o Partido Socialista votará favoravelmente o protesto apresentado pela Bancada do CDS, portanto, na sua generalidade, contudo, penso que alguns considerandos, nomeadamente a parte em que faz que é uma propaganda e o populismo e o eleitoralismo, portanto, não nos revemos, efetivamente, nisso. Mas, de qualquer modo, a Bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente, que mais não seja, também, porque devemos fazer com que não nos deixem e que não nos tratem como cidadãos de segunda. Muito obrigada.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Mais alguém pretende intervir? Como? Sim, se for muito, muito sintético. -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não vemos inconveniente em retirar esses considerandos porque, efetivamente, o que está aqui em causa é o interesse maior da saúde no Distrito da Guarda e neste caso da saúde materno infantil. Agora, é lamentável que, efetivamente, estas situações... eu não estaria comodo, se estivesse no vosso lugar, da Bancada do Partido Socialista, mas parece que isto sai à medida. Antes de cada Assembleia há sempre uma medida penalizadora da saúde no distrito da Gauda, o que é que vocês querem? Santa paciência!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Muito bem, então passaríamos à votação do Voto de Protesto.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O Voto de Pesar do Dr. João Bigotte Chorão, faríamos, então, um minuto de silêncio e, depois, a votação. Está bem? Pode ser? Votamos? Então pode ser. Está bem. Ok. Pode ser. Então, votamos primeiro.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **João Bigotte Chorão** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faremos agora, então, um minuto de silêncio.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Bom, terminámos esta parte. Eu penso que o melhor é interrompermos para almoço agora. Aquilo que eu vos

pedia... conseguem almoçar numa hora? Então, estaríamos aqui todos às 14h15 para começar, impreterivelmente, às 14h30. Pode ser? Eu também preferia. Vocês bem sabem que eu preferia porque, para mim, quanto mais cedo acabar hoje, melhor, como calculam. Mas então, impreterivelmente começamos às 14h30. Está bem? Até já.” -----

---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa já são 14h35. Boa tarde a todos. Espero que tenham almoçado bem e depressa. Vamos agora entrar no Período de Antes da Ordem do Dia. E eu tenho aqui já para falar, o senhor Presidente da Junta da Corujeira, Carlos Fonseca. Corujeira e Trinta, peço desculpa. Muito obrigada. Faz favor.” -----

- **Deputado Carlos Fonseca - Presidente da União de Freguesias de Corujeira e Trinta (PSD):** “Obrigado, senhora Presidente, cumprimento todas as pessoas na sua pessoa. O que me traz aqui são duas notas, de certa forma, distintas e, de certa forma, associadas uma à outra. No passado dia 3 de março, realizou-se mais um Desfile e Julgamento da Morte do Galo do Entrudo na cidade da Guarda. Uma vez mais, com a participação das Freguesias do Concelho que estão de parabéns pelo envolvimento demonstrado. Mais do que participar, importa representar a Freguesia mas também, em conjunto, dar cor e animação a um evento que traz, à cidade da Guarda, muitos dos nossos conterrâneos mas também muita gente de fora, como se comprova facilmente com as ruas da cidade e a Praça Velha cheia de gente. Louva-se a cidade que ainda acredita nas suas Freguesias e as incentiva como parceiros neste tipo de atividades, o que também aconteceu nas Tabernas do Entrudo, em que várias coletividades e Freguesias tiveram a oportunidade de dar a provar os seus petiscos e participar, durante quatro dias, numa atividade carnavalesca, mas de promoção da Guarda, das suas Freguesias, dos seus produtos e das suas tradições. Acreditamos nestas duas atividades e incentivamos o Município da Guarda a continuá-las no futuro. A propósito das nossas aldeias, o conhecido historiador José Hermano Saraiva, no seu programa Horizontes da Memória, em 1998, dedicou alguns minutos àquilo que ele dizia que se ouvia falar na altura e passo a citar «nas nossas aldeias agonizantes» e, também, «num processo que não tem regresso». Isto, em 1998. Ao contrário, ele próprio afirmava, na altura, «estas aldeias têm vida e, mais do que vida, têm futuro». «As pessoas», isto ainda citando José Hermano Saraiva, «as pessoas, como no poema de Junqueiro, deram a volta ao mundo, deram a volta à vida e agora querem regressar ao carinho dos seus lares. Há gente que quer voltar, oxalá encontrem as suas casas de pé». A propósito da aldeia dos Trinta, José Hermano de Saraiva dizia também o seguinte: «fala-se muito em aldeias abandonadas, aldeias que estão a fechar, mas é preciso não esquecer que essa regra não é geral. Há também aldeias extremamente progressivas que estão a crescer. Eu aqui, junto a estas velhas aldeias de granito que mostrei, queria que viessem ver a aldeia dos Trinta. Os Trinta devem ter sido trinta povoadores que, na idade média, se instalaram aqui. Isto, aí pelo século XIII. E, depois, foram ladeira acima fazendo as suas casas e ao mesmo tempo que ocupavam e trabalhavam a terra, eles dedicaram-se a um tipo de indústria que faziam cobertores de papa. Hoje, continuam a fabricar excelentes cobertores, fios para outros

lanifícios. Há aqui na aldeia quatro belas fábricas que empregam mais de quatrocentas pessoas. Resultado, daqui ninguém teve que se ir embora. Aqui ninguém deixou cair as casas e a aldeia dos Trinta é um animador e encorajante exemplo de progresso». Isto, em 1998. Esta reportagem ainda podemos ver hoje na RTP Memória. Entretanto, vinte e um anos depois, apenas uma fábrica resistiu sendo que outra está, como sabemos, a aguardar decisões judiciais. O Filipe foi com a Catarina para Lisboa, o Fausto e a Marisa levaram a filha para a França, a Zélia foi ganhar mais para a Suíça, seguiu-se a Cristina, o Pedro e o filho e depois os irmãos da Cristina, o Alexandre, a Sofia, a Gabriela, o Rafael e o Diogo. O Fábio, que até tinha um bom trabalho, foi ter com a futura mulher que já tinha também emigrado. E como estes tantos outros. Ao contrário do que dizia José Hermano de Saraiva, em 1998, começaram a cair os telhados das casas e começou a crescer o mato. O ti Manel já não em força e mandar limpar o terreno é muitas vezes mais caro do que aquilo que ele vale. E o comércio agoniza. Já pouco se jogam as cartas nos cafés. Até a IPSS, que foi notícia na televisão, há cerca de 20 anos, por manter o horário de funcionamento de creche até à meia-noite por causa das fábricas, está numa situação difícil. E não. As aldeias não são só os números que elas representam nos cadernos eleitorais que nós, os Presidentes de Junta, conhecemos. Aqui ainda pertence a Zélia, o Celso, o Alexandre e o Luís Pedro, que estão na Suíça, e mais umas largas centenas. Falo em concreto dos Trinta, mas podia falar de uma outra qualquer aldeia. São centenas que, estando fora, têm o coração cá. Nós, as aldeias, somos os telhados erguidos e os telhados caídos. O património ambiental do Concelho e muito do seu património cultural e imaterial. Há gente que ainda quer volta, mesmo que encontrem suas casas e seus telhados caídos. Haja um Portugal que as queria receber. Obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Então, eu tenho, a seguir, o senhor Presidente da Junta do Rochoso e Monte Margarida, António Simões.” -----

- **Deputado António Simões - Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte de Margarida (PSD):** “Boa tarde a todos. Hoje venho falar do Rio Noéme e, como Presidente da União de Freguesias Rochoso e Monte Margarida, venho congratular o Executivo do PSD pelo trabalho desenvolvido na limpeza e valorização fluvial do Rio Noéme. O Rio Noéme foi, desde tempos imemoriais, na minha Freguesia e em todo o Concelho, um local de encontro de jovens e menos jovens onde a agricultura e a pecuária mais prosperava, além de que possuía uma riqueza natural e paisagística que a todos cativava. Estas eram apenas memórias, pois a poluição destruiu, durante décadas, o Rio Noéme sem que nenhum Executivo até agora tenha conseguido repor a qualidade ecológica do nosso Rio. A população tinha deixado de acreditar que alguma vez o Rio Noéme voltaria a correr limpo. Deixou de limpar as margens, virou as costas ao seu Rio. Neste contexto, o Executivo do PSD delineou uma estratégia e, pela primeira vez, desde há décadas, limpou as margens e começou a identificar quem poluía o Noéme. Deixou de ser uma promessa vã a despoluição do Rio Noéme. As suas margens foram limpas, 26 km de limpeza de matos, plantação de árvores e estabilização de margens com recursos a bioengenharia. Mais de metade do Rio está despoluído. Mas tudo isto não chegava. Foi então que vimos nascer um caminho nas suas margens, o

antigo caminho dos Pescadores, e tivemos a certeza que o Rio Noéme nos iria ser devolvido. Este caminho ligará Vale de Estrela ao Rochoso acompanhando o Rio, mostrando os moinhos, os pontões e as maravilhosas paisagens ribeirinhas que até agora pouco conheciam. No futuro, se o Município da Guarda realizar o marketing que o Noéme merece, muitos turistas irão caminhar e atravessar as nossas Freguesias trazendo vida e animando a nossa economia ao nosso Concelho. Tenho a certeza de que alguns empreendimentos turísticos nascerão para aproveitar esta valorização do nosso território, para não falar do melhoramento da qualidade da nossa saúde coletiva. Sei que ainda faltam alguns focos de poluição. Não podemos perder esta oportunidade de despoluir totalmente o Rio Noéme. Depois de tanto trabalho seria imperdoável que, por uma incúria e infração de alguns, não se acabasse o trabalho. O PSD está a cumprir as promessas que muitos consideravam impossíveis. Foi um Executivo do PSD que arregaçou as mangas e pôs as mãos à obra. Importa, agora, continuar o bom trabalho. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Boa tarde, senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento a Mesa. Não sei, eu continuo sem saber a resposta ao requerimento...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. Vamos lá esclarecer, chamar as coisas pelo nome. Aquilo que o senhor me apresentou, é um pedido de envio de documentos. Não é um requerimento à Mesa. Primeiro ponto. Pronto. Eu não tenho que lhe fazer chegar os documentos hoje, se o senhor me entrega o pedido em cima da Assembleia. Para além de que, aquilo que o senhor me está a pedir, é uma legislação que é do conhecimento geral. Mas eu far-lhe-ei chegar a cópia da legislação. Já disse. Se for possível em tempo útil ainda da Assembleia, far-lha-ei chegar. Se não for, far-lha-ei chegar depois.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Era importante sabê-lo nesta Assembleia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas o senhor tome boa nota de que está certo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Entendamos que, uma situação e outra, são completamente diferentes...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor tome boa nota de que é o que diz a Lei, confie em mim, e a legislação lhe chegará. Mas, o senhor Deputado, se me permite, também podia ter tido o cuidado. Qualquer pesquisa no senhor Google devolve-lhe a legislação e o senhor podia tê-la visto...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, mas nas pesquisas não foi possível encontrar essa legislação que diz que o Presidente de Câmara, ao ser candidato, na entrega das listas no Tribunal, que entra em suspensão de mandato...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Por acaso até diz expressamente. Mas eu far-lhe-ei chegar a legislação que comprova isso...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Então, mas a senhora Presidente deve saber qual é a legislação, terá toda a facilidade em fornecer, eventualmente.” ----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas acha que eu tenho aqui um fotocopador para lhe fazer chegar a cópia? Mas eu faço-lhe chegar a cópia da lei...” ----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas não há um serviço de apoio à Assembleia Municipal?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Há e já pedi. Mas e se não for em tempo útil, como calcula, senão tinha-me feito chegar o pedido antes. E eu até em minha casa lhe tinha feito um print da legislação para lhe entregar. Mas isso... passemos à frente.”
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Concluamos que o senhor Presidente Álvaro Amaro não está nesta Assembleia porque não quer.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, o senhor Presidente com as funções suspensas...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É a conclusão que, até ao momento, me é possível retirar...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado. O senhor Dr. Álvaro dos Santos Amaro, Presidente com funções suspensas, não está nesta Assembleia por um impedimento legal. Legal. E por isso é que cá não está.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas é assim. A lei não se pode referir em abstrato...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas é abstrato o quê? Mas queria que a lei...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tem que se referir em concreto. Qual é o diploma legal que impõem essa situação?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Desculpe. Senhor Deputado, olhe, se não se importa, passemos à frente porque é assim, aquilo que está a dizer...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu já percebi. Eu já percebi...” --
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, não há nenhuma lei que se possa pronunciar em concreto sobre nada. A lei é geral e abstrata. É exatamente o contrário daquilo que está a dizer.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, mas o diploma legal. O diploma legal. Esse pode ser referido em concreto...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor pretende continuar sobre a sua intervenção ou vamos passar a tarde toda aqui a discutir?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. Eu quero continuar. Aliás, acho que esse tema não está esgotado e daí eu ter questionado...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O que eu estou a ver é que vocês gostavam muito de ver aqui o senhor Dr. Álvaro dos Santos Amaro. Isso é que eu estou a ver.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu acho que devia cá estar. Eu acho que fazia todo o sentido que estivesse cá. A gente tem algumas coisas para dizer...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, mas diga. Ele, com certeza, ouvirá. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Então, cumprimento o Senhor Vice-Presidente, Presidente em exercício, Presidente, Vereadores, não sei, os senhores Vereadores, os restantes Deputados Municipais, os senhores Presidentes de Junta, os Técnico, o Público, a Comunicação Social. Ora bem, ainda estamos no início de 2019 e, aliás, esta intervenção começa um bocadinho na linha daquilo que foi a intervenção do senhor Presidente de Junta dos Trinta, da União de Freguesias, e já contamos com cerca de cem postos de trabalho perdidos no Concelho, em apenas duas empresas que encerraram portas em duas Freguesias. Portanto, Corujeira e Trinta, união de Freguesias, e Famalicão. Ainda falta saber qual é o futuro da Dura, localizada em Vila Cortês, que se encontra em dificuldades e situação para a qual o Grupo Municipal do CDS chamou à atenção na Assembleia Municipal de setembro de 2018. Nada disto é de estranhar num Município que nunca tomou como prioridade a captação de investimentos e a criação de postos de trabalho, como forma de robustecer a economia local e fixar as pessoas que, entretanto, foram deixando a Guarda e o Concelho por ausência de expectativas. Foi pela linha política na definição de prioridades que votámos contra as Grandes Opções do Plano para o ano de 2018. O tempo está, infelizmente, a dar-nos razão mais cedo do que esperávamos. Basta referir, por exemplo, a desaceleração económica que as previsões do Executivo Camarário de receita, em sede de IMT, o Imposto Municipal sobre Transmissões Honrosas que é um fator determinante da vitalidade económica de qualquer concelho e é detido como referencial, eram, para 2018, de 1.218.372 e, com apresentação das contas, aparece-nos apenas um valor cobrado 919.255 euros. Aliás, este valor até fica aquém daquilo que era o valor de cobrança projetado para o ano 2019, que eram 948 mil e uns trocos. Isto não é de descorar. É uma quebra de cerca de 25%. É que a quebra é abrupta e dramática. Só não vê quem não quer e, em primeiro lugar, quem tem que olhar para estes números é o Executivo, para que possa adotar medidas inversoras da desaceleração económica do Concelho. Foi para isso que foram eleitos, para resolver problemas identificados. A desaceleração é uma evidência que está plasmada na apresentação das contas do Município, mas todos sentimos, no dia a dia, quando percorremos as ruas da cidade e vemos as atividades comerciais que vão encerrando portas. Não é apenas nas artérias mais secundárias, mas também nos locais nobres da cidade. As atividades comerciais não são sustentáveis porque não há pessoas. Já nas próximas eleições legislativas, o Distrito também vai perder um Deputado e quem mais contribuiu para esse facto foi o

concelho da Guarda, ou não representasse ele 28% do total dos seus eleitores. A perda de cerca de quinhentas pessoas, em média, ao ano, tinha que ter consequências a esse nível. Esta é a realidade dramática com que temos que nos confrontar. Aqui não há propaganda. Há apenas realidade. Mas devia haver mais publicidade que é uma coisa diferente. A propaganda anuncia a ficção. A publicidade apenas divulga a realidade. Em termos de comunicação até podemos dizer que o Executivo recorre frequentemente àquela figura de estilo que tanto enriquece, como outras, a língua portuguesa. A catacrese. E vou citar alguns exemplos de todos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou o seu tempo. Peço-lhe que seja...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Quatro minutos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Quantos minutos tenho? Quatro!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, já passou. Já os gastou todos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Todos? Os quatro? Mas porquê? Contou a intervenção inicial?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Qual intervenção inicial?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A questão que referimos sobre...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. não...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E já os gastei?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Gastou, sim, porque fizeram a discussão das Moções e das Recomendações e desses assuntos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É assim, senhora Presidente, eu acho que continua a haver alguma confusão relativamente aos tempos de intervenção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Desculpe, deixe-me só referir... relativamente aos tempos de intervenção do Período Antes da Ordem do Dia e dentro da Ordem do Dia, nomeadamente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, mas estamos no Período de Antes da Ordem do Dia ainda.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Desculpe. Não estamos no Período do...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Ainda não esgotámos o Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não estamos no primeiro ponto da Ordem do Dia?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Quem anda confuso é o senhor Deputado. Vai-me desculpar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exatamente. Eu pensei que tinha dado início ao ponto 1, dentro da Ordem do Dia, discussão de Interesse Municipal...” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. não... volta cá daqui a bocado...” ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... e vou completar o que ficou por dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Isto anda tudo muito confuso. Bom, então, eu não sei se alguém quer intervir sobre o que disse o senhor Deputado... o senhor Deputado Aires Diniz, quer intervir ou quer falar? Quer intervir sobre a intervenção do senhor Deputado anterior? Quer falar? Pronto, então venha lá falar senhor Deputado. Só para clarificar. Nós não terminámos durante a manhã o Período de Antes da ordem do dia, porquê? Porque vocês só fizeram intervenções relativamente aos documentos que foram apresentados, às Moções. Certo? Pronto e todos vós tinham ainda tempo para esgotar que podem esgotar dentro do tempo que vos é atribuído. Eu acho bem que se despachem. Acho muito bem e agradeço-vos. Muito obrigada. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, tenho quatro minutos?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não... tem, tem. Que o senhor ainda não esgotou nada.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Desta vez fui mais esperto do que da outra vez.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está a ver? Muito bem. Quatro minutos, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, então vamos cá ver se digo tudo quanto é preciso. Receiam agora os trabalhadores da DURA o encerramento da empresa onde trabalham e isso já era previsível desde há uns meses, pois o Presidente da Câmara deste Município, que era o Dr. Álvaro Amaro, acreditava, sem nada questionar, no que lhe diziam os administradores locais do polo de produção sito em Vila Cortês do Mondego, mas quem falava com os seus trabalhadores, e eu fui várias vezes à porta da empresa falar com eles, sabia que era apenas o Wishful thinking, uma expressão inglesa, ou seja, tomava-se o desejo como realidade. Contudo, não é com telefonemas que se segura uma empresa, mas com dimensão ativa de custos de contextos, como dizem agora os grandes economistas, como são as portagens que nos isolam do mundo e afastam empresas. E isso é notório na nossa cidade. Há muitas empresas que fecharam e muitos empregos, pequenos e grandes, muitos ou poucos, que vão somando e que vão esvaziando esta

terra. Por outro lado, e eu fui lá na quarta-feira passada, moradores de um bairro degradado e com falta de arruamentos que permitam o acesso de todos ao transportes e circulação de pessoas, como é o Bairro da Fraternidade, tinham confiadamente acreditar nas promessas dos que governam, a Autarquia desde há quase seis anos ou mais, de virem a ter uma casa higiénica. Assim continuam a viver problemas graves de saúde que os matam. Falei com eles e disseram-me que tem havido muitos cancros. Enquanto sentem insalubridade e a inclemência do clima e a Câmara mantém o seu mutismo e inatividade. Esquecendo promessas, enquanto vinte e duas famílias, foi o que eles me disseram e diversas crianças, que eu vi assim de soslaio porque algumas estavam escondidas, vivem desumanamente e alguns dos seus membros morrem precocemente, e isso já tinha dito, com cancros cuja origem pode ser o amianto dos telhados que cobrem os seus tugúrios. Isto é uma palavra antiquíssima, mas que ainda continua a ser verdadeira no nosso Concelho. Mas mesmo nas condições existentes, tudo podia ser mais humano. E eu estive a estudar alguma da legislação nos últimos dias, não estudei tudo como deve ser, mas vou continuando e, portanto, isto não fica assim, como se costuma dizer. Falta-nos, de facto, ao nível do concelho, um plano estratégico de solução de falhas de habitação que deve ser articulado com a necessária e imprescindível atividade do IHRU, uma instituição que parece fantástica, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP, que parece falhar clamorosamente aqui. Depois também fui chamado a ir ver o Mercado Municipal lá em baixo, na Estação da Guarda e, portanto, na estação da Guarda existe um Mercado Municipal a precisar de apoio e de um plano de requalificação e animação comercial, que viabilize as empresas aí instaladas e chame mais outras. Agora, ainda tenho uns minutos?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ainda tem um minuto.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto, então vou dizer aquilo que ainda gostava de dizer na saída do senhor Dr. Álvaro Amaro. Concretizada que está a saída de Álvaro Amaro da Presidência da Câmara Municipal da Guarda, consideramos que esta não garante a necessária mudança de opções políticas. (e aquilo que disse anteriormente enquadra-se nisto) Mais do que a mudança de caras é necessária uma mudança de política. (e esta da questão da habitação é importante) A Guarda tem sofrido com a política de direita ao nível nacional e ao nível municipal que tem reflexo na progressiva desresponsabilização do Estado Central, mas também na progressiva privatização de serviços municipais que afetam a qualidade de acesso aos serviços e afetam a qualidade de emprego e as condições de trabalho dos trabalhadores da Autarquia. Álvaro Amaro tem personificado estas opções do PSD, (portanto, nós não distinguimos o Álvaro Amaro de tudo o resto), quer enquanto governante, quer enquanto Autarca. Bem presentes na recusa de avançar nos direitos dos trabalhadores da Autarquia e no recente acordo PS/PSD de transferência de competências para as Autarquias, que colocaram em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado e agravará a desigualdade entre as Autarquias locais e intensificará o processo de privatização, como já acontece noutras Autarquias. Esta afirmação de princípios (que eu estou aqui a fazer) não impede que desejemos a maior felicidade pessoal ao senhor Dr. Álvaro Amaro no caminho que escolheu, bem à semelhança, ou mais do que à semelhança do que sempre afirmou em

relação aos trabalhadores que pediram a sua transferência do Município da Guarda. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção do senhor Deputado? Muito bem. Temos agora o senhor Deputado Marco Loureiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Caro Presidente da Câmara, respetivos Vereadores e Vereadoras, caros Deputados e Deputadas, Comunicação Social, Público presente, Funcionários. Queria começar dizendo e citando o que já foi transmitido em alguns fóruns de debate público, relativamente, senhor Presidente de Câmara, à reabertura, ainda este ano, do Parque de Campismo. Parece-me ser importante perceber, atendendo que houve uma discussão até muito fora do normal, mas que eu até vejo com bons olhos, quando se tratou recentemente da reabertura da Pousada da Juventude. Ora bem, debater a reabertura da Pousada da Juventude, pensa o Bloco de Esquerda, não faz também sentido não debater o porquê do Parque de Campismo, ali ao lado. Um espaço que facilmente é atraível para bolsas menores, relativamente à vinda de quem vem visitar a cidade e poder ali usufruir e permanecer uma, duas, três noites ou mais, se assim o entender. E essa situação do Parque de Campismo eu recorro que, em 2017, aparenta-me, pelo que foi anunciado publicamente, que foram gastos cerca de 145 mil euros na requalificação. Isto, em 2017. Ora bem, e dando origem que, em 2018, o Parque fechou. Ora bem, que requalificação foi essa? E que requalificação, pior ainda, como é que uma requalificação dá origem a que o Parque, no ano seguinte, fique fechado e mantem-se uma placa que ainda continua a dizer que o Parque de Campismo mais próximo é o de Valhelhas. E muito bem, que é o de Valhelhas. Mas, se já está previsto abrir em junho, porque é que essa mesma placa não diz já a quem nos visita, de que esse Parque pode vir a estar, pensamos nós, porque há sempre aquele «mas», «mas», «mas», e que eu quero, que seria importante ser esclarecido esse «mas». Se vai abrir ou se não vai abrir. Relativamente... Senhora Presidente, eu peço apenas, se me é permitido, então, parar este tempo um segundo para eu ir buscar uma folha que me escapou, porque eu quero utilizar esse meu tempo para expor aquilo que a senhora Presidente disse que eu poderia utilizar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, sim, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ora muito bem. Pode, então, começar a contar. Tenho um minuto e trinta e seis. Dá perfeitamente para aquilo que eu, apenas no início, achei, senhora Presidente, que seria correto nos valores da igualdade de tratamento e passo a citar. E agora faço um apelo aos Órgãos de Comunicação Social, não querendo, de forma alguma, que vejam isto num aspeto negativo ou como um sinal de pressão. Mas é importante os Órgãos de Comunicação Social perceberem que, antes mesmo do Dr. Álvaro Amaro utilizar a possibilidade cedida, não de um acordo mútuo entre os Líderes Parlamentares, mas sim uma decisão total da senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Bloco de Esquerda nunca foi contra a vinda do senhor Presidente, na altura, Álvaro Amaro, falar. Bem pelo contrário. O Bloco de Esquerda, nessa mesma reunião,

não tem problemas nenhuns de o dizer porque se lá foi dito tem que ser também do conhecimento público, o Bloco de Esquerda até achou ridícula a proposta, por parte da Bancada do PSD, em que havia um aspeto legal, se assim fosse preciso, o Dr. Álvaro Amaro utilizaria, no Regimento, a possibilidade de falar enquanto cidadão. Eu achei que era completamente descabido. Isto é o sair da Câmara Municipal da Guarda de avioneta para a Europa. Isto não é ir de avião. Isto é uma falta de respeito por parte dos próprios dirigentes e militantes, uma proposta deste nível. Ao ponto que se chega! Mas, quem sou eu. Apenas do Bloco de Esquerda, nem sequer votei no Dr. Álvaro Amaro. E, por isso, passo a citar a posição do Bloco de Esquerda relativamente à possibilidade do Dr. Álvaro Amaro utilizar este palanque. «Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr.ª Cidália Valbom. Dando seguimento ao combinado na última reunião de Líderes das Bancadas Municipais, realizada no passado dia 9 de abril de 2019, na Câmara Municipal da Guarda, serve o presente ofício para comunicar a nossa decisão sobre a intenção do ex-Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Álvaro Amaro, vir a ter a palavra na próxima Assembleia Municipal no dia 15 de abril de 2019.» Dia de hoje. «O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda aceita que o Dr. Álvaro Amaro possa ter a palavra, após dados como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal, apenas, como pedido, no intuito do mesmo se despedir dos Membros da Assembleia Municipal. E, sendo este o momento promovido por um órgão democrático, os Líderes Municipais podem, se assim o entenderem, fazer uma intervenção» Isto porquê? «possibilitando, aos mesmos, uma resposta ao agradecimento e à despedida do ex-Presidente. E porque levamos a sério o direito à igualdade de tratamento, caso o mesmo não aconteça, não haverá outra solução se não o Bloco de Esquerda contestar,» que foi o que fiz logo no início «e abandonar a sala», que não fiz. E não o fiz porque nós temos imenso respeito por esta casa e como o Dr. Álvaro Amaro utilizou um tempo do tempo da Ordem de Trabalhos, eu não iria abandonar nunca a casa em que os meus eleitores votaram para eu estar cá a representá-los. Porque, de outra maneira, eu levantar-me-ia e saía desta sala, enquanto protesto. E é isto que devia ter sido aqui transmitido e não foi transmitido. Muito obrigado.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Pretende falar, não é isso? Mas eu dizia sobre a intervenção do senhor Deputado Marco Loureiro. Então, senhor Deputado Agostinho, faz favor.” ---

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente. Agora sim, relativamente àquilo que foi a intervenção do Dr. Álvaro Amaro nesta Assembleia. Como sabe, e aquilo que resultou da reunião, desde o primeiro momento nos manifestámos favoráveis a que um Presidente de Câmara, agora suspenso, viesse a esta Assembleia despedir-se. Nada contra isso. Porque o Presidente que hoje aqui se veio despedir foi Álvaro Amaro, daqui amanhã será outro. E não tem a ver com a pessoa. Não tem nada a ver com isso. Tem a ver com outro conjunto de critérios que devemos ter em mente e que, salvo o devido respeito, hoje não tivemos aqui em mente porque defraudou-se completamente isso. E, nessa reunião, e para que fique claro porque houve aqui um episódio contra um Regimento que, então, nessa tal reunião, eu não teria sido claro. Mas eu acho que, desta vez, fui claro quanto aos moldes em que alguém aqui poderia vir falar. E o Dr. Álvaro

Amaro não está aqui hoje, não é porque a lei o impediu. Em primeiro lugar, foi porque ele teve uma escolha. E essa escolha tem consequências e uma delas é ter que suspender o mandato. É que as coisas começam um pouco antes. E é porque a lei o impõe e, se a lei o impõe, por alguma coisa é. É precisamente para evitar que, a partir do momento em que se é candidato, se use qualquer palco, nomeadamente o das funções públicas que tem grande visibilidade, para se fazer campanha. E quem esteve aqui hoje a despedir-se não foi o Ex-Presidente suspenso, Álvaro Amaro, foi o candidato porque o conteúdo daquilo que aqui disse hoje, - e é fácil, basta irmos ouvir porque está gravado, porque está gravado também – e vamos ouvir aquilo que ele disse e vamos perceber se foi uma despedida, ou se veio aqui hoje fazer campanha e começar a lançar a sua campanha. E, depois, cada um tira a sua conclusão relativamente a isso. Nós temos a nossa e aquilo que nós aqui hoje dizemos é que, o que foi feito aqui, foi campanha política. Mas a Comissão Nacional de Eleições, relativamente a essas questões, lá terá os seus entendimentos. Isso depois já não é assunto nosso. Registamos só isso porque a nossa intenção foi que alguém se pudesse aqui vir despedir. Mas, também, acho eu, que quando alguém se despede não é, pura e simplesmente, um ato unilateral. Também nos queríamos ter despedido e endereçar algumas palavras também. Não foi possível e eu lamento. Mas, se calhar, até compreendo porque quem fala depois tem que ouvir e também poderíamos nós aproveitar esse momento para fazer algum tipo de política. Então, foi o que ele veio fazer. Se ele se tivesse despedido, despedíamos-nos também normalmente. Obviamente desejando-lhe todo o sucesso pessoal, não político, que também aqui registo, algo que nos foi dito por ele aqui um dia. Portanto, quanto ao facto de ele se vir despedir de uma Assembleia, sim senhor, não vemos problema nenhum nisso. Quanto ao facto de vir aqui fazer campanha política já vemos problema nisso. Não somos só nós. A comissão nacional de eleições também o vê. E, tanto que, as alterações que houve e cada vez a apertar mais a malha a essas circunstâncias e que, neste momento, é um dos assuntos que está na ordem do dia, do debate político, precisamente essas circunstâncias. Por alguma coisa são. E hoje aquilo que fizemos aqui foi tentar sanar aquilo que é uma impossibilidade. E, portanto, não podemos deixar aqui de dizer e registo as suas palavras e tenho pena que as suas palavras nesse caso, porque também não é simplesmente a sua vontade, foi depois uma inevitabilidade aquilo que acabou por acontecer, disse-me e transmitiu-me isto que eu aqui penso que posso dizer. O Dr. Álvaro Amaro prometeu-me, deu-me a sua palavra que tinha como intensão, única e simplesmente, de se despedir. Se nós já tínhamos a certeza que não tínhamos a sua palavra, hoje ficámos aqui comprovadamente a saber que não temos a sua palavra porque nem numa situação destas, em que se podia vir despedir com toda a dignidade porque ele foi Presidente desta Câmara e nisso ninguém tem nada contra, tinha que ter uma saída digna e honrosa nesta Assembleia, e com isso nada contra. Aquilo que ele veio aqui fazer foi precisamente a inversão disso tudo. Fica-lhe muito mal. Mas isso, cada um depois fará o seu julgamento. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta questão? Pois, é isso. Quer intervir já e... então, alguém tem alguma intervenção para... não? Então, senhor Deputado Tiago, faz favor.”

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. Esta Assembleia transformou-se um bocadinho na questão do - falar ou não falar, eis a questão. E eu acho que se o Dr. Álvaro Amaro fala é porque é candidato e não devia falar. E se não fala é porque não teria a cortesia de se despedir desta Assembleia Municipal, nem a coragem de prestar contas. De um modo ou do outro, seria sempre criticado. Com todo o respeito, e ouvi atentamente aquilo que foi a intervenção do Deputado Agostinho Gonçalves que me antecedeu, eu não vejo, de facto, em que é que a intervenção do Dr. Álvaro Amaro não tenha sido digna e não vejo também em que é que a intervenção tenha tido de política ou de campanha. Cada um, como o próprio Deputado Agostinho Gonçalves disse, fará a sua análise e terá a sua opinião. De política, quando muito, deixou-nos três ideias que não são património do PSD, de certeza absoluta, nesta Câmara da Guarda. Antes são, isso sim, património da Guarda. Três preocupações gigantescas para o futuro da Guarda. A educação. Há alguém nesta sala que não se preocupe com o futuro da educação no nosso concelho? Da Capital Europeia da Cultura. Há alguém, que depois de abraçado este desígnio da candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura, não queira o seu sucesso? Da Plataforma Ferroviária. Há alguém nesta sala que, de facto, possa imaginar o futuro da Guarda depois da grande luta que foi sentida para haver esta concordância entre a linha da Beira Baixa e a linha da Beira Alta, que ache, realmente, que esse não é um aspeto decisivo para o futuro da Guarda? Foi isto que, quando muito, houve de política nesta Assembleia. É a política da memória. É a política de lembrar a quem fica que continuamos todos a ter muita responsabilidade naquilo que podem ser os caminhos e as escolhas deste concelho e que todos, certamente, com as nossas diferenças, também, certamente, mas no cerne das questões, nomeadamente em relação a estes três aspetos, todos a lutar pela Guarda e pelas vitórias da Guarda. Dito isto, o Dr. Álvaro Amaro, de facto, não está aqui hoje porque, a 13 de março deste ano, o PSD apresentou a sua lista ao Parlamento Europeu na qual ele integra no quinto lugar. Estamos praticamente certos da sua eleição e entendemos isso como um justíssimo reconhecimento pelo seu percurso político e atividade que desenvolveu nos mais diversos cargos. Secretário de Estado da Agricultura, Deputado, Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, depois Presidente da Câmara Municipal da Guarda e sem esquecer, também, aquilo que foi o seu papel enquanto impulsionador do Movimento pelo Interior e de negociador, em nome do PSD, no dossier de descentralização com o Governo da República. O Reconhecimento que o Presidente do PSD e a sua Direção Nacional justamente tributam ao Dr. Álvaro Amaro, colocam-no num patamar onde nunca nenhum cidadão do distrito da Guarda alguma vez tinha alcançado. Tal facto, além de ser digno de nota nesta Assembleia e para todos nós, é também a prova provada de que o Dr. Álvaro Amaro conseguiu, a partir da Guarda, atingir um relevo a nível nacional que é muito honroso para a nossa cidade. Ele foi Presidente da Câmara Municipal da Guarda desde outubro de 2013 e conquistou duas importantíssimas vitórias, duas grandes vitórias autárquicas para o PSD e, por isso, uma delas, aliás, esta última em 2017, a maior vitória que alguma vez um partido conseguiu neste concelho da Guarda. A Guarda, à saída do Dr. Álvaro Amaro, é hoje, de pleno direito, a capital e sede administrativa da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. É também o local onde brevemente se irá realizar, novamente, o

segundo maior certame nacional em matéria de turismo, a Feira Ibérica de Turismo. É, como dizia antes, candidata a Capital Europeia da Cultura no ano de 2027 e palco de inúmeros eventos que atraem gente de toda a região e até de Espanha, como foi, por exemplo, o concerto que se realizou no último sábado e que encheu as ruas da nossa cidade junto ao TMG. A nível urbanístico, deixa, como legado, a cidade projetada para os próximos anos, com as principais obras, que irão mudar a face do concelho, em fase de projeto ou de execução de que são exemplo os Passadiços do Mondego; o Centro Náutico e de Laser do Caldeirão que estará, creio eu, pronto a ser inaugurado neste verão; a variante da Sequeira; o processo de despoluição e construção de percursos pedestres e clicáveis em torno dos rios Diz e Noéme; o Centro de Exposições Transfronteiriço e o terminal Ferroviário no nó de ligação entre a linha da Beira Alta e a linha da Beira Baixa. A Guarda é, também hoje, uma cidade com as contas em dia, como, aliás, iremos ver a seguir. Com as contas em dia para com os fornecedores da Autarquia, com prazos médios de pagamento muito baixos e apresentando contas consolidadas que permitem encarar os desafios futuros, que são colocados por um tão grande volume de obra que há a fazer, com capacidade e fôlego financeiro. Finalmente, não desde 2013, é certo, mas, pelo menos, desde 2015 e isso por causa das contas que encontrou, a Câmara Municipal da Guarda introduziu mecanismos de transparência e segurança no financiamento às Associações e Coletividades do Concelho, mas também às Freguesias. Tais financiamentos acontecem à luz de um Regulamento e, no que às Freguesias diz respeito, através dos Acordos de Cooperação votados nesta Assembleia, que fazem com que todos saibamos, em cada momento, quanto recebe cada Freguesia. Este é um fator que importa, certamente, preservar e aprimorar. Estamos certos que a Guarda ganhará, com a eleição do Dr. Álvaro Amaro, um interlocutor especial e também privilegiado, junto da Europa, para os desígnios futuros do nosso Concelho. Seja no financiamento das obras em curso, seja na execução de políticas europeias que ajudem a reduzir as assimetrias regionais existentes no nosso País. Por tudo isto, tributámos hoje, ao Dr. Álvaro Amaro, o justo aplauso e a homenagem que sempre nos merecerá. Encaramos agora com normalidade e total serenidade, o processo de sucessão que se segue. O Grupo Municipal do PSD pretende, nesta Assembleia Municipal, manifestar a sua total confiança nos demais eleitos para a Câmara Municipal da Guarda, que vêm acompanhando o Dr. Álvaro Amaro nos últimos anos e que manterão, certamente, o rumo e o ritmo de execução de obra e do programa eleitoral apresentado aos guardenses. Senhor Presidente de Câmara, senhoras e senhores Vereadores, confiamos na vossa responsabilidade e empenho para continuar a colocar em prática este projeto transformador da cidade e do concelho. Certos de que haverá mudanças, mas que essas mudanças não afetarão o essencial do projeto sufragado pelos guardenses, cá continuaremos para apoiar e trilhar este caminho conjunto, em nome da Guarda e em nome dos guardenses. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém... senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, membros da Mesa, colegas Vereadores,

senhoras e senhores Deputados, técnicos da Câmara Municipal da Guarda, público em geral. É a primeira vez que me dirijo a este Órgão nas qualidades e nas funções em que fui investido. Na verdade, a questão legal está sempre subjacente da ação das comunidades, das pessoas e, nesse sentido, Álvaro Amaro, candidato ao Parlamento Europeu, assumiu esse desafio em grande parte também pela Guarda porque nós somos, como ele refere muitas vezes mas também todos temos essa noção, somos nós e as circunstâncias e quando as circunstâncias, num determinado momento, acontecem, nós temos que estar à altura desse momento. E, na verdade, vemos também na posição assumida pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda com funções suspensas, também aqui um orgulho enorme por, por um lado, lhe poder suceder, a mim e aos restantes Membros aqui do Executivo, Vereadores, que nos orgulha bastante e nos dá, também, a força para que nós possamos contribuir com a nossa ação, não só numa linha de continuidade porque quando se faz bem não vamos mudar o que está bem, isto é como na linguagem futebolística, em que equipa que ganha não se mexe e, nesse sentido, numa linha de continuidade como eu disse, também queremos efetivamente orgulharmo-nos da nossa ação, orgulhar, de facto, toda esta comunidade guardense de que somos capazes de fazer muito, somos capazes de fazer bem à altura daquilo que se faz de melhor no país. É esse o nosso objetivo e é assim que nós acreditamos que a Guarda tem que de alguma forma ser reconhecido o seu papel em termos regionais, locais, regionais e também nacionais. É um orgulho, como há pouco eu referia, também enquanto guardense poder estar e assumir este importante papel de servir a Guarda mas, fundamentalmente, também gerir os seus destinos. Não o vou fazer sozinho, como é óbvio, vou fazê-lo com os meus colegas do Executivo, mas também o vou fazer convosco. E, nesse sentido, é importantes nós termos uma noção clara daquilo que é e deve ser o posicionamento deste órgão, daquilo que deve ser o posicionamento também das instituições que cada um que aqui está representa para nós também lá fora, naquilo que é a nossa ação, que não é única e simplesmente às nossas fronteiras locais e concelhias, temos que ter bem clara essa noção. E desde logo eu focava aqui dois ou três elementos essenciais. A projeção da Guarda no Conselho da Região, na terça-feira a Guarda vai estar representada, como é habitual, o Conselho da Região onde estão todos os concelhos da região centro e ali se discutem muitas matérias que têm implicações europeias, têm implicações nacionais e que dizem, em primeiro lugar, respeito à nossa região. E aí é importante estarmos organizados, saber quais são os dossiers, quais são os temas e qual é o posicionamento que a Guarda tem que ter nessas matérias. Mas não tem que ter só no Concelho da região, tem que também ter um papel importante e nós ouvimos aqui a vossa participação, que eu registei, que nós registámos, claramente com uma preocupação focada em muitos temas que são muito relevantes para nós políticos, para nós gestores da causa pública mas para a comunidade que nós representamos e, aí sim, nós temos que também perceber em termos de coletivo, independentemente da questão política e partidária, qual é o posicionamento da Guarda, designadamente no âmbito da CIM. Também na Comunidade Intermunicipal, e não vou agora focar-me já nalguns temas importantes que aqui foram lançados, a questão dos transportes, sei bem do dinheiro que está na Comunidade Intermunicipal para ser distribuído pelos diversos Municípios sendo que, nos diversos

Municípios, há dois que têm transportes urbanos, como sabem, são os únicos, e os restantes não têm transportes urbanos, têm os seus transportes interurbanos. É preciso perceber de que forma é que vamos apoiar, desde logo numa logica daquilo que foi a transferência financeira do Governo Português para as CIM's, mas n'pós queremos mais. Eu recordo que li num jornal que o Primeiro-ministro tinha dito claramente que queria dar o mesmo tratamento às CIM's como deu às Áreas Metropolitanas. Estamos à espera. Mas é verdade que nesta lógica também local e regional, nós temos que nos posicionar naquilo que são os temas importantes da Guarda, inseridos nesta Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela onde eu também dou, desde logo, o meu testemunho de que sou defensor desta convergência de interesses, desta partilha de serviços que podem ser, de facto, de alguma forma geridos em comunidade e com ganhos financeiros e de eficiência também de resposta a estas necessidades coletivas. E esse posicionamento é relevante e era algo que eu queria também focar-me nestas primeiras palavras que vos estou a dirigir. Depois, há também um ponto que eu queria referir. Por um lado, nós, a democracia é mesmo isso, temos pontos de vista diferentes, ainda bem que assim é, mas temos a convicção clara que quanto melhor for a oposição melhor será a governação. E, por isso, o desafio à oposição no sentido de que temos que ser criativos construtivos. Porque a nós une-nos uma coisa e, acima de tudo, essa coisa é fundamental, a Guarda. A seguir o Partido e a seguir os interesses pessoais. Portanto, e nesse sentido, não apoiarei nunca aqui discussões em que, no fundo, se discute a política partidária pela política partidária esquecendo, efetivamente, aquilo que é melhor para a Guarda porque nós estamos também sob observação. As outras regiões também olham para nós como fator de referência ou como um fator de desorganização. E eu quero, com o vosso contributo, contribuir, passo o pleonasma, para que possamos também ser referência nalgumas ações concretas que nós desenvolvemos para esta região porque é assim que eles também olham e a credibilidade que nós possamos adquirir no futuro, resulta muito das ações e da forma como nós, como órgão, iremos funcionar. Por isso, não tenho dúvidas nenhuma, quanto melhor for a oposição, melhor será a governação. Para a governação e para o partido que dá sustentação a este Executivo, eu queria também deixar uma palavra de confiança de que acredito que o vosso apoio é imprescindível para nós possamos ter globalmente, a força, a energia e a capacidade para levarmos o nosso projeto para a frente. É verdade que eu poderia vir dizer: uma ideia é melhor do que a outra. Uma é mais de esquerda, a outra é mais de direita e valorizar, por si só, cada uma das ideias em função do setor político de onde vêm. Mas há uma coisa que obrigatoriamente nos separa. Nós acreditamos que o caminho, a forma de fazer política, a forma de fazer progredir a nossa região, a forma de fazer progredir a nossa comunidade é na social-democracia, é no projeto que encabeçamos e é aí que nós temos que trabalhar em conjunto porque a Guarda em primeiro lugar e nós acreditamos que, em conjunto, iremos efetivamente conseguir atingir esses objetivos. O futuro da Guarda e o compromisso com a Guarda permanece. Álvaro Amaro deixa o Município da Guarda como o Deputado Tiago referiu muito bem, mas podia também falar, desde logo, no António Simões e no Carlos Fonseca, Presidentes de Junta que são aqui provas, testemunhas bem claras daquilo que foi feito ao longo destes anos. É verdade que não

fizemos só obras físicas. Entrámos também naquilo que foi o apoio à educação, as escolas, o apetrechamento das escolas, o desenvolvimento também ambiental. São diversas as áreas onde o Município da Guarda interveio. E, por vezes, não é só aquilo que nós vemos quando passamos na rua. A pavimentação, o alcatroamento, o arranjo dos passeios e a iluminação pública. Não é só isso que é a ação da Câmara. Nós temos um documento, que normalmente acompanha sempre as Assembleias Municipais, que é o documento de informação útil do senhor Presidente da Câmara. Vejam o que lá está e vêem que, de três em três meses, é muito intensa a atividade e rica atividade que este Executivo desenvolve por este Município. E, por isso, é essa a senda, é essa ação que nós vamos continuar a desenvolver e acreditamos que o compromisso da Guarda assim o exige. Ora, para me focar concretamente nas questões que me foram referidas. Carlos Fonseca, Presidente da Junta dos Trinta e Corujeira, é verdade que o envolvimento das associações e das Juntas de Freguesia, pelo menos, eu nasci na Guarda, foi aqui que vivi a esmagadora maioria dos meus anos de vida e tenho a noção clara de que nunca houve tanta participação, nunca houve tanta envolvimento das Juntas e das Associações em grandes eventos, como é o Carnaval e a Morte do Galo. É verdade que, em termos industriais, a indústria na nossa região já foi mais pujante. Passamos algumas dificuldades e aqui não me venham dizer que há mais capacidade de previsão para prever o insucesso. Não há. As circunstâncias condicionam-nos. Nós é que, perante os problemas, temos que tomar decisões e acreditem, senhores Deputados, que desde a primeira vez, quer na circunstância que foi, ou seja, quer a empresa de têxteis dos Trinta, quer a empresa de Famalicão da Serra e, agora, da Dura, o Município da Guarda esteve na primeira linha de avaliação, de análise da situação. A primeira circunstância, tenho a referir que a Segurança social executou uma dívida e criou um problema de gestão na própria empresa, onde a massa insolvente não deixou outra solução que não fosse o encerramento da empresa dos Trinta. Foi essa a informação que nos chegou. Aliás, o mandatário judicial, e eu posso dizê-lo porque é público, está no processo, o Dr. António Ferreira, portanto, mais esclarecimentos é falar com o mandatário da empresa que foi declarado insolvente e aí podemos perceber que nós temos que agir quando temos o poder para agir. Quer dizer, nós não podemos, isto é como o estado de direito, a Assembleia da República não pode interferir nas competências do Governo. Nós temos que interferir naquilo que está ao nosso alcance. E aí, o caso de Famalicão e um caso já completamente diferente. Tivemos a notícia de que a empresa tinha encerrado por falta de encomenda. É uma empresa que dirige-se fundamentalmente à execução de casacos. Apostou num cliente único e esse cliente, a partir de um certo momento, que era um cliente totalmente seguro, isto palavras das três, quatro, cinco reuniões que tive com o empresário, mas não só, já lá vamos e eu quero ser também muito rápido, ele me referiu que o empresário deixou de fazer encomendas e, a partir daí, a empresa teve que encerrar. Naquele momento nós contactamos o empresário, recebi o empresário dois dias depois, porque assim a agenda o determinou, e com ele, nesse mesmo dia, foi marcada uma reunião no IAPMEI e outra no Centro de Emprego da Guarda. Com ambos falámos e com ambos definimos um projeto, uma solução de resolução do problema. Claro que, pelo meio, há uma circunstância que nós também não controlamos. Há um contacto de um empresário com outros empresários e a possibilidade desses

empresários poderem fazer encomendas à empresa Confama. Esta é uma matéria que a Câmara não está lá a negociar com o empresário. Nós próprios, num domingo, levámos um investidor chinês a Famalicão, dia esse onde reuni, eu e o senhor Vereador Vitor Amaral, em Famalicão com a totalidade dos trabalhadores e explicámos exatamente o que estávamos a fazer. No Centro de Emprego chegámos a um entendimento de que haveria um processo de formação para cada um dos trabalhadores, até que se fosse encontrada uma solução de um novo empresário para ali ser desenvolvida, novamente, a atividade económica. Com o IAPMEI, porque havia dívidas, também foi contactado aqui na Guarda e também o Centro Regional em Coimbra, no sentido de definir um projeto de recuperação da empresa. Este processo, neste momento, está a aguardar decisão, com a envolvimento destas duas entidades porque o empresário tem contactos, algo que nós não interferimos, e está a Câmara a aguardar que ele diga se, de facto, tem novos empresários e, a partir daí, com esses investimentos, com essas novas encomendas poderá reabrir a atividade ou, então, se não o fizer, voltamos à primeira hipótese que é a de reabrir a atividade, com formação nos primeiros dois meses. Nestes dois meses encontrar, então, novos empresários, que era aquilo que tinha sido delineado há mais de um mês e a partir daí, com o Centro de Emprego, um mês e meio, dois meses, de formação em calças e outros objetos da área, com o acompanhamento de um processo de recuperação com o IAPMEI que criou agora, fiquei a sabê-lo também neste contacto que tive com o IAPMEI, que é a figura do gestor da recuperação. É uma situação que penso que ainda nenhuma empresa beneficiou disso... em Coimbra foi-nos dito exatamente isso. Está a ser criada, a Lei já o estabelece, mas está a ser criado, neste momento, essa figura. Quanto à Dura, também estamos em contactos. Aliás, aguardo, a qualquer momento, que o Secretário de Estado da Internacionalização me contacte porque na sexta-feira esse contacto foi feito. Tenho estado com o Diretor da empresa Dura, no qual estabelecemos aqui já alguns procedimentos, não de encerramento, ainda não é essa a questão. É uma situação difícil porque 50% das encomendas e o empresário, a empresa que encomenda à Dura 50% de toda a produção, neste momento, deslocaliza-se, neste momento será, se calhar, até final de agosto, vai deslocalizar toda a produção para a Índia. Ou seja, é um grupo económico que comprou este cliente da Dura e, a partir daí, quem dita as regras é o novo operador económico, o novo fundo, até porque pertencem a um fundo financeiro, e é esse que determina as regras e, desde logo, porque tem interesses na Índia, vai deslocalizar essa produção para a Índia. Também aqui o foco de apostar em novos clientes, em novas encomendas, a Câmara tem estado ao lado do senhor Diretor da Dura para, em conjunto, estabelecer estes contactos e, como disse, quer com o AICEP que foi o primeiro contacto onde me remeteram, depois, também, para o secretário de Estado da Internacionalização. Como veem, o Município intervém. Eu sei que, muitos Deputados nesta sala, o que querem é resultados. Mas a pior coisa era não lutar por eles. Eu não garanto, e aqueles que são juristas sabem-no muito bem, temos uma obrigação de meios, em muitas circunstâncias, não é uma obrigação de resultado. Temos é que lutar e esgotar os meios ao nosso alcance para atingir o nosso objetivo e isso nós faremos sempre. Agora, não venham dizer que, como o resultado (a), (b) ou (c) não foi alcançado, que não foi feito nada. Não é verdade. O trabalho está a ser feito, as instituições percebem e os seus

representantes também nos têm acompanhado nessa matéria. António Simões, é verdade, eu também me referi a isso já. A valorização turística é algo que deve ser uma consequência desta regeneração ambiental. Nós temos dois rios que são, não são muito grandes, mas são a nossa referência fluvial da Guarda e, como tal, temos que apostar exatamente nestes recursos próprios locais...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem que ser muito rápido porque já esgotou o seu tempo em um minuto e pouco...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Pronto, ok. Já me vou despachar. Aires Diniz, pronto, quanto à Dura está resolvido. O Bairro da Fraternidade temos... a minha colega Vereadora Lucília, ainda com o então Presidente da Câmara da Guarda, esteve em Lisboa no gabinete da senhora Secretária de Estado da Habitação onde é um problema conhecido, o Bairro da Fraternidade. Como sabem, o terreno todo é da Câmara cedido ao IHRU, as habitações são do IHRU, nós temos insistido claramente na resolução daquele problema e aquilo que nos foi dito, atualmente com a estratégia que está a ser desenvolvida pelo Governo, há um plano, não é um plano de estudo, mas nós estamos a desenvolver a estratégia local de habitação porque esse projeto é fundamental para nós podermos fazer candidaturas no âmbito de um projeto nacional que é o 1º direito. É isso que estamos a trabalhar e isto leva o seu tempo. E a verdade é que não somos nós os donos do terreno nem da habitação, ao contrário daquilo que acontece noutras partes da cidade onde somos donos das habitações. Neste caso, não somos donos da habitação. Como não somos donos da habitação, ainda assim não podemos fechar os olhos. Estamos lá, estamos a dar a cara e queremos encontrar soluções. Deputado Marco Louceiro, o Parque de Campismo. Em 2017 houve uma intervenção de um refeitório, a colocação lá de um contentor e a constituição ali de um refeitório que dá apoio ao Contact Center. E, o que se detetou, posteriormente, dada a fragilidade das infraestruturas porque era um parque que já há muitos anos não que sofria a requalificação, entendemos que entre manter aberto como está, embora eu perceba que muitos campistas querem e têm interesse nisso, mas a verdade é que não tem o mínimo de dignidade. Aquilo é uma imagem da Guarda e, se não tem dignidade, vale mais fechar, com tudo o que nos custe, vale mais fechar do que estar naquelas condições. E a garantia que nós podemos dar é que, até junho de 2019, nós vamos ter o parque requalificado no sentido das vias principais serem arrançadas, não sei se com alguns passeios...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, eu vou ter que lhe pedir que termine, por favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “... e então, nessa circunstância, colocarmos aquele contentor que está, que era do Contact Center, passa a ser de apoio ao parque. O Contact Center irá ter outro apoio numa zona sobranceira ao parque municipal e, aí, em junho de 2019, será aberto o público. E disse, senhora Presidente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Peço desculpa pelo atraso, mas...” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom. Terminámos agora o Período de Antes da Ordem do Dia e passamos ao Período da Ordem do Dia.” -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como? Senhor Deputado, faz favor. Não, mas é que para este ponto não se inscrevem. São os documentos eu deram entrada. Está? Eu tenho aqui os requerimentos que vocês enviaram e é por ordem de chegada. É por ordem de entrada e, portanto, isso está devidamente acautelado. Muito bem. Então, passamos... é o Grupo Municipal do Partido Social Democrata que vai falar em primeiro lugar. Senhor Deputado Hugo Fernandes, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Muito boa tarde. Exma. senhora Presidente da Assembleia da Guarda e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, Exmas. senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social, Público em geral, Técnicos da Autarquia. Antes de mais, aproveito a oportunidade para endereçar ao novo Presidente do Município os votos de muito sucesso para as novas funções assumidas. Desejar também e confiar que esta equipa agora reformulada, mantenha o melhor do bom desempenho que têm tido pois isso será bom também para o nosso Concelho. Passando à minha intervenção. Tendo terminado o mandato para o anterior Presidente do Executivo, é chegado o momento do balanço da sua gestão e como está o Concelho, decorrido este período de seis anos. Naturalmente que, para tal, e a bem do rigor, terá que se comparar o ano zero, isto é, 2013 com a atualidade. A meu ver houve, a par do setor financeiro, que será mais tarde abordado num ponto específico mas também já foi aqui abordado hoje, dois setores que se destacaram. A economia e o turismo. A dialética política dos Partidos da oposição pode dizer o que bem entender e, aliás, já ouvi aqui isso hoje. Mas a realidade demonstra-se, com clareza e evidências, nas transformações ocorridas em tão só seis anos, depois de trinta e sete anos de poder de outro partido. E eu hoje estou aqui porque me indigna o que tenho ouvido e lido, de há uns meses a esta parte, sobre as temáticas que aqui trago - economia e turismo. De facto, poderia haver matérias em que possam discordar ou evidenciar pontos menos positivos nestes anos de governação. Agora, não é, seguramente, relativamente à economia e ao turismo. Começando pela área do turismo, julgo que, para o cidadão comum deste Concelho, não restam dúvidas da transformação ocorrida nesta área. É hoje habitual, em qualquer percurso citadino que se faça, ouvir outra língua que não a portuguesa. Este fenómeno é ainda mais evidente quando decorrem eventos como o Julgamento do Galo no Carnaval, na Feira Ibérica de Turismo, nas Festas dos Santos Populares, na Cidade Natal ou no Fim de Ano e até mesmo no mercado mensal ao domingo. O volume de pessoas que por cá circulam e nos visitam é, por demais, evidente e não tem comparação possível com o passado mais recente. No entanto, se ficasse por aqui, não estaria a fazer mais do que temos ouvido por aí, falar, debitar comentários. Mas eu gosto de factos, gosto de números, gosto de confirmar a perceção que tenho e que será comum à

generalidade dos cidadãos do Concelho. Pois bem, desde logo se verifica uma variação francamente positiva e crescente do número de visitantes do Welcome Center. No entanto, realço aqui que estes números são apenas uma parte do turismo que passa pela Guarda. Seria redutor considerar que toda a gente que passa por aqui se desloca ao Welcome Center. Basta ver o que cada um de nós fará cada vez que se desloca por outras cidades do País. Como tal, há que verificar os dados estatísticos da entidade que trata destas matérias, o Instituto Nacional de Estatística. E, nesta matéria, os últimos dados disponíveis por Concelho datam de 2017, mais concretamente na área regional do centro. Ora bem, temos aqui dois períodos comparáveis facilmente. De 2009 a 2013 e de 2013 a 2017. Se, de 2009 a 2013, temos dados reais de decréscimo claro no número de hóspedes e no número de dormidas, respetivamente, menos 11,6% e menos 13,52%, o que não augurava grande futuro para o nosso Concelho, com a inversão da estratégia, entre 2013 a 2017 assistiu-se a um acréscimo de 45,8% dos hóspedes e 37,59% de dormidas. Neste período, fomos o Concelho que mais subiu da Comunidade intermunicipal beiras e Serra da Estrela. A título de curiosidade, de 2016 para 2017, a Guarda subiu 11% em hóspedes quando a Covilhã perdeu 3%. É clarinho, tanto na perceção como na confirmação dos dados estatísticos. E comparei a evolução e não os dados numéricos apenas, simplesmente porque comparar um número é uma comparação absurda. São em grandezas incomparáveis pelo que não se adequam. Faria sentido comparar o turismo de Lisboa com o da Guarda numericamente? Obviamente que não é possível, tal a discrepância na capacidade hoteleira instalada, pelo que, está aqui reposta a verdade. Sim, verdade, porque os números não enganam e a dialética política aqui está comprovada. O turismo é um dos setores que mais se tem evidenciado desde que o PSD assumiu os destinos da Autarquia. Passando, agora, à economia e ao emprego, setor que é fundamental num Concelho que pretende crescer e desenvolver-se, sendo o pilar para toda uma estratégia de atratividade. Nesta matéria foi aqui recentemente falado e já hoje também, no encerramento das duas fábricas do setor têxtil, na Aldeia dos Trinta e em Famalicão da Serra, que colocaram no desemprego vinte e setenta trabalhadores respetivamente. Já aqui foi dado o ponto da situação relativamente à questão de Famalicão da Serra e dos Trinta, é óbvio que esta situação é dramática para estas pessoas e para as próprias Aldeias. Mas é na adversidade que surgem as oportunidades e se revela a garra e a iniciativa. Os Passadiços do Mondego poderão ser aqui uma iniciativa que permita abrir novos horizontes para estas populações, assim tenha o impacto que outros passadiços tiveram nas suas regiões e, certamente, daqui a uns anos, estaremos aqui a parabenizar as mudanças ocorridas naquelas zonas rurais que tanto necessitam. Mas, voltando atrás, à razão para o encerramento destas empresas. Já aqui foi dada conta da situação específica de cada uma das empresas, mas eu queria aqui recordar que a situação do setor têxtil está a atravessar momentos complicadíssimos, não só aqui na nossa região, mas também na região do Ave, onde está a colocar em causa centenas de postos de trabalho. A conjuntura deste setor não está favorável e acabou por afetar também negativamente o futuro destas duas empresas aqui citadas. A tônica foi aqui colocada na última Assembleia Municipal, também já hoje, como sendo, por ventura, causada pela falta de apoio da Autarquia quando, na realidade, não é esse o motivo. Na realidade, não

compete ao poder autárquico gerir empresas mas sim incentivar a que elas se fixem e que tenham as melhores condições para laborarem, crescerem e se desenvolverem. A argumentação política usada na altura para induzir que a autarquia não investia no apoio ao investimento e à criação e fixação de empresas é, no mínimo, tolhida por meias verdades, isto porque se focam apenas no negativo. Esqueceram-se que esta autarquia tem criado mecanismos diversos de apoio ao empreendedorismo e à criação e fixação de postos de trabalho, como, aliás, tem sido visível em inúmeros projetos votados unanimemente por esta Assembleia, e falo aqui nos diversos PIIM, Projetos de Investimento de Interesse para o Município, pelo Projeto de Apoio Guarda Forte e de Guarda Investe. Isto, falando apenas no mais recente. Certamente esqueceram-se que a Plataforma Logística de hoje tem apenas uma coisa em comum com o passado - o nome. Porque quando antes existia apenas alcatrão e mato, hoje florescem empresas. Umhas aumentaram a sua área de abrangência, outras nasceram e vão nascer e outras optaram por este espaço para continuar a crescer. Esqueceram-se, por ventura, de um Contact Center que deixou de existir no Parque Municipal e que renasceu com este Executivo que continua a funcionar com o número de postos de trabalho previstos no acordo celebrado. Esqueceram-se, por ventura, que já este ano foi também criada uma empresa do setor de calçado com cerca de vinte trabalhadores e que as empresas do setor automóvel também estão a contratar e irão continuar a fazê-lo. Há aqui a situação da Dura, mas depois há, no lado oposto, a Coficab que vai contratar mais pessoas ainda este ano e que tem novos projetos de investimento para voltar a contratar mais quatrocentos postos de trabalho. Portanto, estes aumentos de postos de trabalho previstos e já concretizados são em número bem superior aos que já se perderam. O mercado tem seguido o seu rumo e esta Câmara tem sabido estar ao lado das empresas sempre que elas necessitam e pretendam crescer ou nascer. Mas eu não me quero ficar pelas palavras de circunstância política. Quero aqui confirmar o que afirmei com dados, factos estatísticos que validem estas minhas palavras. Pois bem, utilizando, mais uma vez, os dados do INE, constantes no anuário estatístico, mais uma vez refiro que o último ano disponível é 2017 pelo que é fácil comparar quatro anos, de 2009 a 2013 e 2013 a 2017, para avaliar a evolução dos mesmos e assim se poder concluir se estamos a melhorar ou não. No que respeita ao número de empresas existentes no Concelho da Guarda entre 2009/2013, houve um decréscimo de 3,25%, isto é, o PSD herdou um passado de declínio de empresas no Concelho. O tal caminho que vimos dizendo que se inverteu e isso é comprovado pela evolução no período de 2013/2017 em que houve um efetivo crescimento do número de empresas existentes, com uma variação positiva de 2,6%. Ao nível da CIM, somos claramente o Concelho que mais cresceu, seguido da Covilhã com 2,35%. Menos de metade. Aqui constata-se que, apesar de interior, apesar de condicionados pela falta de apostas neste mesmo interior, mesmo assim o Concelho tem visto o número de empresas existentes a aumentar. Também ao nível de postos de trabalho, pessoas a trabalhar, empregados, este sinal positivo é agora evidente em contraponto com o passado. Se entre 2009/2013 o número de pessoas ao serviço nas empresas estava a diminuir 7,1%, com a gestão deste Executivo constatamos o contrário pois entre 2013/2017 existiu um acréscimo de empregados, pessoas a trabalhar, de 3,2%. Sinais dos tempos que ninguém pode escamotear e aqui é evidenciado. Também

aqui, comparativamente com a Covilhã, estamos a crescer quando na Covilhã, nestes quatro últimos anos, se perderam 5,1% de pessoas a trabalhar. Diferenças naturais. Meus senhores, o trabalho do Executivo não foi fácil porque inverter tendências de mercado levam o seu tempo. Não tem reflexos imediatos e, por isso, mais valor têm os indicadores aqui enumerados. Chegados a este ponto, importa, de uma vez por todas, reiterar o que já disse aqui neste local: a Guarda precisa de todos, a Guarda deve ser preocupação de todos os presentes e um esforço conjunto deverá ser feito no sentido de melhorar os resultados que, sendo positivos, poderão e deverão ser melhores, pois só com empresas e emprego poderemos ambicionar recuperar anos perdidos de desenvolvimento. O meu apelo é que abandonem de vez as críticas que têm feito, apesar de aqui se ter comprovado não fazerem sentido. O que nos importa a todos, enquanto residentes num Concelho do interior, é que unamos esforços no sentido de sermos valorizados, atrairmos mais e melhores empregos e empresas porque com o contributo de todos, certamente que o trabalho será mais fácil. Em vez de virem aqui criticar opções, apresentem propostas de melhoria, apresentem alternativas porque de uma coisa eu tenho a certeza, independentemente de este Executivo ser do PSD, garantidamente, aceitará propostas e iniciativas que possam contribuir para que a Guarda evolua ainda mais. Dou-vos um exemplo. Está em discussão pública o Regulamento de Apoio ao Investimento, Guarda Investe. Aproveitem a oportunidade para valorizar e melhorar o programa, se assim o entenderem, porque este é o momento e são essas iniciativas que valorizam o papel da oposição, não as críticas destrutivas exclusivamente. Tenho a certeza, senhoras e senhores Deputados, que se todos tivéssemos em mente o desenvolvimento do Concelho e uníssemos esforços com o objetivo de pensar, planear e pensar o futuro de todos nós, este enriquecimento de pensamentos resultaria em mais e melhores iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do Concelho. É isso que espera, de todos nós, quem nos elegeu para esta Assembleia, para fazer deste espaço o que é melhor para a democracia. Juntos caminharmos e contribuirmos para o progresso e desenvolvimento do nosso Concelho, da nossa Guarda. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sobre o outro tema, quem fala? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, um cumprimento especial ao novo Presidente da Câmara Municipal da Guarda certo de que irá fazer aquilo que tem vindo a fazer e tem vindo a fazer muito bem. Tanto a si como ao resto da equipa. Cumprimento também os Presidentes de Junta, os senhores Deputados, trabalhadores da Câmara, senhores jornalistas, público. E agora indo direto ao meu tema que é, mais uma vez, o nosso Hospital Sousa Martins e, novamente, por razões que a todos nos deve preocupar. Depois de ouvirmos constantemente o PS falar numa aposta no Interior, eis que, no que à saúde concerne, esta aposta fica muito aquém do que necessitamos. O nosso Hospital já viu Ministros partirem cadeiras, Ministros a desviarem-se para não o visitar, Ministros que fogem às questões levantadas pelos senhores jornalistas, uma Ministra que atira a responsabilidade da atual situação para a Administração, uma Secretária de Estado que atira para as calendas a conclusão

da candidatura das obras de requalificação do Pavilhão 5. Mas, uma coisa os guardenses sabem. É que, cada vez mais, têm a certeza de que este Governo não quer resolver o problema do nosso Hospital. Senão, vejamos. A senhora Ministra Marta Temido diz: o orçamento do Serviço Nacional de Saúde foi reforçado em 1.400 milhões de euros. Os guardenses sabem que o orçamento do nosso Hospital foi reduzido em 15 milhões de euros. Marta Temido diz: a força de trabalho aumentou em nove mil profissionais. O nosso Hospital viu reduzida a verba referente a vencimentos em 3 milhões de euros. A senhora Ministra diz: o Serviço Nacional de Saúde tem a missão de prestar cuidados de saúde de qualidade a toda a população. O nosso Hospital viu reduzida a verba de material de consumo clínico de 3,4 para 1 milhão de euros. Depois, temos uma Deputada, eleita pelo PS da Guarda que é Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde que, sem hesitação, diz estar contra as obras do Pavilhão nº 5. Não contentes com tudo isto, melhor, a confirmar o abandono a que o PS votou a saúde no nosso Distrito, eis que o nosso Hospital não vê 1 cêntimo do recém-aprovado Programa de Investimentos na área da Saúde. Dos 90 milhões de euros autorizados neste Programa, o nosso Hospital não vê nenhuma verba atribuída, tendo ficado completamente de fora deste programa de Investimentos. Por outras palavras, eis mais uma situação em que fica evidente o total abandono do nosso Hospital por parte deste Governo, abando esse que impede a nossa população de ter acesso a cuidados de saúde que tanto merece. Ou seja, este Governo não quer que a Guarda tenha umas instalações para que sejam proporcionadas condições mais condignas para alojar o serviço de saúde Materno Infantil, Urgências Pediátricas e Obstetrícia, pelo que é com total repudio que o Grupo Parlamentar do PSD vê esta tomada de posição do Governo. Quando o senhor Primeiro-Ministro bem a público pedir votos de confiança para as próximas eleições, deverá ter presente que a população da Guarda não se irá esquecer desta falha grave para com todos nós.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes temas? Não? Muito bem. Então, passemos ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Não está? Senhor Deputado... saiu? Passamos ao Grupo Municipal do CDS. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Se me permite, antes da sua intervenção, tenho aqui a legislação que me pediu e eu, já agora, pedia à Assembleia... vou fazer questão de ler dois artigos, para que não fique nenhuma dúvida e também dizer que não precisava de o fazer, mas faço questão de os ler. A Lei Eleitoral do Parlamento Europeu diz, no seu artigo 1º, que «a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu, eleitos em Portugal, rege-se pela presente Lei, pelas normas Comunitárias aplicáveis e, na parte nelas não prevista ou em que as mesmas normas remetam para as Legislações Nacionais, pelas normas que regem a eleição de Deputados à Assembleia da República, com as necessárias adaptações». E, depois, a Lei Eleitoral da Assembleia da República, que aplicamos por remissão desta norma, no seu artigo 9º, diz «Obrigatoriedade de Suspensão do Mandato. Desde a data da apresentação de candidaturas e até ao dia das eleições, os candidatos que sejam Presidentes de Câmaras Municipais ou que legalmente os substituam, não podem exercer as respetivas funções». Portanto, está aqui senhor Deputado. Faz favor. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Agradecido. Já tomei nota. Não é necessário, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mandei tirar expressamente para si.” ----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Agradecido e a questão fica ultrapassada e foi aquilo que, efetivamente, se pediu porque era uma questão política relevante. Note-se, não era uma questão pessoal. Era uma questão política relevante saber se o senhor Presidente não estava aqui por vontade própria ou se não estava aqui por impedimento legal. E eu reconheço as minhas limitações, não sou jurista. A senhora tem formação jurídica e teria todas as condições para pesquisar, procurar a legislação melhor do que eu. Ora bom, relativamente à minha intervenção e eu agora, eu também ia começar por cumprimentar o senhor Presidente. O senhor Presidente já se assumiu aqui como Presidente. Cumprimentá-lo e dizer-lhe que registo com apreço as suas palavras, algumas das suas palavras, nomeadamente aquelas em que manifesta vontade de fazer o melhor pela Guarda. Também, como positivo, as diligências que têm sido feitas junto das empresas que estão em dificuldades e aquelas que encerraram. Evidentemente que não está nas mãos do Município criar empresas, mas está nas mãos do Município procurar empresas para aqui investirem. E o problema do Concelho da Guarda é o mesmo de muitos Concelhos do Interior. As empresas, como as pessoas, nascem, crescem vivem e morrem. E o problema da Guarda é que, quando morre uma, não nasce nenhuma. E esse é que é o drama e, por isso, é que, por muitos números que se atirem aqui, ainda ninguém explicou porque é que a Guarda perde quinhentas pessoas ao ano. Será que as pessoas têm aqui expectativas de vida, em média? Será que as pessoas tem aqui perspetivas de vida? E não estou a falar só de quadros superiores. Estou a falar de indiferenciados, estou a falar até de profissionais especializados das mais diversas áreas. Porque é que essas pessoas vão embora? Porque é que não ficam cá? Expliquem-me, por números, porque é que isto acontece. E é aí que eu distingo a propaganda, daquilo que é a realidade e à qual devemos fazer publicidade. Agora, há uma nota que o senhor Presidente disse, que quer continuar no mesmo rumo. Eu penso que há aspetos que devem ser corrigidos e este, da procura do investimento, é um deles. Um Presidente de Câmara, numa Câmara do Interior, não pode ser como o senhor da mercearia que, por ter uma idade avançada, porque já não está aberto a inovações, continua, impávido e sereno, atrás do seu balcão a atender os seus clientes e a ver os supermercados, ao lado, a roubar-lhe os clientes. E aquilo que se está a passar com a Guarda, com o Concelho da Guarda também é um bocadinho na linha desta imagem que eu aqui deixo. Acho que é preciso fazer mais. Eu não digo que não foi feita alguma coisa. É preciso fazer mais. Registo, até com agrado, que o Guarda Investe até era um projeto da nossa candidatura, com esse próprio nome, esperemos que tenham recolhido também algumas ideias e continuaria, então, a minha intervenção. Já toquei aqui a questão da desaceleração económica que está plasmada na apresentação de Contas, que a gente sente no dia-a-dia nos contactos que fazemos e nas ruas que vamos percorrendo e eu pegaria, novamente, na questão da comunicação e a forma como ela foi feita e, aliás, já aqui foi feita. E recorria até a uma figura de estilo da língua portuguesa que é a catacrese e vou dar alguns exemplos de catacreses. As costas da cadeira - toda

a gente sabe que a cadeira não tem costas. O pé da mesa – as mesas não têm pés. A cabeça do alho – os alhos não têm cabeça, e também se diz que há muita gente com cabeça de alho. Não sei, também duvido. Algumas haverá. Isto só para referir algumas. Agora vou dar exemplos de catacreses que são comuns na linguagem do Executivo e do Grupo Municipal que o suporta. Estamos a investir na economia – os números dizem que não e já foram aqui citados. Estamos a fazer uma aposta no turismo – e o Parque de Campismo está fechado e os locais de interesse turístico abandonados, mal iluminados ou sem iluminação nenhuma, para além de alguns estarem encerrados, nomeadamente ao fim de semana e isso deixa triste quem nos visita. E isso são aspetos que se referem para que sejam corrigidos. E, realmente, a governação será melhor se houver exigência da oposição ...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Portanto, peço-lhe que termine o mais rápido possível.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tenho que terminar senhora Presidente? Não tenho tolerância?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não... peço-lhe que termine o mais rápido possível, foi o que eu disse.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Depois, pusemos a Guarda no mapa. Em qual? Nos Municípios que perdem população, que veem a economia a afundar-se, as empresas a encerrarem? No outro mapa, no mapa geográfico, a Guarda já estava há muito tempo. E foi por isto, porque percebemos que este não era o rumo que a Guarda precisava, que nós também votámos contra as Grandes Opções do Plano. E referenciámos aqui uma obra que eu acho que é o expoente máximo da obra de político, elevada ao seu máximo expoente, que é a rotunda do Polis. E acho que, e até deixava essa sugestão para a Comissão de Toponímia, que podia mudar a denominação da rotunda. Em vez de rotunda Polis, passar a ser chamada a rotunda metáfora, que é outra figura de estilo. Porque é assim, nós vemos, ou melhor, conhecemos a canção que diz que a ponte é uma passagem...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai ter que terminar, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu já termino... para a outra margem, ali, a ponte não leva para margem nenhuma, não leva a sítio nenhum. A linha de caminho-de-ferro termina num precipício de um lado e, do outro, noutra precipício. E isso até pode definir o futuro da Guarda. Quer se caminhe num lado, quer se caminhe no outro, a queda está garantida. A locomotiva vai ser um equipamento imóvel, poderá representar a economia da Guarda? Se a locomotiva a instalar for aquela que perdeu o motor ali para a linha do Minho, é assim, eu acho que a Guarda também já deixou de ser o motor do distrito em termos económicos. Realmente, há que direccionar os nossos esforços e eu tenho a certeza, se os decisores europeus viessem à rotunda do Polis e olhassem para aquela obra e percebessem que ali foram gastos fundos comunitários,

percebiam claramente a razão de Portugal viver a situação financeira que vive e de os Portugueses viverem na escravidão fiscal que também vivem...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ora bem. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção? Não? Passamos, então, ao Bloco de Esquerda. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Aproveito para felicitar e sem qualquer género de hipocrisia e desejar ao senhor Presidente os maiores sucessos porque os sucessos, nos próximos dois anos e meio, seriam de agrado para todos os guardenses e as questões políticas teríamos tempo, durante estes próximos dois anos e meio, para aqui aprofundá-las e debatermos. Por isso, sem qualquer hipocrisia, repito, felicidades e que faça uma gestão de grande louvor nos próximos dois anos e meio. Contudo, aproveito já e porque recebi e espero que não seja já um sinal negativo no aspeto político e, por isso, é já por onde começo. Recebemos agora, há poucas horas, no email, um convite para estarmos nas comemorações do 25 de Abril, nos quarenta e cinco anos do 25 de Abril. Pois, caro Presidente, seria com muito gosto. Como sempre, o Bloco associou-se às comemorações do 25 de Abril, quer lá fora, quer no interior. Contudo, é inadmissível que, quando se fala no 25 de Abril, não há direito às intervenções, numa sessão Solene, por parte dos representantes dos outros partidos. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda afirma aqui que estará nas comemorações no hastear da Bandeira e, em protesto, não irá assistir à Sessão Solene porque saber ouvir é uma virtude, mas cabe aos dois lados. E, por isso, o Bloco de Esquerda, no 25 de Abril, onde municípios e municípios pelo País inteiro dão a voz, a palavra aos representantes que os seus eleitores votaram, não se compreende que, mais uma vez, a palavra, neste caso, a voz dos representantes devidamente eleitos não seja uma regra nas comemorações do 25 de Abril, nesta mesma sala. Relativamente a uma proposta do Bloco de Esquerda, dizer também que relativamente aos transportes públicos, o Bloco de Esquerda vê com desagrado que existe transportes públicos que não possuem capacidade para pessoas de mobilidade reduzida. Dizer que, e como proposta, há pouco ouviu-se aqui dizer que só se faz críticas, quero dizer ao senhor Presidente e à comunidade em geral que o Bloco de Esquerda está a fazer um extenso levantamento sobre esta problemática. Temos lancis junto às passadeiras, sinais de trânsito nos passeios, iluminação pública nos passeios, onde estes portadores de mobilidade reduzida não conseguem, de forma alguma, passar ou têm imensa dificuldade a ultrapassar estas barreiras. Por isso, o Bloco de Esquerda está a fazer um extenso levantamento que irá a posteriori entregar à Câmara Municipal e a Câmara Municipal fará o que entender para melhorar essas mesmas barreiras. Queria também aqui deixar um desabafo, ao mesmo tempo de tristeza. Porque isto de estarmos sempre a falar das homenagens e dos louvores, eu gostava, e vou propor também aqui sem qualquer hipocrisia, porque às vezes as pessoas entendem só que isto aparece nos momentos maus, mas não. Cada um interprete como quiser. Relativamente aos trabalhadores da

Confama, da têxtil Vasco Costa Sousa e, num futuro próximo, da Dura. Aparenta-me ser necessário, sem dúvida, que estes trabalhadores sejam homenageados. Aqueles que já foram despedidos e aqueles que, infelizmente, podem vir a ser despedidos. Mas, mais do que os homenagear porque é necessário, e eu compreendo claramente a preocupação dos senhores Presidentes de Junta dessas Freguesias onde se viram com esta catástrofe, porque isto é uma catástrofe, não é só os incêndios que é uma catástrofe, isto é uma catástrofe para a economia e para a vida e para a possibilidade dessas pessoas permanecerem nos nossos concelhos. E, por isso, eu convido todos os Grupos Parlamentares a fazer aquilo que o Bloco de Esquerda já fez. É preciso questionar, pressionar o Governo para percebermos se estas empresas usufruíram, ao longo dos últimos anos, de recapitalizações e de fundos europeus e que têm, e que devem ter uma responsabilidade para com a utilização desses dinheiros e manterem os postos de trabalho e não menosprezarem os trabalhadores e aqueles que apoiaram, porque nem sempre... não foram só os trabalhadores que apoiam estas empresas, outros parceiros apoiaram estas empresas nos momentos duros e recordo a empresa têxtil dos Trinta. É preciso percebermos para onde é que foi esse dinheiro. Os trabalhadores merecem saber para onde é que foi esse dinheiro. A população, os Presidentes de Junta e todos aqueles que querem que essas empresas continuem nas suas terras, merecem perceber para onde é que foram esses dinheiros e como é que foram utilizados. É este o desafio que eu faço e, num futuro próximo, há que trazer cá estes trabalhadores. Vale o que vale. Vale o que vale, mas eles, por vezes, também precisam desta simpatia de nós todos. De nós todos. Para perceberem que nós... há coisas que aqui foram ditas que é verdade, não nos compete nem conseguimos. Ultrapassam-nos a todos. Mas estas pessoas também merecem este carinho, estas pessoas precisam, neste momento, também de nos ouvirem. Todos, independentemente das cores partidárias. Estamos com eles. Eles merecem isso e é esse o apelo que eu deixo aqui numa próxima sessão ou cerimónia, que a Câmara possa trazê-los e todos nós também conviver com eles e dar-lhes a força merecida e estaremos quer lá, quer cá, sempre ao lado deles. E termino..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, tem mesmo que terminar. Já ultrapassou em dois minutos o seu tempo." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Vou mesmo terminar. Muito obrigado. Termino, então, dizendo o seguinte, só. Cinco anos e meio, Dr. Álvaro Amaro. Requalificar e revitalizar o Centro Histórico: pó. Cem quilómetros de Ecovias: pó. Ligação da Avenida da Rotunda dos 5 F's, conhecida Ti Joaquina, à VICEG: pó. Centro Náutico na Barragem do Caldeirão: pó. Passadiços do Mondego: anunciado. Pavilhão Multiusos: anunciado, mas vamos lá ver. Despoluir e requalificar o Rio Noéme e o Rio Diz, pó. Requalificar o Largo da Misericórdia: pó. Requalificar o segundo andar do Mercado para uma Incubadora de Empresas: pó. Dar um novo uso para o antigo Pavilhão das Piscinas: pó. Dar uso às instalações do antigo Matadouro: pó. Abrir o Hotel Turismo: pó." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Tem que terminar, senhor Deputado..." -

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Ecovia do Parque Industrial e PLIE: pó." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “E termino mesmo, agora. Requalificação 1 da Rua do Comércio, com uma Requalificação da própria Requalificação da própria Rua do Comércio: pó.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já percebemos que estamos todos a morrer intoxicados com tanto pó. Alguém pretende intervir sobre esta... não? Muito bem. Então, passamos agora à intervenção da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu ainda não cumprimentei toda a gente. Boa tarde. Já fiz aqui várias intervenções. É assim, o meu tema, que eu escolhi para esta sessão, é o balanço social como responsabilidade essencial das organizações. Há o balanço contabilístico, aquele que a gente faz com números e com ativos e passivos e proveitos e custos e não sei quantos. E há depois o balanço social que é aquele que tem a ver com as pessoas e era sobre isso que eu queria falar. Embora tenha deixado de ser tema comum, como era há uns trinta anos, talvez porque alguns teóricos da responsabilidade social das organizações o tenham entendido, ingenuamente, como tudo estava resolvido. De facto, em 2008, num livro que eu comprei nessa altura, Seabra e Rodrigues pensaram que os bancos estavam acima de qualquer suspeita de irresponsabilidade social das organizações, levando-os a escrever um livro que agora verificamos ser pouco científico dada a experiência que, coletivamente, tivemos com o BES, e outras organizações, um dos casos que eles estudaram. Mais avisadamente estiveram as professoras de Évora, em 1887, quando respondendo ao 9º ponto do programa das Conferências Pedagógicas do ano de 1887, realizadas na sede do primeiro círculo da 9ª Circunscrição Escolar, que era Évora, em 5 de Outubro de 1887, vejam como isto é antigo, sobre o ponto 9º que perguntava o seguinte: «a despesa com a instrução atualmente a cargo das municipalidades não influirá no progresso da instrução?» Perguntava-se. Como estavam cheias de dúvidas, as professoras encarregadas de lhe responder em comissão, que eram Maria Leopoldina Lamego, que era a presidente, a Virgínia Adelaide d’Assumpção Reis, secretária, e a relatora Maria Júlia da Matta Pereira, perguntaram, em vez de responderem à pergunta, perguntaram: «quererá o ponto dizer que a instrução a cargo dos municípios dando a estes a liberdade de recompensar condignamente os professores, aumentando-lhe os ordenados, incitaria o magistério primário mais e melhor, e por essa razão o progresso da instrução avançaria visto como diz Júlio Simon, o professor é a escola. Nesse sentido responderíamos que essa medida fora utilíssima para o progresso da instrução primária.» Só para situar isto estava, nessa altura, a arrancar o sistema de ensino público do ensino primário. «Nesse sentido responderíamos que essa medida fora utilíssima para o progresso da instrução primária. Porém, na dificuldade de compreendermos o verdadeiro sentido do ponto, abstemo-nos de fazer sobre ele quaisquer considerações deixando esse encargo aos nossos colegas que, porventura, em virtude da sua maior inteligência e estudos apropriados, possam decifrar o enigma.» E era, nessa altura, o enigma em relação à qualidade da administração municipal e de resto. Depois, também tenho aqui que dizer o seguinte. Infelizmente, alguém, pouco avisadamente, deitou fora

grande parte o Arquivo Histórico do Concelho da Guarda, impedindo-nos de saber o que se passou nas Conferências Pedagógicas realizadas nessa mesma altura na Guarda, onde esteve, em 1883, o inspetor José Joaquim Coelho que em Évora, passados quatro anos, brilhantemente dirigiu os trabalhos das suas Conferências Pedagógicas, aquelas que eu pus a afalar as professoras. De facto, em data indeterminada, foi contrariada a decisão tomada em 1 de Abril de 1936 quando foi deliberado organizar, aqui eu vi isso nas atas da Câmara, com os elementos que fossem encontrados no Arquivo da Câmara, que se refiram à História Local e Geral do País, um arquivo histórico e respetiva memória, cumprindo o despacho de sua Excelência o Ministro do Interior, de 24 de Março de 1936. E mais engraçado, é que quando eu estava a recolher isto no arquivo, os funcionários que lá estão disseram: isto é uma piada do dia 1 de abril. E, pelos vistos, foi. Por outro lado, há sempre notícias que suprem as que não são ditas. Foi o que me levou a publicar um texto em que relatava uma má interpretação da lei pela Guarda, prejudicando um professor da Urgueira do Jarmelo, que já o publiquei há quatro anos na revista o Professor, que o tribunal corrigiu. Nessa altura, isto é só para vos dizer que as Câmaras não são assim tão boas para gerir as coisas. Agora que as câmaras..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, esgotou o seu tempo. Por isso peço-lhe que seja breve, por favor." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Eu tenho os dois minutos do Marco Loureiro, também."-

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Como? Esse é o problema de eu começar a dar tempo a cada um de vós, estão a ver? Senhor Deputado, peço-lhe que rápido, por favor." -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Agora que as câmaras e demais organizações sociais são obrigadas a manter nos seus quadros de pessoal, trabalhadores cada vez mais velhos, isto é o problema atual, até o economista goza com o capitalismo, naquilo que é um problema global neste nosso desesperante capitalismo, não podendo suprir as dificuldades de atingir a produtividade e qualidade necessária de trabalho, ou seja, os velhotes não têm a capacidade dos novos, que a idade traz com robots, ou seja, o economista goza porque provavelmente os trabalhadores velhos podem ser supridos, as qualidades que eles não têm podem ser supridas por robots e não há esses robots, isso é uma ficção, é necessário ter maior atenção ao clima social das instituições, aos vínculos laborais e aqui também aos níveis de qualificação e aos salários pagos. É o que se pode fazer analisando as taxas de criação e destruição de empregos, tal como vemos na Prestação de Contas do Município da Guarda e na taxa de rotação de trabalhadores, que é a soma da taxa de admissão com a taxa de saída. É onde temos de contar com os horários de trabalho e com as despesas com a higiene e segurança no trabalho, tendo aqui particular atenção às taxas de incidência dos acidentes e à organização da formação, que é muito importante, já que os trabalhadores têm que trabalhar mais tempo têm que ter formação para conseguir trabalhar, que deve ser entendido como investimento em capital humano. Assim, torna-se importante que as empresas, e no nosso caso a Câmara da Guarda, invistam na melhoria das condições de trabalho para

conseguirem reter, atrair os trabalhadores mais produtivos e mais atentos às necessidades dos munícipes. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Passemos agora à intervenção do Partido Socialista. Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresento-lhe os meus melhores cumprimentos e, na sua pessoa, saúdo todos os presentes. Dr. Carlos Chaves Monteiro, felicito-o pelas suas novas funções a Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Caríssimo Presidente, o que esperamos de si. Mudança. Inversão do tipo de receita que está a ser aplicada à Guarda. Este tipo de política não está a funcionar. São necessárias políticas de fundo, políticas para décadas. Chega do imediato e fogo de vista. De rotundas já estamos fartos. Vire-se para a criação de emprego, para o mundo empresarial. É por aí o caminho, convença-se disso. Em 2021 é isto eu será julgado. São estas políticas que serão jugadas. É o projeto política do PSD com a sua liderança que será julgada e o Partido Socialista cá estará para perceber se, em termos de regeneração urbana e acessibilidades, se já estará concluída a variante de ligação da Rotunda dos 5 F’s à VICEG; a nova entrada do TMG a partir do Jardim José de Lemos; a requalificação das estradas de ligação aos Concelhos vizinhos; a reabilitação o eixo de ligação entre a Praça da Misericórdia, o Largo Frei Pedro, a envolvente à Capela de S. Pedro e Rua do Encontro, a envolvente ao Jardim José de Lemos até à Alameda de Sto. André; reabilitação dos espaços públicos da envolvente ao futuro Quarteirão das Artes; reabilitação do eixo de ligação entre a Av. Afonso Costa, Av. Alexandre Herculano e Rua Soeiro Viegas; reabilitação do Mercado de S. Miguel, encontrando novas formas de dinamização; execução de uma Pedovia e Ciclovia, unindo todos os bairros da Cidade; a requalificação do espaço envolvente à Capela do Mileu; constituição do gabinete de requalificação urbana; requalificação do espaço público polivalente da Rua das Flores nas Lameirinhas; a requalificação da Rua Virgílio Ferreira, no Bairro da Luz; dar vida ao Centro Histórico; o Centro Tecnológico Professor Carvalho Rodrigues; o Centro Empresarial Startups; Centro de Exposições Transfronteiriço; requalificação do lago do Parque Urbano do Rio Diz; Passadiços do Mondego; despoluição dos Rios Noéme e Diz; Guarda Cidade Led; iluminação Led nas aldeias; qualificação do TMG, requalificação do património Judaico; Festival de Musica Rock no Interior; Guarda Cidade Bioclimática de Montanha; Centro Museológico e Interativo do Ar da Guarda; Quinta da Maunça como um grande parque temático de promoção de biodiversidade regional dos territórios de montanha; Festival de Gastronomia da Guarda, intitulado Festival Comer Altamente; projeto Guarda Mundo Rural; melhorias dos transportes públicos; Aldeia Lar da Guarda, uma aldeia transformada em Lar; acesso à cultura e envelhecimento ativo, criação de cartão usuário ativo; Centro Náutico de Lazer na Barragem do Caldeirão; Skate Parque Pump Track; requalificação do Pavilhão do Estádio Municipal. Caro Presidente, esta foi a palavra de honra que o PSD deu à Guarda para o mandato autárquico 2017/2021. Cabe-lhe a si honrar a palavra dada. Num horizonte temporal de pouco mais de dois anos, apetece dizer: pouca festa e mãos à obra. Caríssimo Presidente, já temos fumo branco quanto à Vice-Presidência deste Município? Para quando o anuncio do senhor

Vereador, ou senhora Vereadora, que representa o Município na sua ausência? Que, no fundo, passa a desempenhar as funções que V. Exa. vinha desempenhando. Existe já uma proposta quanto à questão da dívida às Águas de Portugal. Uma das grandes argumentações políticas do Executivo passava de pelo facto de, pese embora não estivessem a pagar às Águas, não gastavam o dinheiro que era pago pelos munícipes. Pergunto-lhe, quanto dinheiro já foi retirado desse, se assim lhe podemos chamar, mealheiro e na hipótese de existir um entendimento, que desde já aqui esperamos que seja um entendimento que possa atingir um montante mais baixo, como é óbvio, isso é o melhor para o Município, mas caso esse entendimento consiga ser obtido, pergunto-lhe se o dinheiro que existe hoje nesse mealheiro é para gastar ou para abater na dívida porque essa era uma das grandes argumentações políticas de dizer: bem, os senhores não pagavam mas gastavam o dinheiro. Nós não, nós não estamos a pagar mas estamos a guardar o dinheiro. Por isso pergunto-lhe se aquilo que neste momento está no mealheiro é para abater já na dívida ou é para gastar. É que, salvo o devido respeito, aí estamos um bocadinho, com essa argumentação, a ir por água abaixo. E por falar em água, pagamos das águas mais caras do país. Não nos vamos calar com este tema até que seja uma realidade. Senhor Presidente, baixe o preço da água neste Concelho. Será uma batalha que o Partido Socialista não se cansará de travar e só descansaremos quando ganharmos esta batalha. Boa sorte para o desempenho das suas funções. Cá estaremos de forma responsável, construtiva, mas sempre vigilante no desenvolvimento da nossa ação política. Sempre pela Guarda e para a Guarda. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos outra intervenção do Partido Socialista. Quem fala? Senhor Deputado Rui, faz favor.” --

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde. Saúdo a senhora Presidente e, na sua pessoa, todos os Membros da Mesa, os senhores Deputados, o Executivo, com uma palavra também de... uma palavra especial para o Presidente que assume hoje as funções, embora eu tenha visto aqui quem me precedeu fazer também esta distinção mas, no meu caso, fica-me sempre a dúvida se esta situação é definitiva ou provisória uma vez que o mandato anda não foi... o Dr. Álvaro Amaro ainda não renunciou ao mandato, apenas está suspenso, portanto, admito como possível o seu regresso. Todavia parece que está, mais ou menos, tacitamente aceite que seja o senhor Presidente, agora em exercício, que vai continuar em funções. Cumprimento também a Comunicação Social, os senhores Presidentes de Junta e os Técnicos da Autarquia. E a minha comunicação sobre a Interioridade e Iberismo. As zonas mais afastadas da costa atlântica do território continental que repetidamente vemos chamadas de Interior ou Província, têm, como bem sabemos, um conjunto de características único. A simplicidade, hospitalidade e a simpatia dos seus habitantes, as suas paisagens únicas, riqueza e diversidade dos seus produtos endógenos e um património histórico riquíssimo. Isso mesmo tem vindo a ser reconhecido no contexto do turismo, pro exemplo, que muito pode beneficiar as áreas de que falamos. No entanto, historicamente, estas zonas têm tido uma maior dificuldade em se desenvolver. No caso de Portugal, o facto de a própria capital, desde muito cedo, ter estado sedeadada em Lisboa, levou a que o afastamento dos centros de

poder agudizasse estas dificuldades. No momento atual, os nossos jovens vêm confrontados com a falta de atratividade destas zonas, nomeadamente pela falta de soluções para as suas ambições profissionais, zonas já de si com baixa densidade populacional têm confrontado nas últimas décadas com o fenómeno de despovoamento que se tem acentuado. Porém, a interioridade não é uma fatalidade. A busca de políticas alternativas deve ser uma constante para todos os que temos alguma, ainda que ínfima, responsabilidade na gestão destes territórios. Desviarmos o olhar de Oeste para Este é uma das nossas possibilidades. Quando olhamos para a nossa fronteira aqui ao lado, já não vemos ameaças, vemos, há muito, oportunidades. O poder Autárquico na Guarda há muito que olha para este potencial e o tenta desenvolver. A Autarquia investiu muito, nas últimas décadas, na criação de potencial para explorarmos a via iberista que nos corre nas veias. Os que aqui nascemos e crescemos convivemos, quase desde sempre, com estes vizinhos que nos habituámos a considerar. Exemplos destes investimentos encontramos-os, por exemplo, no TMG e no Centro de Estudos Ibéricos. O primeiro é, sem dúvida, um dos projetos que mais contribuiu nos últimos anos para a afirmação da capitalidade da Guarda como território de fronteira sem abdicar de um certo cosmopolitismo. Ninguém negará a ambição que o projeto TMG teve desde o seu início, em captar público do outro lado da fronteira, mas também de promover um intercâmbio cultural mutuamente benéfico e recordemos, a título de exemplo, os Festivais de Blues Transfronteiriços, entretanto interrompidos. O fortalecimento de coletividades com capacidade de criação artística que este projeto nos trouxe é hoje também uma evidência. O Centro de Estudos Ibéricos é também um projeto de afirmação da Guarda como espaço de iberismo, beneficiando, por mérito próprio, do enorme peso de duas grandes Universidades, uma de cada um dos lados da fronteira. Mais recentemente, a FIT veio também surgir com um cunho marcadamente ibérico e embora não tenhamos até hoje uma ideia concreta do seu alcance do lado de lá da fronteira, pois, estranhamente, mesmo apesar do sofisticado e caro sistema de bilhética adotado nas últimas edições, nunca foi divulgado um dado tão elementar como a proveniência dos visitantes, cremos que esse caminho e a afirmação do evento terão inevitavelmente que passar pelo reconhecimento dessas métricas. Mais recentemente a Câmara Municipal fez também saber que vai iniciar o caminho que levará à construção daquilo que denominou Centro de Exposições Transfronteiriço. Acreditamos que um projeto e uma ambição desta natureza, são a continuação natural do caminho que vem sendo feito. Não queremos que o projeto seja transfronteiriço apenas por conveniência do momento, entendemos sim que deve ter uma verdadeira vocação, servir de ponte para a união de dois povos que cada vez mais partilham negócios, cultura e turismo porque é nesta partilha que a Guarda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou em um minuto e quarenta. Portanto, peço-lhe que seja...” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Termino.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “É nesta partilha que a Guarda pode e deve afirmar-se no contexto regional, sendo a região que mais trabalho tem feito nesta matéria. A capitalidade da Guarda em matéria de cooperação transfronteiriça tem que ser cada vez mais evidenciada e comunicada, não como mero instrumento de marketing, mas por ser uma realidade. A ambição da Guarda no quadro da Capital Europeia da Cultura de 2027 é hoje possível, pelo caminho que se fez até aqui chegarmos. Mas beneficiará certamente da continuidade de uma série de políticas de clara abertura ao iberismo e afirmação do seu território no contexto de proximidade. Da parte do Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia, o Executivo poderá sempre contar com todo o nosso apoio na prossecução deste aprofundamento de relações nos diversos níveis já hoje existentes com os nossos vizinhos Espanhóis. Deixemos de suspirar apenas virados para o mar e canalizemos alguma da nossa esperança para o lado de lá de uma linha que é, cada vez mais, imaginária. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Entre as metáforas aqui apresentadas pelo Deputado Henrique Monteiro e o fogo de vista do meu amigo e Deputado Agostinho Gonçalves, e como não é uma coisa nem outra, porque nós estamos aqui sempre, aliás, já conhecemos bem a história nestes seis anos, o que temos feito é repor a verdade porque, de facto, e começando até, já lá vamos, mas não queria deixar de me focar já neste ponto. Na verdade é fogo de vista. Elencou não sei quantas obras, quantas promessas. Isto orgulha qualquer cidade deste País. Como é que é possível colocar em causa o futuro da Guarda, quando um Executivo tem a ambição daquilo que o senhor Deputado acabou de referir? Portanto, o futuro está projetado. Está ou não está? Eu penso que sim. Mas, só uma nota anterior. Ainda assim, com a Comissão de Trabalhadores da Dura, no dia 32, às 11h00, há uma reunião na Câmara Municipal da Guarda com os trabalhadores, que era algo que estava para ser agendado e recebi agora essa informação de que iríamos ter essa reunião. Como dizia há pouco, nós olhamos para a realidade, não olhamos para as metáforas do senhor Deputado. E eu queria-lhe dizer que, relativamente aos projetos PIIM, nós desenvolvemos, no ano de 2018 e por baixo: Olano, Logística de Frio - 3 milhões de euros de investimento, seis postos de trabalho. Benpinagro, Unipessoal - 262 mil euros, dois postos de trabalho. Fungitrend, Unipessoal - 262 mil euros, dois postos de trabalho. Coficab Portugal, Companhia de Fios e Cabos - 29 milhões de investimento, cento e cinco postos de trabalho (todos sabemos, claramente, que foram anunciados cento e cinquenta mas vão muito além dos duzentos. Mas estão aqui cento e cinco). Nr Biobike, Unipessoal - 3.8 milhões de investimento, dez postos de trabalho. Viaceroport, Unipessoal - 4.7 milhões de investimento, dez postos de trabalho. Just In Time, Transportes e Logística - 2.4 milhões de investimento, trinta e dois postos de trabalho. HEN - 2.3 milhões de investimento, sete postos de trabalho. Transportes Rodolfo & Tiago Ramos - 368 mil euros, um posto de trabalho. Um total de cento e setenta e cinco postos de trabalho, um total de investimento 46.4 milhões de euros na Plataforma Logística da Guarda. Senhor Deputado, temos que nos entender. Ou falamos daquilo que nos apetece ou

falamos sobre dados reais. Também podemos falar de dados reais. O Teatro Municipal da Guarda e, aliás, na senda daquilo que tem sido as dúvidas radicais, porque se fossem dúvidas metódicas, como dizia o Descartes, nós podíamos sempre evoluir no conhecimento. Mas aqui paralisa-se, cristaliza-se e mantém-se sempre esta ideia do radicalismo. Porque, se olharmos para 2014/2019, e eu não vou ler tudo, só vou dizer algumas coisas: passagem pelo TMG - mil e quinhentos artistas, sendo que duzentos e cinco oriundos de dezoito nacionalidades estrangeiras; o número total de espectadores foi de 119.8 de espetadores; o primeiro trimestre de 2019, o TMG bateu o record com a realização de vinte e dois espetáculos no Grande Auditório e a obtenção de uma receita de bilheteira de 66 mil euros (mais do que no ano total de 2018); o TMG está representado em três projetos em redes nacionais e territoriais; em cinco anos, o TMG acolheu o número record de oitenta e três espetáculos e eventos totalmente esgotados e realizou cento e trinta parcerias com entidades, empresas e associações da região e do País; o apoio aos criadores e artistas da Guarda tem sido uma prioridade, com cento e cinco artistas apoiados com a representação no TMG. Uma palavra para a educação. O serviço educativo é estrutural na formação de novos clubes com inúmeras atividades para diferentes públicos. Das crianças aos idosos e o Plano Nacional de Cinema, envolveu, com o TMG, sete mil, oitocentas e três crianças. São dados reais, são públicos também, podemos sempre olhar para eles e tentar debatê-los. Temos, desde sexta-feira passada, sessenta e dois jovens músicos de todo o País a ensaiar para a grande estreia nacional da Orquestra Filarmónica Académica Portuguesa que terá a sua sede no Teatro Municipal da Guarda. No dia 17 de abril, quarta-feira, levará o nome da Guarda e a candidatura da Capital Europeia da Cultura, às melhores salas do País numa primeira fase, ao espaço Ibérico e ao espaço Europeu. São dados concretos, rebatam, analisem e vamos discutir. Ora, mas não é isso que também nós temos apenas que fazer. O Deputado Hugo, eu tomei nota e isso são dados que foram analisados por si e é evidente que, em termos comparativos, há e denota-se aqui alguma evolução, naquilo que era o passado na política que tinha a ver com a atração de pessoas, de turistas. A mesma situação de disponibilidade das nossas estruturas para, cada vez mais, podermos também receber aqueles que nos visitam e registo, com agrado, o trabalho que fez no sentido de nos apresentar também aqui muitos elementos que corroboram, de alguma forma, aquilo que são também os nossos dados. Como eu acabei de referir, ainda que restritos a determinadas matérias, mas esses são os dados objetivos que nós temos e é esse que temos que, de alguma forma, transmitir e evitar que haja, aqui, um fator de contágio por ideias que querem ensombrar um pouco aquilo que é a ação do Executivo e que tem sido feito e que, no futuro, também queremos continuar a desenvolver. Os Passadiços do Mondego, a economia e emprego com os projetos PIIM, muito bem a discussão pública do Guarda Investe. Independentemente de quem dá os nomes, também há o Braga Investe, há o Viseu Investe. Quer dizer, isso não interessa, interessa a substância. E, na substância, é importante o desafio que o Deputado Hugo Fernandes avançou com contributos sólidos para melhorar, cada vez mais, aquilo que nós já temos a obrigação de fazer e queremos fazer cada vez melhor e com o vosso contributo. Como eu disse há pouco, podemos fazer cada vez mais e melhor. Deputado Marco Loureiro, vamos bater sempre naquela questão dos transportes públicos. Sempre que há

necessidade dos transportes públicos o Município está atento, o Município paga e quer ser bem servido. Quero-lhe dizer, e há pouco não foquei, há uma empresa que já foi aqui referida. São vinte postos de trabalho. Penso que o Deputado Hugo Fernandes falou de uma empresa de calçado que está sedeadada no Outeiro de S. Miguel, não estão nesta contabilização mas vão estar futuramente. São mais de vinte postos de trabalho e está a laborar no Outeiro de S. Miguel. Nós criámos uma rede, um horário específico para os trabalhadores que se deslocam diariamente para o Outeiro de S. Miguel para poder ali desenvolver a sua atividade. Também fizemos o mesmo com o Instituto Politécnico da Guarda. Eu não vou dizer o número do mês de março, das pessoas que utilizaram os transportes públicos do Município e da rede Transdev dos transportes urbanos. E digo do Município porque nós temos a proposta de mobilidade. Queria-lhe dizer, nós temos duas viaturas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida, nas quais há um aluno que nós diariamente transportamos nas nossas viaturas. Mas quero-lhe dizer também que a Transdev tem dois autocarros e dois minibus adaptados exatamente para pessoas que têm mobilidade reduzida. Venha gente, é um trabalho que eu desafio todos. Há trabalhos que temos que ser todos a colaborar. Desde logo, no Instituto Politécnico, tivemos diversas reuniões para aumentar o número de utilizadores desta rede nova para o Instituto, relativamente a melhores e mais condições de acesso àquela instituição de ensino por parte dos seus alunos. E eu tenho-lhe a dizer que não consigo chegar a cinco pessoas que utilizaram a rede. Mas também não desistimos. Não desistimos e por isso é importante perceber que, mesmo que financeiramente não seja adequado, nós estamos lá. Estamos preocupados. Damos respostas e queremos efetivamente que, não só aqueles que não têm mobilidade reduzida mas principalmente também esses, possam ver na Guarda também um Município preocupado com eles e temos respostas para estas situações. E eu gostaria também de esclarecer esse ponto. É evidente que não concordo consigo quando se refere ao conjunto de obras, algumas delas elencou-as, e sabe que estão feitas. Não é? A primeira fase do Centro Náutico está feita. Não está inaugurado, mas está feito. E outras obras também... a despoluição, como foi aqui referido, inclusivamente pelo próprio Presidente de Junta que foi beneficiário no seu território, como também todos os outros, percebem claramente o impacto que estas obras tiveram nestes territórios das Freguesias. Deputado Agostinho Gonçalves, na verdade não é fogo de vista. É a nossa convicção. E na medida das disponibilidades ou nós usamos exclusivamente os fundos financeiros que temos, resultante das receitas correntes que temos para afetar aos projetos, sob pena de não concretizar nenhum ou concretizar poucos e desequilibrar a Câmara. Por isso, temos que encontrar, desde logo, aquilo que é fundamental na nossa ação nestes seis anos, que é recorrer a Fundos Comunitários. E, se nós conseguirmos encontrar, para cada um destes pontos, o respetivo apoio comunitário, têm a garantia absoluta que nós vamos executar isto tudo. Não sei se conseguimos em dois anos. Mas uns haverão de ser lançados, outros haverão de começar a ser executados, outros haverão de ser inaugurados. Mas, com certeza, que tudo isto custa muito dinheiro e o dinheiro tem que ser gerido e nós não temos aqui nenhum poço de petróleo que nos permita fazer tudo e mais alguma coisa. Mas temos feito muito. Temos feito na regeneração urbana, também colocada aqui a questão também no Centro Histórico. Quantos edifícios... só o casario para as Associações que

está em construção, que era o espaço único, naquele espaço urbano, que estava por requalificar. Estamos lá. Um espaço da Rua dos Cavaleiros, que são onze habitações para jovens que se queiram localizar na Guarda e de empresas, também estamos a tratar. Há uma empresa que, neste momento, se localizou na Pró-Raia, onde há uma parceria, também estamos nós a acompanhar isso. E foi muito fruto da nossa ação que tem duas, três, salas na sede da Pró-Raia e também alguns dos seus funcionários que vêm de Lisboa. Ainda agora recebi um email, inclusivamente, para poderem candidatar-se já a uma dessas habitações. São três habitações. Isto não é regeneração? Quer dizer, só há regeneração se mudarmos a Guarda, tirarmos a Sé do sítio e fazer coisas novas? O que é isto, senhor Deputado? Eu penso que isto é claro. Queria mais? Com certeza, vamos tratar disso. Isso vamos tratar. Vamos apostar na regeneração urbana do centro Histórico, é importantíssimo. A Capela do Mileu está em fase de acabamento de concurso, o arranjo da parte exterior. O Bioclimatismo. O senhor Deputado sabe que nós temos o processo de certificação do ar concluído, o processo de certificação não, de monitorização concluído pelo Instituto Politécnico da Guarda e, neste momento, foram contactadas duas entidades independentes para fazer a certificação, aguardando, o Município da Guarda, uma resposta direta sobre este pedido e sobre a forma de contratação. Logo que nós tenhamos essa resposta, a certificação do Ar da Guarda é também um dos eixos fundamentais desta Cidade do futuro. Desta Cidade bioclimática que nós queremos que seja cada vez mais. Mas, a verdade, é que o ar já cá está há muitos anos. Há cem anos desde que foi inaugurado o Sanatório Sousa Martins, mas é agora que estamos no processo de certificação. Tudo e em pouco tempo é muito difícil a gente concretizar. A questão que tem a ver com a dívida das águas. É um processo conhecido. É um processo que abrange os quinze Municípios da Comunidade Intermunicipal. Nós temos tido diversas reuniões no sentido de encontrar uma solução definitiva. Mas atendendo, por um lado, algo que não estou a dizer de novo, mas tem a ver com aquilo que é um sentimento comum dos Municípios em que além de nos ter sido apresentado um contrato completamente leonino, em que nós não podíamos colocar um conjunto de exigências altamente onerosas para o Município e isso foi evidenciado por muitos representantes dos Municípios, para além do contrato em si ser um contrato altamente leonino, o Município da Guarda e os catorze Municípios da CIM fizeram uma contraproposta às Águas de Vale do Tejo, a qual não foi atendida nos termos em que nós o colocámos. E, em consequência disso, neste momento, nós não vamos recorrer, nós como a maioria dos Municípios da Comunidade Intermunicipal, não vamos recorrer a essa solução que resulta de um Decreto-Lei emitido pelo Governo no sentido de regularizar estas dívidas. Mas, com certeza, vamos ter que continuar aqui numa senda de discussão com as Águas de Vale do Tejo, na medida em que o valor que nos é exigido é um valor excessivo e não tem em conta aquilo que são, por um lado, as nossas infraestruturas que foram cedidas. Não tem em conta aquilo que, no passado, também foi um acordo que foi assinado pelas Águas de Vale do Tejo, na altura Águas do Zêzere. Mas, na altura, foi assinado pelos representantes desta entidade, porque é esta entidade que executa os Municípios e, alegadamente, esse acordo não tem valor porque não foi homologado pela tutela. Mas também esta entidade não reclama aos Municípios e pede a homologação por parte do Governo. Portanto, há aqui qualquer coisa que não

bate certo. No compromisso estabelecido, salvo erro em 2013, da Dulce Pássaro, Secretária de Estado... 2012, nessa base nós manteríamos efetivamente aquilo que lá está plasmado. Como essa não foi aceite até ao momento, os Municípios entendemos não avançar com esse acordo e com certeza que teremos que agir aqui de uma forma diferente, que é colocar em causa aquilo que foi o desequilíbrio criado pela saída de alguns Municípios e também alguns investimentos que a própria Águas de Vale do Tejo, hoje Vale do Tejo, não executaram na altura. E isso tem que ter implicações diretas no contrato que sustenta este sistema de águas para estes Municípios. Mas isto é matéria que terá que ser, tenho pena, mas provavelmente ser debatida em Tribunal porque há uma decisão do Tribunal em que remete para o Tribunal Arbitral a discussão destes temas. E isto, além de ter criado uma morosidade enorme no processo desde 2012 ou, pelo menos, 2013, entre intentar a ação e não, o Tribunal Administrativo veio agora pronunciar-se, passados não sei quantos anos, sobre uma matéria que diz que não é competente e remete para os Tribunais Arbitrais. O valor que nós temos arrecadado, como sabe, são 6.5 milhões de euros. Esse valor é nosso, é do Município e aqui, com todo o respeito, a gestão deste valor é da nossa competência. E nós colocaremos este dinheiro, seja na dívida, seja em novos investimentos, naquilo que considerarmos que melhor satisfaz o interessa da Guarda. E não é o interesse do Partido Socialista. É o interesse da Guarda. E nós, quando usarmos este dinheiro da forma em que o usarmos, comunicaremos a todos e todos saberão os termos e porquê se investiu este dinheiro em novos investimentos e futuros, ou naquilo que nós considerarmos mais adequado para satisfazer essa situação. Quanto à última questão que colocou, quanto à questão da Vice-Presidência. E, desde já, uma nota também da senhora Vereadora que irá ocupar aqui esta cadeira que está vazia. A informação que eu tenho jurídica, interna, é que nós temos que tomar, não é o caso do Presidente, mas a senhora Vereadora que ainda não fez o juramento, e estando constituídos já os Órgãos, esse terá que ser feito na próxima reunião de Câmara. E nós consideramos oportuno, uma vez que estamos a tratar desta matéria, logo após a reunião de Câmara designar, identificar, nomear a senhora Vereadora com os respetivos Pelouros, designar também a Vice-Presidência. Portanto, são matérias que assim as definimos, e é assim que as vamos executar. Água mais cara do País, verdadeiramente é porque este sistema foi o que trouxe. Foi um sistema criado pelo Partido Socialista no passado e que onera gravemente os Municípios. Porque, mesmo nessa altura, a Covilhã não aderiu. A Covilhã não aderiu. Outros Municípios aderiram porque também assim as regras impunham, mas a verdade é que este sistema onerou gravemente o custo da água e ainda hoje, como é claro, não está a situação totalmente resolvida e tem, também por causa disso, custos enormes naquilo que é a satisfação de um bem essencial para as populações, que é o fornecimento de água. Quanto ao senhor Deputado Rui Ribeiro, sim é verdade. Mas aqui o Deputado Hugo talvez, reunindo os dois, ele conseguirá explicar muitas das razões das suas dúvidas, com os dados e com a fonte que ele foi buscar. Os dados que dali resultam, responderão a muitas das suas dúvidas. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Terminamos este primeiro ponto da Ordem de Trabalhos e passamos agora à discussão e votação do ponto 2.2.” -----

-----  
**Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2018.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “A Prestação de Contas é um documento que nós ao longo destes anos e os senhores Deputados têm tido conhecimento, por um lado nós temos que prestar contas e demonstrar aquilo que é a ação do Executivo e, por isso, na parte inicial deste documento, constam, das diversas áreas de intervenção com os respetivos Vereadores e Chefes de Divisão, a ação abrangente que tem sido desenvolvida pelo Município, com um reflexo claro naquilo que é o documento e demonstra esta certificação, ou esta demonstração, Relatório de Gestão e das Contas do Município. Estas contas são auditadas, são certificadas por entidades, como sabem, que têm capacidade para o efeito e demonstraram, como resulta do seu parecer, que a informação constante deste Relatório de Gestão e Contas é verdadeira e é apropriada e cumpre as mais e as normas legais e regulamentares, quer nacionais, quer europeias. Portanto, aí, qualquer dúvida que possa, porventura, perpassar pela cabeça das pessoas, de alguma viciação ou alguma alteração dos dados, como sabem não só os auditores e revisores certificam, de acordo com as normas, eles são responsáveis, mas também os técnicos. Na parte final do Relatório, quer os políticos assinam a responsabilidade pela apresentação destas Contas do ponto de vista político, mas fundamentalmente do ponto de vista pessoal. Há uma declaração, quer do anterior Presidente da Câmara, quer minha enquanto Vice-Presidente da Câmara, onde se declara, sob compromisso de honra, que assume a responsabilidade por todas as informações ali colocadas. Em 2018, as Contas, para além de demonstrarem a gestão abrangente que tem a ver com as áreas de intervenção que o Município apresenta, integram finalmente aqui aquilo que é a ação global do Município. Nós normalmente apresentaríamos as Contas do Município e, posteriormente, apresentaríamos as Contas dos Serviços Municipalizados de Águas. Em 2018, com a integração dos SMAS no Município, nós temos agora uma Conta única, uma Conta que não necessita de ter dois momentos distintos para apreciar as Contas do Serviço Municipal de Águas e, posteriormente, juntar as duas contas numa só para depois ver o efeito que produz a junção de todos os ativos, de todos os passivos, dos recursos, das infraestruturas na mesma organização. Depois, como é dito, na integração o que é que implica? A integração implica necessariamente a integração das pessoas, dos funcionários, dos edifícios, dos recursos materiais, das viaturas, mas também dos saldos contabilísticos de toda a atividade financeira naquilo que são as Contas do Município num só documento. E, como temos evidenciado no passado, continuamos a demonstrar que as ações presentes, o equilíbrio das contas e a existência de meios financeiros são suficientes para assumir os compromissos futuros. Se houver um desequilíbrio neste princípio, em que nós vamos mais além do que aquela capacidade que temos de gerar receita, efetivamente desequilibramos todos os fatores que são indiciadores do equilíbrio que o Município tem demonstrado, ao longo destes anos, na sua gestão orçamental, na sua

gestão financeira, na sua gestão económica. Desde logo, apresentamos um primeiro dado que é importantíssimo e que tem sido apanágio deste Executivo e em comparação, como podem ver, desde 2009 a 2018, nós fizemos aí um levantamento daquilo que foram as execuções orçamentais ao longo destes anos e claramente, a partir do ano de 2014, a preocupação em ter graus de execução elevados tem sido uma marca importante deste Executivo, conseguindo, no ano de 2018, uma Execução Orçamental de 97% na Receita e uma Execução Orçamental de 81% na Despesa, nas GOP's 73%. Depois, há um princípio também que é importante do equilíbrio orçamental, que tem que ser respeitado. Ou seja, as despesas nunca podem ser maiores que as receitas e assim nós aferimos que esta regra foi cumprida, em que as receitas, nós colocámos no Orçamento os recursos necessários para que também as receitas fossem suficientes para pagar as despesas. E, por isso, a regra do equilíbrio orçamental está respeitada. Os saldos orçamentais, como podem ver na receita corrente, temos 42.3 milhões de euros e tivemos despesas correntes no valor de 28 milhões. Ou seja, tínhamos aqui em receita corrente um superavit em relação àquilo que foi gasto. O mesmo já não sucede na receita de capital. A receita de capital tem um valor de 3.5, mas nós gastámos mais despesa de capital no montante de 10 milhões. Ou seja, tivemos aqui um saldo de capital negativo de 6.4 milhões. Isto resulta de quê? Resulta fundamentalmente do investimento que o Município tem feito no sentido de dar resposta a ações que vão ao encontro das necessidades da comunidade, aquilo que são os nossos anseios. Há que investir, há que gastar naquilo que dá resposta efetiva a estas necessidades. E nós conseguimos ter um saldo positivo final porque, efetivamente, transferimos aquele saldo positivo da receita corrente que é positivo em cerca de 28 milhões. O facto de termos tido um superavit na receita corrente, afetámos os 28 milhões para suportar o custo das despesas de capital. No fim, comparando as despesas de capital, o saldo da despesa de capital, com o saldo das despesas correntes, nós temos um saldo final e 7.6 positivo. Este é também um elemento que nós consideramos relevante. A dívida de terceiros, dívidas para o Município, aumentaram cerca de 3.2. Fundamentalmente este aumento resulta dos Fundos Comunitários que nós ainda não recebemos. Ou seja, nós já gastámos dinheiro, aguardamos a receção da comparticipação comunitária e essa ainda não nos foi devolvida e também resultante das rendas que não recebemos das Águas de Vale do Tejo. Ou seja, as infraestruturas que nós temos e a utilização dessas infraestruturas que beneficiam esta entidade empresarial, para fornecer água aos guardenses, é à custa de equipamento nosso. Há uma renda que foi estabelecida, esta também não foi paga. Também sabemos, em parte, porquê. Porque, de facto, não há esse encontro de contas e, como tal, continua a ter peso nas contas e, por isso, nós apresentamos aqui este valor de 3.2 de dívida de terceiros, à qual acresce também um montante de devedores que recebem e consomem água do Município, mas a verdade é que não estão a pagar essa água e é algo que nos está a preocupar, porque temos mecanismos de reação rápida mas aqueles devedores mais crónicos torna-se difícil a recuperação desse dinheiro que não seja por mecanismos de execução fiscal que temos que retomar. A dívida a terceiros, como veem, o Município reduziu, no ano de 2018, cerca de 4.6 milhões de euros de dívida. Resultante de quê? Das amortizações. Em grande parte das amortizações de empréstimos. Isto é relevante porque, no quadro

mais à frente que vão ver, a implicação na redução da dívida, quer a médio e longo prazo no valor de 3.3, mas a curto prazo um decréscimo de 1.3 milhões de euros na dívida total. Como podemos ver aqui neste gráfico comparativo, desde 2009 a 2018, nós percebemos que em 2013 teríamos aqui um valor de dívida do Município de 42.7 milhões e, atualmente, o valor da dívida é de 19.8 milhões de euros. A redução é evidente. A aferição da dívida, face aos limites legais do endividamento, o Município atendendo... há uma Lei que é também restritiva na ação que tem de satisfação de necessidades públicas, não tendo meios próprios pode recorrer aos Bancos, às Instituições Financeiras para beneficiar de dinheiro para poder dar resposta concreta a situações que são extremamente ou são essenciais para a melhoria contínua da vida das pessoas. Para isso há regras. Nós não podemos pedir ao Banco o que quisermos. Temos que ter determinada performance financeira e, em função disso, nós agiremos em conformidade. O Município da Guarda, de acordo com a Lei, qualquer Município podia, e aqui, em concreto o da Guarda, nós não poderíamos ter dívidas superiores a 49.3 milhões. Como viram, a nossa dívida é de 19 milhões de euros, estamos muito abaixo. O valor real de dívida do Município é de 19 milhões mas, o limite máximo... já lá vamos... o limite máximo de dívida era de 49.3 milhões. Ora, a diferença entre o valor atual da dívida e aquilo que nós poderíamos contrair a nível de empréstimos, há um diferencial de 29.9 milhões. O que quer dizer que nós temos uma margem de 29 milhões para contrair empréstimos se fosse esse o nosso objetivo, se fosse essa a nossa intenção. Como não é o caso, mas temos esta margem e se compararmos no mesmo gráfico que está a seguir, em 2013 nós tínhamos um excesso de endividamento de 3.5 milhões. Nós estávamos acima do limite que a lei nos impõe de 3.5. Hoje, estamos acima. Temos margem de endividamento de 29 milhões. Quer dizer, em 2013, nós tínhamos que baixar 3.9 para conseguirmos estar dentro da regra máxima limite. Neste momento, nós temos margem, podemos endividar o Município, se assim quiséssemos, em 29, cerca de 30 milhões, 29.963. Não é o caso, mas isto demonstra efetivamente que há várias formas de nós podermos dar uma resposta mais efetiva às necessidades que consideramos essenciais. A questão da água, como não há um acordo como provavelmente vamos ter que continuar na demanda judicial, temos um valor que estava inicialmente previsto de 14 milhões em provisões e que passou, nestas contas, para 28 milhões de euros de provisões. Portanto, é essa a situação. A dívida nunca irá a mais do que 28 milhões, nós até consideramos que pode ser um pouco inferior, mas foi esse valor que esta acautelado nas nossas contas como provisões e é por isso que manteremos, portanto, essa situação até que o processo das águas seja resolvido. O prazo médio de pagamentos é, neste momento, de dezasseis dias. Algo que, como veem, em 2013 era de cento e noventa e sete. Portanto, esta tendência de baixa e que, no fundo, promove aqui a atração de investimento e de fornecimento de bens e serviços à Câmara da Guarda. Porque se tivesse qualquer empresa, e há aqui alguns que são empresários e estão no mundo empresarial, percebem bem o que era estar cento e noventa e sete dias para receber. Em média, porque uns seriam cento e sessenta, mas outros já seriam duzentos e qualquer coisa. Nós não. Dezasseis dias e vejam a tendência de baixa que já vem desde 2015 de uma forma mais efetiva. Os fundos disponíveis. Nós temos, neste momento, fundos disponíveis no valor de 6.4 milhões. Sendo que, também em 2013, era

exatamente o contrário. Quase um valor idêntico, mas em situação negativa. Isto, só para termos uma noção, o Município, em 2013, não poderia gastar 1 euro enquanto não pagasse 5.3 milhões de euros. Não é o caso, neste momento o Município tem compromissos e tem fundos disponíveis que estão e vão ser sempre solucionáveis. Em síntese... pronto, também não me vou repetir, é o quadro que tenho atrás de mim e, por isso, se houver dúvidas cá estarei para explicar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este tema? Senhor Deputado Hugo de Carvalho, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Senhora Presidente, podemos aguardar só um segundo para que os meios fiquem disponíveis?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Deputado.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Posso? Cumprimento todos os presentes, na pessoa da senhora Presidente. Agradeço que acompanham a minha intervenção com a projeção que vai ser feita. Quem se der ao trabalho de ler atentamente as quarenta páginas da apresentação deste documento, decerto ficará com a sensação que a Guarda é a cidade do País com as melhores contas, com menos endividamento, que não deve nada a ninguém, que mais pessoas e investidores atrai, que lidera a nível nacional e local os números do turismo, que não perde população, que não vê comércios e indústrias a fechar e que, e mais importante que tudo, antes do PSD liderar este Município, a Guarda era um autentico deserto. Porém, tudo o que disse, não passa de uma autêntica mentira perpetuada ao longo destes últimos seis anos. Relativamente aos resultados económicos, é importante iniciar a análise fazendo um enquadramento deste documento aos olhos do Auditor externo do Município e, para isso, vou citar as suas palavras. Página 1 do relatório. «O Município não reconhece a dívida de água e de saneamento. O valor acumulado de provisões para riscos e encargos é de 29 milhões de euros. O correto reconhecimento da dívida terá implicações no cálculo do endividamento municipal.» Com isto, o Auditor externo do Município está a dizer-nos: que todo este documento e as contas do Município são enganadoras, incertas e assentes numa premissa não qualificada; que o verdadeiro passivo do Município não é o que está reconhecido no balanço; que o Município não reconhece a dívida ao Grupo Águas de Portugal, nem os juros de mora, nem os juros dos financiamentos bancários para a liquidação desta monstruosa dívida; que o cálculo do endividamento municipal está incorreto e é enganador e que é referido que temos uma margem de endividamento de 29 milhões de euros, porém, esta margem, não considera uma dívida que, sem juros de mora e de financiamento ascende, no mínimo, a 30 milhões de euros; que demonstra que a margem de endividamento está errada e que poderemos estar perante uma situação de excesso de endividamento. Andamos, portanto, a transmitir uma imagem incorreta e errada da situação económica e financeira do Município a entidades externas e à população em geral, que votou em outubro de 2017 a acreditar que estes senhores têm as contas em ordem. Há quem diga mentiras e depois de as ver publicadas acredite que são verdades. Assim, tudo o que leram e ouviram a propósito deste documento,

sobre a dívida, os rácios de endividamento, pagamentos em atraso, graus de execução, a situação financeira e, como dizem, as contas em ordem, podem esquecer porque está tudo errado e baseiam-se numa mentira. Prova em que nada vai bem na situação económica do Município é que, num só ano, verificou-se uma redução dos fundos próprios do Município em 12 milhões de euros, 10% do total dos fundos. Quanto aos resultados do ano, como podem verificar, são negativos em 165 mil euros e demonstram claramente o seguinte: primeiro - que a falácia que a Guarda está a atrair pessoas, empresas e investidores, não passa disso mesmo, de uma falácia, dado que temos uma redução de IMT, face a anos anteriores. O que indica, claramente, que não existem investimentos, sejam de empresas ou de pessoas; segundo - que o reconhecimento da despesa, da subcontratação da água e de saneamento, o Município passa a ter resultados líquidos negativos. Irá, cada vez mais, agravar esta situação negativa, quando começarem a ser reconhecidos os juros de mora e os juros bancários da monstruosa dívida que acumularam, em seis anos, ao fornecedor da água e de saneamento. Gostaria também de salientar que este resultado negativo também é fruto do aumento brutal dos serviços contratados a terceiros, não só por si justificado pela incorporação da atividade dos SMAS nas contas do Município, este aumento deve-se também ao uso escandaloso e abusivo dos chamados ajustes diretos, muitos deles sem qualquer relação entre o custo e o benefício para as populações, e estranhamente ajustados repetidamente a empresas fora da Guarda. Estes ajustes diretos, efetuados desde outubro de 2013, ascendem a mais de 15 milhões de euros. Da análise às contas do Município não podemos apenas olhar para um conjunto de rácios e resultados, devemos também, e para mim bem mais importante, estudar, analisar, perceber e refletir sobre o resultado do impacto que as decisões políticas erradas, tomadas por este Executivo, têm na vida das pessoas, das empresas e das Freguesias através da utilização dos recursos do Município. A nível das empresas e da economia, é o que todos temos visto nos últimos anos com as ruas vazias e desertas. O comércio local continua a encerrar portas de forma desenfreada. As poucas indústrias que ainda tínhamos vejamos o caso das empresas de têxteis que estão a encerrar. Temos taxas de derrama pouco atrativas face a outros Concelhos que concorrem indiretamente connosco na questão da atratividade. As que aqui se podiam instalar escolhem outros Concelhos. Vejamos o caso da empresa de reatores que escolheu o Fundão, o caso das empresas do ramo aeronáutico que escolheram Pinhel e o caso de muitas empresas do ramo tecnológico que escolheram Viseu e muitas outras que escolhem o Fundão ou a Covilhã em detrimento da Guarda. Podemos agradecer, porém, aos poucos empresários desta cidade que, apesar de todas as dificuldades e dos poucos apoios, continuam a tentar crescer e criar postos de trabalho, sem que esse esforço seja reconhecido por este Executivo que valoriza mais os poucos que vêm de fora. No entanto, o PSD e este Executivo querem-nos constantemente enganar com números do INE, ou de supostos estudos que não existem ou que não refletem a realidade. Quanto à PLIE. Voltamos a ser enganados. Recentemente, o senhor Presidente afirmou publicamente que a maior parte das empresas instaladas na PLIE instalaram-se após 2013. Porém, esta informação é falsa. Das vinte e duas empresas instaladas na PLIE, quinze instalaram-se antes de 2013. O número de trabalhadores em toda a PLIE não chega às duas centenas. Porém, o

senhor Presidente fala em cinco centenas. Não existe um café ou um restaurante. As grelhas de saneamento há muito que foram roubadas e quem visita a PLIE vê um espaço abandonado, cheio de mato. Quanto aos programas de investimento lançados por este Executivo. Têm dotações ripícolas, apoiam o que é apoiado, em melhores condições, por outras entidades. Não prestam o devido apoio aos empresários, como verificámos na última Assembleia. Já sofreu várias retificações o que demonstra a total descoordenação deste Executivo. A nível dos cidadãos temos, relativamente a outros Concelhos bem perto de nós, taxas de IMI e Taxa Variável de IRS mais elevadas, pagamos a água e o saneamento mais caro do que outros Concelhos do nosso País. Porém, o nosso Município passou, alegremente, cinco anos sem pagar um único cêntimo a quem lhe fornece a água e presta o serviço de saneamento. Não temos qualquer tipo de apoio ou estímulo para minimizar o impacto da questão energética nos orçamentos das famílias. A nível das Freguesias, o abandono é total. Mas quanto a essa questão falaremos de seguida. Quanto ao turismo, o grande cavalo de batalha deste Executivo, temos um gasto, em 2018, de 2.5 milhões de euros. Um gasto de 2013 a 2018, de 5.5 milhões de euros. Um gasto esperado, até 2021, de 9 milhões de euros. Questionamos, então, para que serve tanto investimento? Registamos um crescimento praticamente nulo no aumento do número de dormidas, quando, em praticamente toda a região centro, se batem records absolutos no arranque de 2019. Aliás, este crescimento nulo é bem visível aos fins-de-semana no centro da cidade. A cidade está deserta e os comerciantes locais optam por fechar os estabelecimentos porque os turistas não passam de meras miragens. Sábias as palavras que dizem - vale mais uma imagem que mil palavras. Concelhos como Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Trancoso, Meda, crescem em números de dormidas duas, três e até dez vezes mais do que a Guarda. A Covilhã, com quem nos devemos comparar, gastou em turismo, em 2017, 125 mil euros e registou um número de dormidas de duzentas e cinquenta mil dormidas. A Guarda gastou, em 2017, em turismo, 1.5 milhões de euros e regista setenta e sete mil dormidas, ou seja, três vezes menos. Cada dormida na Guarda custou aos seus habitantes 19.5 euros. Na Covilhã, cada dormida gastou aos seus habitantes 60 cêntimos. Vejam só discrepância. Quanto à questão do turismo, não poderia deixar de fazer minhas as palavras do Chefe de Gabinete do Dr. Álvaro Amaro, a propósito do turismo num Concelho vizinho que, em termos de turismo, cresce mais 12% do que a Guarda. «Não é com concertos, ou festivais pimba, acondicionados em tendas que se cativam turistas. Esse folclore pimba, apenas serve para animar alguns, poucos, cidadãos do Concelho pois os turistas nem sequer lá põem os pés, muito menos decidem a sua visita ao nosso território pela animação musical.» Eu pergunto, mas não é isto que está a acontecer na Guarda? Não posso deixar de achar hilariante que uma equipa coesa e que fala numa só voz, como refere o Dr. Álvaro Amaro, venha considerar que a fórmula que utilizam na Guarda, afinal não serve para chamar turistas. Mas é nesta fórmula que os senhores estão a gastar, em quatro anos, 9 milhões de euros com os resultados que vemos. E porque a Bancada do PS fala a verdade e utiliza dados concretos e reais, aconselha a todos a leitura do Relatório Anual da Bloom Consulting, de 2018, sobre as cidades e as autarquias. Neste relatório, canaliza a relação entre as variáveis viver, visitar e investir. A Guarda não aparece no top 25 nacional. Surge no lugar 49 e, no que diz respeito à

região centro, aparece em 11º lugar com cidades à nossa frente como Torres Vedras, Nazaré, Covilhã, Caldas da Rainha e Pombal. Para finalizar, porque é uma questão incontornável, devo dizer que não acredito que o até agora Presidente do Município possa servir a Guarda a partir de Bruxelas. Até porque, se ao longo dos seis anos não o fez, não é agora que o vai fazer. Vejamos. Ficou num hotel nas poucas vezes que estava na Guarda, por isso não conhece os reais problemas de viver na Guarda como é o caso da questão energética. Não fez uma única obra estruturante. Não cumpriu com as suas grandes promessas. Deixa rotundas e pouco mais. Nunca contribuiu com um único cêntimo de IMI, Taxa Variável de IRS ou de qualquer outro imposto ou taxa para o Município. No entanto, fala do dinheiro do Município como se fosse seu e desvaloriza o aumento brutal de taxas e impostos que implementou, desvalorizando o esforço brutal e desigual que os guardenses suportam. Poucas vezes falou em receber os Presidentes de Junta, demonstrando total desrespeito por todo o mundo rural. Fala da grande obra de equilibrar as contas do Município. Porém, recebeu uma dívida total de 42 milhões de euros e deixa uma dívida que ultrapassa os 50 milhões de euros. Recebeu uma dívida ao Grupo Águas de Portugal de 9 milhões de euros e deixa uma dívida ao mesmo grupo na ordem dos 30 milhões de euros, que facilmente chegará aos 40 milhões, com juros de mora e juros bancários. É um Presidente que alega que, quando chegou ao Município, não tinha liquidez. Porém, teve que unir os SMAS com o Município para ter liquidez para gerir o Município. O Dr. Álvaro Amaro não serviu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para alertar que terminou o seu tempo. Portanto peço-lhe que...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Ok. Eu vou só terminar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Ok, muito obrigado. O Dr. Álvaro Amaro não serviu, nem nunca servirá a Guarda. Apenas se serviu dela. E, para terminar, de uma vez por todas com a questão da dívida, a diferença é simples. O PS, em 2013, tinha 50 milhões de dívidas resultantes de investimentos nas Freguesias, como é o caso dos Centros Escolares de Gonçalo e Porto da Carne, Polidesportivo de Aldeia do Bispo, das praias fluviais de Valhelhas e de Aldeia Viçosa, dos Salões de Convívio em muitas Freguesias, das estradas pavimentadas em todas as Freguesias, entre muitos outros investimentos. E de obras estruturais na cidade como é o caso do Polis, TMG, das Piscinas Municipais, da Viceg, entre muitas outras obras estruturais. O PSD, por outro lado, tem 50 milhões de dívida e não tem uma única obra estruturante para esta cidade, deixa meia dúzia de rotundas com uma terrível relação gasto/qualidade e tem uma dívida de 30 a 40 milhões de euros a quem compra a água e subcontrata saneamento, cujo dinheiro recebe diretamente dos guardenses. E, para terminar. A Guarda precisa de um Presidente que a ame, viva e queira ver o melhor para esta cidade. Que conheça as dificuldades de aqui viver, que aqui pague impostos e taxas, que fale do dinheiro do Município como o dinheiro dos guardenses, que queira a Guarda para si, para os seus filhos e para os seus netos. Que conheça profundamente os problemas da Guarda e de todas as Freguesias.

Que seja humilde, oiça os guardenses, oiça os Presidentes de Junta e que respeite a diferença de opinião. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem. A verdade estará algures, não sei bem onde, entre a visão do PSD e a visão do PS. Portanto, eu vou-me limitar a dizer aquilo que pude dizer e aquilo que quero dizer, porque tenho menos tempo que os outros todos. Os outros têm muito mais tempo, podem dizer mais coisas. Portanto, eu posso dar os parabéns à atual Vereação, que a arrumação contabilística das contas está melhor do que o ano passado. No ano passado queriam-nos enganar. Este ano não nos enganam tanto. Ou seja, há um saldo negativo que é apresentado claramente, cento e não sei quantos mil euros, e nós olhamos para aquilo e vemos que aquilo é a soma dos resultados operacionais, dos resultados financeiros, dos resultados extraordinários. E, a mim, o que me mete mais impressão é o valor dos resultados extraordinários. É muito elevado e era isso que eu queria fazer ao senhor Presidente Carlos Monteiro, que cumprimento, e que é uma pessoa simpática e cordata, e queria perguntar porque é que aparecem aqui estes resultados extraordinários positivos? Como é que eles aparecem? Como é que eles surgem? Eu, mais do que afirmar, gosto mais de perguntar. E porque é que há custos operacionais que aparecem aqui e que depois os proveitos operacionais não os cobrem? Não cobrem esses custos operacionais. Como é que isto foi calculado? Como é que foram calculados os custos operacionais e como é que foram calculados os proveitos operacionais? O Hugo Carvalho falou mais nas questões das dívidas e daquilo que é o balanço. Eu queria focar mais na questão dos proveitos e dos custos. Depois, é assim. Há uma visão dentro do Concelho, que eu vou ouvindo por aí, que a Câmara não está assim tão bem como isso e penso eu que o Hugo Carvalho é capaz de ter razão. Não sei até quanto é que ele terá razão. Porque, digamos assim, aquilo que eu vejo nas ruas da cidade é que há muitas empresas a fechar e eu fico triste. Fico triste porque são sítios onde eu ia comer qualquer coisa ou ia comprar qualquer coisa e aquilo está fechado e eu sinto-me mais infeliz. E, portanto, há aqui a necessidade de animar esta cidade. Eu há pedaço falei na questão do Mercado Municipal da Estação da Guarda, que é da Freguesia de S. Miguel, e gostava que aquele Mercado tivesse mais animação. Gostava que o Mercado Municipal, onde eu vou algumas vezes, também tivesse mais animação e tivesse mais gente a comprar e mais gente a gastar dinheiro. Claro que isso tudo é resultado da vida difícil que todos nós temos. Ou seja, a política que tem sido seguida é de cortar os rendimentos dos trabalhadores e isso depois afeta os rendimentos daquelas pessoas que nos vendem coisas e isso tudo é uma política que só nos leva ao definhamento. E é isso que eu não quero, na cidade da Guarda, o definhamento. E, portanto, eu gostava de dizer que é importante que a Câmara e no texto que eu fui lendo sobre o balanço social, é também o balanço do desenvolvimento dos recursos humanos. E queria também que a própria reabilitação degradada não fosse só situada naquilo que eu vi no Bairro da Fraternidade, mas em toda a cidade. Há necessidade de requalificar os nossos equipamentos urbanos na nossa cidade, nas nossas ruas e tudo isso e as nossas aldeias também. Aqui estamos a falar só da cidade, mas também as nossas

aldeias precisam de ser animadas, é preciso trazer gente. Claro que depois esta política de prolongar as nossas vidas profissionais até aos sessenta e nove, que é assim um número pornográfico, por várias razões, digamos assim, essa política esvazia as aldeias porque há muitas aldeias que podiam ter mais gente se as pessoas que lá viveram e que tiveram que ir para Lisboa e para o Porto e para Coimbra pudessem regressar e dar animação. E tudo isto é preciso pensar de acordo com as contas. Eu estou aqui a falar um pouco de contas, mas também estou a falar da parte humana dos números. E, portanto, esta ideia da habitação degrada que é preciso requalificar e melhorar, esta questão dos recursos humanos que é preciso requalificar e melhorar. Até porque eu há pedaço estava a falar da questão de que quando se prolonga a vida profissional dos sessenta para os sessenta e nove, ou para os setenta, ou para os setenta e um, acaba por obrigar à uma requalificação das pessoas. As pessoas têm que habituar-se a trabalhar mais anos e têm que ter melhor qualificação profissional e, portanto, tudo isto tem que ser plasmado na própria política da Autarquia em relação aos seus funcionários. Os funcionários que têm que estar a trabalhar mais anos, têm que ser requalificados para poderem aguentar e até a própria organização do trabalho tem que ser feita de acordo com isso, porque há parte física e essa parte física não há nada que a permita ultrapassar. A parte intelectual ainda podemos pensar que com alguma formação profissional se possa melhorar. Mas, isso tem sido um problema nacional, os próprios professores não têm formação profissional adequada e isso nota-se nas escolas. As escolas estão cada vez com professores mais velhos e professores com necessidades de melhoria das suas qualidades e isso também acontece na Câmara. Eu quero que fique bem claro que a Câmara tem que se preocupar com a requalificação e formação dos seus funcionários. E também a requalificação e a luta contra a degradação dos nossos edifícios da nossa cidade e das nossas aldeias e vilas, já que temos algumas vilas. Disse.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Só um esclarecimento. Não tinha ficado acordado que os assuntos de especial complexidade, como as contas, que teriam um tempo de intervenção diferente?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está a ser contabilizado. São mais cinco minutos. Está a ser contabilizado para todos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pronto. Porque eu continuo a sentir, eu já o disse aqui mais do que uma vez, que há aqui um tratamento discriminatório. É assim, nós sabemos que aí nos campos de futebol, hoje está muito em voga...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, por favor!” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...que o árbitro apitou o penalti porque tem simpatia com o clube A ou com o clube B, mas acho que não podemos baixar o nível da Assembleia Municipal ao de um campo de futebol...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço... senhor Deputado, só um bocadinho. Eu peço, por favor, à Assembleia que ouçam o senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Na minha intervenção anterior eu... e aliás, o Deputado Aires Diniz, fomos pela primeira vez interrompidos passavam dois ou três segundos do tempo regulamentar. Além, o Deputado Marco, tem um tratamento especial. Foi interrompido já passavam mais de dois minutos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O Marco? Ó Marco!” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...do tempo regulamentar e estendeu-se por mais um minuto. Ouça, eu não quero nenhum tratamento especial. É assim, mas se há condescendência para uns, que haja a mesma condescendência para outros. E estamos entendidos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não. Desculpe, senhor Deputado. Vai-me permitir. Os tempos estão perfeitamente estipulados. Obviamente, compete ao Presidente da Assembleia, essa é uma das suas funções, gerir os tempos. E, nessa parte, vai-me desculpar, sou eu quem decide. O que eu faço é alertar quando o tempo chega ao fim e, depois, se entender que o assunto é pertinente, posso deixar prolongar mais. Foi o que aconteceu no caso do Marco, porque entendi que estava a falar de empresas da região e que fazia sentido que terminasse o seu raciocínio. Mas, a gestão dos tempos cabe-me a mim. Vocês têm o tempo, tentem cumprir o que está estipulado que eu já não chamarei à atenção a ninguém.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pronto, e eu terei que me continuar a queixar quando formos discriminados...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Continuará. Continuará. Neste ponto, está estipulado no regimento que têm, cada grupo, mais 5 minutos e é isso que estou a fazer. Portanto, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Certíssimo. Bom, então falemos de contas. A Certificação Legal de Contas. Vamos entrar nesse documento. Despesa paga 38 milhões 777.308,07. Receita cobrada 46 milhões 218.462 euros e 24 cêntimos. Aqui, prevejo que se inclua a cobrança de água e saneamento. Falta informação relacionada com os bens que compõem o ativo imobilizado, em particular no que respeita a bens imóveis. Falta reconhecimento da dívida relativa à aquisição de água e saneamento. Tem um valor acumulado de 28 milhões 592 mil 530 e está regista na rubrica provisões. O correto reconhecimento da dívida terá implicações no cálculo do endividamento municipal que, desta forma, se encontra subvalorizado. Isto é dito na Certificação Legal de Contas. Evolução dos fundos próprios e da rubrica provisões, a aquisição de saneamento, água e saneamento, 28 milhões 592.530, em 31.12.2018 significou um aumento de 13 milhões 670 mil 690 euros, face aos 14 milhões 921.840 euros que transitaram do SMAS em 31.12.2017. Desse aumento, 8 milhões 681.788 euros foram imputados em 2018, a resultados transitados constituindo a determinante de maior

relevo na evolução de fundos próprios no mesmo período. Portanto, estive a citar o documento. Foi apresentado pelos revisores oficiais de contas. Talvez muitos não tenham lido, mas vão ter que o votar e serão solidariamente responsáveis por aquilo que votarem. Em meados de 2017, noticiava-se, na comunicação social, que a dívida da Câmara às Águas Lisboa e Vale do Tejo era de cerca de 25 milhões de euros. 25,7. Em resposta, o senhor Presidente Álvaro Amaro desmentia publicamente e afiançava que o valor da dívida era apenas de cerca de 13 milhões. Em 2019, o mesmo Presidente Álvaro Amaro vem reconhecer uma dívida de 24 milhões, quando a empresa já reclama 34 milhões. O Senhor Presidente Álvaro Amaro registou, neste período, uma evolução muito positiva do ponto de vista da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, aproximando-se dos valores reclamados, mas muito negativa do ponto de vista dos consumidores e dos munícipes, que vão ter que pagar essa dívida. Entretanto, nas contas tem registado na rubrica provisões, não os 24 milhões de que fala, mas 28 milhões 592.530 para essa mesma dívida. Não bate a bota com a perdigota e percebemos, claramente, que o Senhor Presidente Álvaro Amaro andou a mentir às pessoas sobre a real dimensão da dívida e sobre as reais responsabilidades dos cidadãos do Concelho para com terceiros. Como se percebe das contas, os números têm sido martelados e as queixas dos mesmos estão no documento de Certificação Legal de Contas elaboradas pelo ROC. Já no que respeita à demonstração de resultados e aos mapas de execução orçamental, evidenciam um total de despesa paga de 38 milhões 777.308 euros e 7 cêntimos e um total de receita cobrada de 46 milhões 218.462,24. O documento da Certificação Legal de Contas não refere se a dívida paga corresponde à dívida assumida e se há dívida escondida para ser diferida no tempo. Ou seja, se há lixo debaixo do tapete, em linguagem que todos entendem. Ressalta também da análise das contas e das declarações públicas do Senhor Presidente Álvaro Amaro que, entre meados de 2017 e 31 de dezembro de 2018, os guardenses beberam qualquer coisa como perto de 20 milhões de água, o que deve ter reduzido a afluência às urgências hospitalares por motivos de desidratação. Também temos que confirmar se os fluxos de água residuais na ETAR de S. Miguel, neste período, não fizeram andar a população de galochas na parte baixa da cidade. Penso que nenhuma destas situações serão reais. O que é real é que o Presidente Álvaro Amaro andou a enganar as pessoas. Mentiu e acho que isto que se pode dizer. Aliás, foi o próprio Presidente Álvaro Amaro que diz que se pode dizer que alguém que mentiu. Não se pode chamar de mentiroso. E agora a mentira fica a nu e ele não está aqui para ser confrontado com ela. Acho que o Presidente Álvaro Amaro, na questão da água, meteu água à grande. Ainda bem que o consumo não foi de vinho porque, nesse caso, estaríamos todos embriagados e não perceberíamos a real dimensão da mentira. Mas temos obrigação de estar lúcidos. Percebe-se, agora também, que o verdadeiro objetivo da fusão dos SMAS com os serviços da Câmara. Por um lado, parece que o senhor Presidente andou a financiar e percebe-se... senhor Deputado, acho que toda a gente tem oportunidade de ouvir, de vir falar..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, estou cá eu. Eu ainda não saí. Quando eu sair..." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Agradeço. Não me quero substituir à senhora Presidente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado eu peço-lhe, por favor, que se contenha. Está bem? Muito obrigada. Pode continuar senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Estava eu a dizer que se percebe agora, claramente, o objetivo da fusão do SMAS com os serviços da Câmara e o facto de ter havido uma parte significativa, cerca de 8 milhões e meio de euros, que foram alocados, vindos dos SMAS, que foram alocados ao fundos próprios isso diz. E para que é que serviu esse dinheiro? Esse dinheiro andou a servir outras atividades da Câmara. Uma rotunda, uma obra aqui, uma obra ali. Não sabemos. Mas, efetivamente, foram para esse fim e isso era dinheiro que os consumidores de água do Concelho da Guarda pagaram fielmente, todos os meses, ao Município e que deveria servir para pagar a dívida às Águas do Vale do Tejo. Ora, isto até pode configurar aqui uma ilegalidade, porque o endividamento do Município para fazer determinadas obras está sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas. E, neste caso, portanto, essa fiscalização não aconteceu. As contas são cada vez maiores, nós somos cada vez menos e vamos ter que pagar cada vez mais. Agora percebemos porque é que se diz que, neste momento, a dívida da Câmara são cerca de 19 milhões. Mas a dívida da Câmara é apenas uma parcela, falando de forma simplista, daquilo que é o passivo. Como é que fica o passivo quando lhe juntarmos a dívida das águas? É que aquilo que devia ser dívida do Município, agora está transformado em dívida da água e houve recentemente um acordo entre os Municípios e o Governo, que vai autorizar o endividamento das Câmaras para efeitos de pagamento da água. Ora, a água, pelos munícipes da Guarda, que já estava paga. Portanto, há aqui, não é uma ordem nas contas, mas é uma grande desordem na questão das dívidas. E acho que isto deve ser esclarecido e a melhor forma de o fazer acho que seria através de uma auditoria independente, realizada ou pela Inspeção Geral de Finanças ou pelo Tribunal de Contas, às contas do Município, para separarmos as coisas e sabermos efetivamente de que é que estamos a falar, para onde é que anda o dinheiro que pagam os munícipes da Guarda. Como é que ele é utilizado. É utilizado para os fins que o pagam? Claramente que se percebe aqui que não é. Houve aqui um financiamento...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado já ultrapassou o seu tempo num minuto... Senhor Deputado, peço-lhe, por favor, se não vou ter que lhe pedir que saia da sala. Pronto, então, mas se for essa a solução então saia, por favor. O Senhor tem o direito de falar. Se quiser falar pode intervir, pede a palavra e vem ao púlpito falar. É uma questão de educação.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Esta questão da utilização...” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado vai ter que terminar, está bem?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu termino. Esta questão do uso do dinheiro da água para outros fins, não é exclusivo deste Executivo, aconteceu no

passado. Não apresentámos esta proposta antes, fazemo-lo agora porque faz todo o sentido, porque está dentro da Ordem do Dia a que se refere. Cabe à Mesa e à senhora Presidente decidir da aceitação dela e da colocação da mesma a votação. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu tenho inscrito, para falar, o senhor Deputado Marco, faz favor. Só uma notinha... sim, faz favor, enquanto se dirige. Senhor Deputado eu peço desculpa, mas todos vocês têm o direito de falar e têm tempo para falar. Portanto, quando quiserem falar, vêm aqui, falam, dizem o que têm a dizer e as intervenções de todos são importantes. Portanto, a do senhor é tão importante como a do senhor Deputado Henrique Monteiro. O que não é simpático é alguém estar a falar e os outros estarem daí... percebe? Se quiser intervir, faz favor, vem e fala. Tem o mesmo... muito obrigada. Senhor Deputado, faz favor.” ----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Ora bem. Se há pouco tive a oportunidade de enumerar a quantidade de projetos que não passaram de pó, agora tenho a oportunidade de qualificar este relatório de 2018, com esse conjunto do pó, tornando-se poeira para os olhos dos munícipes e para todos aqueles que aqui estão. E poeira porquê? Porque este relatório, quer-se dizer aqui, com a apresentação deste relatório por parte do Executivo, que espelha, segundo o Executivo, como uma grande mudança no quotidiano dos cidadãos. Uma melhoria para a Guarda. Mas esperem lá. Espelha isso para quem? Números, revisores, cálculo para ali, menos vírgula, mais número... Ai, o CDS-PP, durante quatro anos, não existiu nesta matéria. O senhor Deputado Henrique Monteiro renasceu. Há para aí um renascer. Dar vida aí a alguns cantos. O senhor Deputado Monteiro renasceu. Bem-vindo, bem-vindo CDS-PP, bem-vindo. Menos mal. Menos mal. Mas a verdade é esta. Mas vivemos onde? Num mundo diferente? É pá, mostrem-me lá esse espelho. Há por aí agora uns espelhos mágicos. Mostrem lá esse espelho porque eu estou cá, todos os dias, na Guarda e não vejo, não sinto na pele como cidadão, como contribuinte. E falo com o povo e o povo a única coisa que consegue dizer é que o Dr. Álvaro Amaro pôs umas flores bonitas, fez umas rotundas bonitas. Tudo o resto, que espelha este relatório, não vai ao encontro das verdadeiras necessidades do povo e daqueles que trabalham e daqueles que ainda querem acreditar e não desistem de viver aqui. Não desistem de viver aqui. A pergunta que se faz é até quando essas pessoas vão conseguir resistir a viver aqui. E este trabalho, que depois se atira como areia, como - está tudo bem, não é, entendemos nós, o melhor caminho para que essas pessoas, num futuro próximo, consigam ainda continuar a ter vontade de resistir e ficar cá. Por isso, o Bloco de Esquerda irá votar contra este relatório de contas, atendendo àquilo que passei a citar. Dizer ainda que ficava, quase que me atrevia a dizer que, paralelamente a este relatório, devia vir um, devia sim, esse sim, um relatório que há muitos poucos dias atrás, foi anunciado por parte da entidade que o fez, relativamente ao verdadeiro impacto que têm os estudantes do Instituto Politécnico da Guarda na nossa cidade. Esse relatório é que é importante perceber. Aqueles que, durante anos, não perceberam o que os estudantes do Politécnico da Guarda dão a esta cidade e que é preciso apostar cada vez mais. Esse sim. Esse relatório é que conta. Esse sim. Ainda são dos poucos que deixam dinheiro aqui. Aqui. Isto é, o Estado investe, os

pais investem e o dinheiro ainda fica aqui. Por isso, a cidade tem que abraçar, cada vez mais, a vinda destes estudantes. Isso sim, poderia ser quase um relatório paralelo. Porque a esse sim, eu batia palmas. Esse sim, espelha aquilo que muitos, durante anos, e alguns aqui presentes, continuaram para aí a dizer que esses não valiam de nada e que estavam bem era fora da cidade da Guarda. Pois, isso sim era de verdade, não poeira, e realidade nos olhos das pessoas e nas contas verdadeiramente de um relatório para o bem e para o desenvolvimento, não só da Guarda, mas de toda a parte urbana e de todo o seu concelho, nomeadamente as aldeias. E, termino, senhora Presidente, não felicitando este Executivo relativamente a Álvaro Amaro a este relatório, porque não é do novo Presidente, pressupõe-se que esse relatório é de 2018. Não felicitando este relatório e aproveitando, sim, porque, se calhar, não vou ter outra oportunidade, para felicitar a senhora Presidente que hoje faz anos. Muitos Parabéns. Muito obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu tenho agora inscrito o senhor Deputado Ricardo Neves. Faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente do Executivo, a quem aproveito para dar, desde já, os parabéns e desejar as maiores felicidades e sucessos políticos e pessoais, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Colaboradores da Autarquia, Comunicação Social, restante Público, uma boa tarde a todos. Eu, há bocado, quando vi aquela apresentação por parte da Bancada do Partido Socialista, eu penso que não vi nenhum título. Mas, se não o tem, posso desde já sugerir um, se o quiserem lá colocar. E pode ser puxar a Guarda para baixo. Acho que fica um título interessante e que espelha bem a qualidade daquela apresentação. E, já agora, deixem-me dizer que, enquanto eu estava a ouvir a vossa alocução, lembrei-me agora de um grupo de pessoas que há por aí que são aquelas que acreditam que a terra é plana. E, inclusivamente, até querem fazer uma viagem em direção ao ocidente, para testar esta teoria. Eu quando ouço estas palavras do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente aos documentos de contas, fazem lembrar um pouco este tipo de pessoas que acreditam numa realidade paralela, criada, enfim, num ambiente obscuro e que apenas um grupo muito hermético de pessoas acredita. E, portanto, este discurso, que nós há bocado ouvimos, faz-me lembrar um pouco essas pessoas que têm toda a legitimidade e merecem também o nosso respeito. Mas então eu faço a seguinte pergunta e faço-a aos Deputados aqui presentes de todas as Bancadas, mas também à Comunicação Social que está a transmitir para toda a internet. Querem a Guarda de 2018 ou querem a Guarda de 2012? Esta é uma pergunta que eu deixo. Bem, em 2017 mais de 60% disseram queremos a Guarda de 2018 e se hoje fizéssemos essa pergunta, seguramente essa percentagem tenderia, seguramente, a subir. O Deputado Hugo de Carvalho, por quem eu tenho o maior apreço e respeito, que de manhã é Deputado, depois à tarde já não é, depois à noite volta a ser outra vez, traduz uma marca de consistência política que depois transporta para os números que analisa, pois não valoriza os números do INE, mas valoriza sim umas empresas privadas de consultadoria que emitem uns estudos. Portanto eu, o Partido Socialista que é um partido institucionalista e respeitador daquilo que é a figura das instituições públicas, eu

aconselhava-o a olhar mais para os números do INE e não a acreditar tanto em empresas de consultadoria, que também têm o seu mérito. A saúde financeira de uma instituição, neste caso concreto, de uma edilidade, é a força vital que não só evidencia a boa gestão praticada, mas acima de tudo determina a sustentabilidade da sua atuação para o futuro, garantindo um percurso confortável e sem sobressaltos. A Câmara Municipal da Guarda goza hoje de uma saúde financeira robusta, sólida e consistente que não entra em comparação com qualquer período do Portugal democrático, designadamente se olharmos para os trinta e sete anos em que o Partido Socialista governou este Município. Muitos há, nomeadamente os órfãos desse período negro, que tentam negar as evidências e numa ingloria cruzada de auto negação, atiram lama e infundadas suspeições para cima de uma atuação exemplar que deve merecer o nosso respeito e admiração. Quando os argumentos falaciosos são rebatidos pela realidade, o vandalismo político substitui-se à análise racional dos factos e o espetáculo, com fins mediáticos, toma conta do palco democrático numa clara tentativa de apoucar um trabalho sério, exaustivo e responsável que não encontra qualquer eco na história socialista. É caso para dizer: a inveja é muito feia. Vamos então a factos concretos, analisando objetivamente os documentos de Prestação de Contas de 2018 do Município da Guarda. A taxa de execução da receita foi, em 2018, de 97%, contrastando com os tímidos 37% de 2012, último ano de uma governação exclusivamente socialista. Se, para os mesmos períodos, atentarmos na taxa de execução da despesa, verificamos que esta assentou nuns expressivos 81% em 2018, contrastando com uns meros 37% em 2012. Fazendo o mesmo exercício para as Grandes Opções do Plano, verificamos que a taxa de execução foi de 73% em 2018 e de apenas 22% em 2012. Mas, se quisermos recuar a 2009, esta foi de apenas de 9%. Isto significa que houve uma completa inversão na forma de elaborar o Orçamento. Enquanto que, no passado socialista, se inflacionavam os orçamentos com valores completamente irrealistas que depois eram impossíveis de cumprir, apresentando um gritante hiato entre o orçamentado e o executado, a nova governação Social Democrata, a partir de 2013, aproximou cada vez mais estes patamares, redundando em valores sérios e cada vez mais alinhados com a realidade. É a diferença entre a fanfarronice da antiga cigarra e a responsabilidade da atual formiga. O Município da Guarda orgulha-se hoje de cumprir folgadoamente a regra do equilíbrio orçamental, excedendo em mais de 10 milhões de euros o ponto de equilíbrio, traduzindo-se isto no facto de as receitas correntes cobrirem e transcenderem naquele valor, o somatório das despesas correntes e das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Em algum momento da governação socialista se conseguiu esta realização? Mas, de entre muitos outros feitos, um há que se destaca claramente. A redução da dívida a terceiros. De 2017 para 2018, este Executivo reduziu a dívida de curto prazo em mais de 20% e a de médio e longo prazo em mais de 18%. Mas, se quisermos fazer este exercício comparativo, relativamente a 2012, verificamos que esta dívida desceu quase 60%. Os números dizem-nos que a dívida a terceiros em 2012, era de mais de 48 milhões de euros e, em 2018, de pouco mais de 19 milhões de euros. Haverá melhor exemplo de uma boa gestão e de boas contas? Vejamos ainda outro exemplo. A dívida a Instituições de Crédito, vulgo bancos, era de 20.7 milhões de euros em 2016, descendo para 14.7 milhões de euros em 2018, diminuindo, portanto, cerca

de 6 milhões de euros. Como tal, se compararmos os juros suportados, verificamos que estes desceram quase 105%, passando de 511 mil euros em 2016 para 249 mil euros em 2018. Mas, se nos reportarmos a 2013, essa descida foi ainda mais expressiva, descendo, nesse período, 346% e isto só foi possível pela não existência de dívidas em atraso e, desde modo, a não pagamentos de juros de mora e à diminuição de juros de empréstimos provenientes da sua renegociação. Estes bons princípios de gestão resultaram no facto de a Câmara da Guarda ter, em 31.12.2018, uma margem de endividamento de quase 30 milhões de euros, o que contrasta gritantemente com a incapacidade de se endividar que ainda existia no ano de 2014, com uma capacidade negativa de 3.5 milhões de euros, fruto da pesada herança socialista. Desse período negro da história autárquica guardense, reluzem no passado os 462 dias de prazo médio de pagamentos em 2012, contra os 16 de 2018. Naquele período, nenhum fornecedor fiava um prego que fosse à Câmara da Guarda, pois sabia que teria que esperar mais de um ano e três meses para receber, ou então cobrava juros de mora que iam onerar, ainda mais, as moribundas finanças autárquicas. O que, na prática, significava vender por quatro aquilo que apenas custava um. Hoje quase que se paga a pronto e isto reveste-se de primordial importância pois, uma vez que uma boa parte dos fornecedores são pequenas e médias empresas da região, tal pagamento atempado dinamiza a economia local e gera um clima de confiança muito saudável para os negócios. Teria ainda muitos e bons exemplos para apresentar, como a evolução dos Fundos Disponíveis que eram de 6.4 milhões de euros em 2018 e de menos 5,4 milhões de 2013, significando que, na altura, os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podiam assumir compromissos que excedessem os fundos disponíveis que, no caso concreto, eram negativos, incorrendo em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira e sancionatória caso violassem esta disposição. Muito mais haveria para dizer e enaltecer, mas, em face do exposto, ficou mais do que patente a rigorosa gestão desenvolvida pelo atual Executivo da Câmara Municipal da Guarda. Mesmo assim, e perante estas incontestáveis evidências, há sempre aqueles que, por tacticismo, cinismo político ou perfídia eleitoralista, tentam deturpar a realidade e apresentar uma verdade criativa, desprovida exatidão e pintada com o mais negro azedume da paleta cromática socialista. A Guarda se encarregará de julgar estes jogos mediáticos e dar o devido reconhecimento a quem não abdica de continuar a dirigir a edilidade, com a mão serena, mas firme do rigor e da seriedade. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, pretende responder? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Aquilo que é o resultado da Certificação Legal de Contas e verdadeiramente nós, em determinados momentos na política, temos que reconhecer que há causas que são perdidas. E aqui o Deputado Hugo Carvalho é mesmo uma causa perdida. Mas eu depois pensei em não dizer que era uma causa perdida, pensei melhor e dar-lhe a medalha do puxar para baixo. Porque, verdadeiramente, se eu tiver que me pronunciar sobre as contas ou tiver que responder ao Deputado Hugo de Carvalho, praticamente está tudo dito. Porque, quando alguém

olha para uma realidade, que imputa como mentirosa, não sei se isso tem alguma coisa a ver com caráter, porque, se tiver a ver, Senhor Deputado, se tiver a ver, eu repondo-lhe da seguinte forma. Ajustes diretos, na Câmara da Guarda, representam 20% daquilo que são os custos totais das despesas da Câmara. Ou seja, o concurso público é regra, senhor Deputado. As empresas de reatores? Empresas de reatores? Estão no Fundão? O Senhor Deputado vem para aqui trazer coisas, onde é que está no Fundão? Explique-me onde é que esta empresa está no Fundão? Procurou a Guarda. Procurou outras cidades desta região, mas não está ainda em lado nenhum senhor Deputado. Mas ele diz: está no Fundão. Mostre as evidências de que está instalada, que há acordo, que há contratos no Fundão. Eu não falo que na PLIE, como o senhor Deputado referiu, em 2013 as empresas já estavam colocadas na PLIE. Eu não falo das empresas que estavam lá colocadas, falo dos novos projetos que foram feitos depois de 2013 senhor Deputado. Falo a verdade. São os projetos, não são as empresas. Todos nós sabemos que estava lá a OLANO e algumas das empresas. Mas são os novos projetos que demonstram, claramente, que nós criámos a confiança necessária para que as empresas não só se mantenham, como reforcem os seus investimentos no nosso concelho. Isso é que é importante. Não é uma questão de formalidades senhor Deputado. Depois, a Câmara da Guarda consome o dinheiro todo das águas? Então não sabem, todos os senhores Deputados, a sociedade que, desde 1 de janeiro de 2018, a Guarda está a pagar a água e está a pagar a taxa de resíduos sólidos? Alguém desconhece este facto? O que é que disse o senhor Deputado? Disse que a Guarda, que o Município gastava o dinheiro das águas e do saneamento. Não é verdade Senhor Deputado. As dívidas foram criadas pelo Partido Socialista porque nós tivemos que pagar 1 milhão de euros à Ensuarda. Sabem porquê? Porque tinham um contrato que dizia que se ao final de um ano o Município não comprasse o edifício, pagaria 25 mil euros de renda por mês. Sabem a quanto é que nós fomos condenados a pagar? 1 milhão de euros. Mas não fica por aqui. O TMG, em 2013 estava pago como diz o senhor Deputado, não é? Não. não é verdade. Tivemos que pagar mais de meio milhão de euros ao Arquiteto Carlos Coelho porque não pagaram. Já no nosso Executivo. Há empresas, aqui na Guarda, que foram cobradas taxas ilegalmente e o Município, em 2016, teve que devolver a uma empresa da Guarda, do imobiliário, cerca de 400 mil euros. Nós não resolvemos só o problema da dívida passada, tivemos que, no presente, pagar as dívidas que estes senhores fizeram. E isto é que é inadmissível. Um senhor Deputado, com toda a dignidade, se dirige aqui, teve mesmo e tem mesmo que ser condecorado com a medalha do bota abaixo. É assim que é a postura do senhor Deputado. Não sei se os restantes elementos do Partido Socialista se reveem nisso, como disse aqui o senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, a verdade é que umas vezes está, outras vezes não está. Mas que esta instabilidade não se repercute naquela base fundamental que tem que ser, de facto, propiciadora da prosperidade e do desenvolvimento que a Guarda quer, e não com discursos do bota abaixo. Mas também não é verdade porque vem dizer que as contas não refletem mais isto, mais aquilo, são erradas, são falsas. E diz assim o Relatório e o Parecer do Revisor Oficial de Contas: «em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as Leis e os Regulamentos aplicáveis em vigor. A informação nele constante é coerente» senhor Deputado Henrique Monteiro, é coerente. Não há aqui, como o

senhor referiu, permita-me só recordar-lhe as suas palavras apesar de termos aqui muitas notas, que o passivo... mentimos às pessoas sobre o valor... o Presidente Álvaro Amaro que mentiu às pessoas sobre o valor? O valor está lá. Eu expliquei senhor Deputado. Eu expliquei que, como não é dívida, não é dívida... eu já lhe respondo... não é dívida exatamente porque nós não reconhecemos esse valor. Está em provisões. E o passivo tem, na sua constituição, a dívida mais as provisões, mais acréscimos, mais deferimentos. Isso é um valor que é o passivo. E as provisões dos 28 milhões que nós colocámos nas contas, estão cá, e por isso os Revisores, senhores Deputados, o Revisor, ou os Revisores informam. Portanto, não só cumprimos as leis e os Regulamentos aplicáveis em vigor, como a informação nele constante é coerente. Senhor Deputado Hugo Carvalho, também como contabilista porque, de facto, eu vi aqui que o Município da Guarda respondeu diversas vezes a pedidos de informação ao senhor Deputado e também tem lá Consultores. Eu a certa altura já não sabia. Além de ter a marca de Consultor Financeiro nos pedidos que fazia à Câmara Municipal, eu já não sabia bem se estava a responder ao Deputado ou se ao Consultor. Mas a verdade é que eu já lhe disse algumas vezes que poderíamos também, até com os ROC's, esclarecer esta questão. «A informação nele constante é coerente com as informações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.» Isto não é um problema meu, é um problema de conhecimento das regras financeiras. A tal Legislação que está em vigor e a informação que foi aqui passada neste relatório é coerente. Se não for, eu já não perco mais e aí volto à questão da causa perdida, não perco mais tempo com esta matéria porque o senhor Deputado não é mais competente que os nossos Revisores. Com certeza, é igual. E nesse sentido, eu também não vou mais além, nem dou mais para esse peditório. Senhor Deputado Aires Diniz, tenho-lhe a dizer que, globalmente, este resultado negativo tem a ver, fundamentalmente, com a integração dos SMAS. Especificamente, se tiver que distinguir aqui algumas situações contabilísticas que tiveram um efeito mais direto naquilo que é este resultado negativo de 165 mil euros, diria que nos custos operacionais tem a ver com o consumo de água que, antes da integração dos Serviços Municipalizados de Água, o Município pagava a água como um consumidor normal aos Serviços Municipalizados. Neste momento, com a integração, o consumo próprio direto do Município de água funciona como custo. Ou seja, nós, quando regamos um jardim, essa água é um custo que nós imputamos a nós próprios porque somos nós também que cobramos aos fornecedores. E esse teve um impacto forte e em impacto direto fruto desta integração dos SMAS. Mas também, nos custos extraordinários, acaba por também ter aqui reflexo mais direto uma questão que tem a ver com os lotes da Plataforma Logística. Como sabe, os lotes da Plataforma Logística têm um valor contabilístico, e aliás, as Finanças assim também o demonstram, porque se formos e alguma empresa que adquira um lote na PLIE, nós vendemos o metro quadrado a 3.92 mas, verdadeiramente, o valor patrimonial destes lotes, nas Finanças, não é 3.92, é o valor que as Finanças lhe atribuem. E o que acontece é que, mesmo contabilisticamente, os lotes têm um valor superior àquele que efetivamente nós vendemos aos nossos investidores e, por isso, esse desfasamento, e 2018 teve algum impacto naquilo que foram as vendas de lotes de terreno e, nesse sentido, como nós vendemos o lote a 3.92 e o valor que está contabilisticamente aceite é muito superior,

teve também aqui um impacto direto nos custos extraordinários. São estas as notas que eu tinha para lhe transmitir. Deputado Marco Loureiro, não há poeiras para os olhos. Eu acabei de referir. A Certificação Legal, nós assumimos também aqui diretamente esta responsabilidade, pela coerência, pela aplicação das Leis e cumprimento é isso que também os técnicos cumprem e é assim que nós trabalhamos. E depois há a coerência no raciocínio. Ou seja, o número não está lá por acaso. Tem que ter coerência nos pressupostos de avaliação. E isso o Relatório demonstra. E isso eu não aceitarei que me venham dizer que o mesmo é incoerente, que é ilegal, que é falso, que é mentiroso. Isso não é política. Isso não é fazer bem à nossa cidade. Isso não é fazer bem à política que nós queremos que seja credível, de confiança porque é essa imagem que nós temos que passar lá para fora e as pessoas têm que perceber que o trabalho é digno, desde logo dos técnicos, dos políticos e de vocês todos. E quando o trabalho é digno passamos, efetivamente, uma imagem lá para fora de que sabemos fazer e queremos fazer cada vez mais. Isso não é um trabalho só do Executivo, é de todos. O Relatório de impacto dos estudantes do Politécnico nas cidades é importante. Mas não é o único. O senhor disse ali que esse é que é verdadeiramente importante. Não. Há vários relatórios que são importantes. Este também é. Mais, não podemos projetar, como disse aqui o senhor Deputado Agostinho Gonçalves, o futuro, e nós queremos um futuro risonho, se não tivermos finanças públicas equilibradas e sãs. Então, este Relatório que demonstra esse equilíbrio, e é a partir deste equilíbrio que nós temos que projetar o futuro. Porque se andarmos, como o Partido Socialista fez no passado, em permanente remendagem das contas do Município, com orçamentos balofos, em que, verdadeiramente, em termos de execução, de efeito prático para as pessoas, não resultava essa utilidade, meus amigos, senhores Deputados, tenho eu a dizer que esse é o caminho errado. É o caminho do passado que nós sabemos no que deu, que é pagar dívidas com juros elevados e que prejudicam a economia. E os desafios do futuro não se compadecem exatamente com discursos, com atitudes e com ações que apenas querem deitar a Guarda para baixo. E nós evoluímos muito nestes seis anos. Queremos evoluir mais. Não está tudo por fazer. Mas é assim que nós pensamos, levar a Guarda para cima, aumentar a atração, aumentar o investimento e conseguir fazer mais conquistas no futuro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos agora à discussão do ponto 2.3, que é a modernização das infraestruturas do campo de futebol de Vila Cortês... peço desculpa. Eu tenho pressa. Hoje vocês têm que me desculpar. Peço desculpa. Passamos então à votação do ponto 2.2” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2018.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor, quinze votos contra e uma abstenção. -----

**Ponto 2.3 - Modernização de Infraestruturas do Campo de Futebol de Vila Cortês do Mondego - Concessão de Apoio Complementar - discussão e votação.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer fazer a apresentação? Peço desculpa, senhor Presidente... sim, faz favor. Eu não consigo ouvir,

peço desculpa. Eu já vou falar da proposta. Eu deixei propositadamente... pode ser, está bem. Aceito a sugestão. Muito bem. Aquilo que eu tenho para dizer é que sugiro ao Grupo Parlamentar do CDS que faça a entrega da proposta, ela é disponibilizada aos Deputados e, depois, é posta à consideração ou à votação na próxima Assembleia porque nenhum dos Deputados conhece a proposta. Mesmo que eu a leia, eles, com certeza, terão que ter tempo de amadurecimento e de pensar sobre ela e, portanto, parece-me a mim que não faz sentido pôr agora isto à consideração. A sugestão que eu fazia é que fica aqui, mas vocês entregam na próxima Assembleia, ou, entretanto, eu até posso já disponibilizar na Plataforma e, depois, na próxima Assembleia será posta à discussão e votação. Ninguém conhece... é uma proposta de Auditoria, só que tem uma série de considerandos, nenhum de vocês conhece a proposta. Eu posso lê-la, mas duvido que alguém queira votar uma proposta... concordam com a minha sugestão? Então, está decidido. Vamos então, senhor Presidente, peço desculpa. Tem a palavra.” -

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Relativamente a esta proposta, tem a ver com um investimento que a Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego está a fazer no campo do Vila Cortês do Mondego. Entretanto, na execução das obras, foi detetada uma situação que não estava prevista, designadamente um talude que se pensava que era em pedra, mas percebeu-se que era em terra e haveria deslizamento de terra e é necessário fazer aqui uma parede para conter exatamente essa terra. Para isso, há um custo acrescido de mais 32 mil euros, cerca de 32 mil euros, e é isso que, no fundo, pedimos à Assembleia Municipal que, depois de avaliada a proposta, seja a mesa aprovada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” ---

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem. Neste País nunca se fazem estudos geológicos nem topográficos. De maneira que depois acontecem estas desgraças que é, depois do projeto estar feito e estar a ser executado, é preciso gastar mais dinheiro. Isto é uma situação que devemos evitar e, portanto, a minha recomendação é que, nos próximos projetos, haja estudos geológicos, topográficos e assim por diante. E ali o Aragão está a concordar comigo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre este ponto? Eu peço que se mantenham um pouquinho mais calmos, porque, se não, mais tempo demoramos a terminar. Senhor Deputado Hugo de Carvalho, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Boa tarde, novamente. Agradeço que acompanhem a minha intervenção com a projeção, se faz favor. Não poderia deixar de aproveitar a oportunidade e uma vez que estamos a analisar o aumento de um apoio a uma Freguesia, de desenvolver a problemática das Freguesias rurais no nosso Concelho. Por aqui, desde 2013, as Freguesias rurais são vistas como o parente pobre do poder local. Nunca foram valorizadas e afirmadas e pouca atenção viram deste Executivo, à exceção da pouca atenção que o vereador Sérgio Costa pode dar simultaneamente às duas

dezenas de Freguesias. Aqui também os Autarcas das Freguesias rurais têm de andar de mão estendida e a mendigar para que, num horizonte temporal de quatro anos, condiga celebrar um Acordo de Cooperação. Apesar disso, nos últimos seis anos de Assembleias Municipais, nenhum Autarca ousou utilizar este palco para reclamara atribuição de mais meios, sejam financeiros ou de outro tipo. Gostaria de lembrar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, desculpe só interrompê-lo. Isto tem a ver com o ponto?” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Lógico que tem a ver com o ponto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, aguardemos então.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Já lá chegamos, ok?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ok, obrigada.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Muito obrigado. Gostaria de lembrar que os Exmos. Presidentes de Junta das Freguesias rurais sentam-se nesta sala em representação de quem os elegeu e representam 40% dos habitantes do nosso Concelho. Em sentido contrário, bem muitos foram os Concelhos do nosso País que foram exemplares na importância que atribuíram às Freguesias, atribuindo competências e meios únicos para a resolução dos problemas das pessoas, isto porque são as Freguesias que estão mais perto das pessoas e dos problemas e que têm melhores condições do que os Municípios para responder a esses problemas. Esses Municípios atribuíram competências às Freguesias e mais meios financeiros. A atribuição destas competências e de meios financeiros conducentes com as responsabilidades das Freguesias, permitem aos Autarcas, por um lado, efetuar investimentos que promovam a fixação de pessoas e empresas nas suas Freguesias, até porque o problema da quebra demográfica se sente ainda mais nas Freguesias rurais do que na urbana e, por outro lado, promover projetos de interesse público, nomeadamente focalizados na gestão de riscos e salvaguarda das populações e do património classificado das Freguesias. E agora coloca-se a questão. A negação, por parte deste Executivo, desses recursos e desses meios financeiros às Freguesias rurais, não seria impeditivo de vermos, ano após ano, o nosso Concelho a arder? Não seria impeditivo de vermos, em menos de dois meses, as três das poucas indústrias do ramo têxtil, sediadas no nosso Concelho, a fecharem e, como que por coincidência, as três fecharem em Freguesias rurais? Na última Assembleia Municipal trouxe este tema e longe estava eu de imaginar que, passados poucos dias, duas outras empresas estão a anunciar o encerramento. Discordo inteiramente que, como foi dito, que a causa dos encerramentos era a falta das estradas que deveriam ter sido feitas há uma década atrás. Se fosse essa a causa, nunca estas empresas se tinham instalado na Guarda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, vai-me desculpar. Mas o que é que o encerramento tem a ver com o campo do...?” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Quando terminar vai perceber.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Há de ser mesmo, mesmo, mesmo no final. Continue, mas espero bem que...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Obrigado. Voltando à questão dos meios financeiros atribuídos às Freguesias, promovi uma análise envolvendo três fatores. A população existente por Freguesia, os Acordos de Cooperação por Freguesia entre 2013 e 2018 e os Acordos entre 2009 e 2013. Ou seja, analisei os Acordos de Cooperação num horizonte temporal de dez anos e os resultados não poderiam ser mais esclarecedores e surpreendentes. Vejamos. Em 2014, um dos anos em que este Executivo teve a taxa de IMI mais elevada e, por essa via, mais IMI era cobrado nas Freguesias rurais, celebrou dois Acordos de Cooperação que ascenderam a 9 mil, 650 euros. De 2015 a 2018, todas as Freguesias que por alguma razão não concluíssem os trabalhos, teriam que devolver os apoios em função das fases de acabamento. Estranhamente este critério é alterado em 2018 e não só permitem que algumas Freguesias transitem apoios para os anos seguintes, como não obrigam as Freguesias a devolver apoios de projetos inacabados. De 2009 a 2012, em quatro anos, foram celebrados Acordos de Cooperação pelo Executivo PS, num total de 2.4 milhões de euros, que dá uma média anual de 600 mil euros. Relembro que todos estes Acordos foram liquidados no âmbito do PAEL, pelo que, estes valores, foram entregues às Freguesias...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, ou salta...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Eu estou a chegar ao ponto que tem a ver com este Acordo de Cooperação. Tem que deixar terminar a minha intervenção, não é? Por amor de Deus!

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu deixo. Eu ainda não consegui foi perceber a ligação entre os Acordos...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Quando terminar, já vai perceber qual é a relação.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas se lhe deixo terminar, vou chegar ao fim e vou chegar à conclusão que afinal leu aquilo que queria ler e não tinha nada a ver com o ponto...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Deixa-me acabar de fazer a minha intervenção?” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto. Faz favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Muito obrigado. De 2013 a 2018, em seis anos, este Executivo celebrou Acordos de Cooperação num total de 1.4 milhões de euros, que dá uma média anual de 200 mil euros. Três vezes menos meios financeiros que foram atribuídos pelo PS. Dos Acordos celebrados entre 2013 e 2018, 62% foram celebrados entre 2016 e 2017, respetivamente, ano de pré eleições e ano de eleições. Realço que quase 20% dos Acordos de Cooperação celebrados por este Executivo, são para a construção e ampliação de cemitérios e este dado é alarmante e deveria por todos a pensar muito seriamente sobre o que queremos para este Concelho e para o seu futuro. Em 2018 celebrou Acordos de Cooperação com as Freguesias rurais de 281 mil euros, e

deu a instituições sem fins lucrativos 800 mil euros, ou seja, três vezes mais. Para finalizar a análise a esta questão, gostaria de salientar os seguintes aspetos que considero muito relevantes após análise da relação entre os Acordos de Cooperação celebrados por este Executivo por cada Freguesia e o número de habitantes dessa Freguesia. Temos Freguesias que ao longo de seis anos receberam menos de 50 euros por habitante, que são o caso das Freguesias de Maçaínhas e de Gonçalo. Por outro lado, temos Freguesias que, no mesmo período em análise, receberam mais de 500 euros por habitante, que é o caso das Freguesias de Pega e de Vila Cortês do Mondego que receberam, respetivamente, 530 euros e 845 euros por habitante. Temos assim Freguesias que recebem vinte vezes mais valor por habitante que outras. No caso concreto de Vila Cortês do Mondego, com este aumento de dotação para o campo de futebol que agora votamos, irá receber, por cada habitante da sua Freguesia, 950 euros num total de 285 mil euros, em oposição aos 35 euros de Gonçalo e aos 50 euros de Maçaínhas, que representam investimentos, respetivamente, de 42 mil euros e 55 mil euros. Quanto às receitas de IMI destas três Freguesias para o Orçamento do Município em seis anos, Gonçalo contribuiu aproximadamente com 450 mil euros e recebeu 42 mil euros. Maçaínhas contribuiu com aproximadamente 684 mil euros e recebeu 55 mil euros. Vila Cortês do Mondego contribuiu com aproximadamente 186 mil euros e recebeu, ou vai receber, 285 mil euros. Finalizando, frisando o seguinte...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, senhor Presidente Lúcio, por favor... senhor Presidente...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “A Bancada do Partido Socialista... a Bancada do Partido Socialista...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, por favor. Terá oportunidade de falar se quiser.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “A Bancada do Partido Socialista...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Eu estou a terminar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois. É que já ultrapassou o seu tempo, tem mesmo que terminar.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Já me interrompeu três ou quatro vezes!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei. Mas também já ultrapassou num minuto.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “A Bancada do Partido Socialista tem, ao longo deste mandato, frisado a importância das Freguesias rurais no desenvolvimento do Concelho e na fixação de pessoas. Desta forma, consideramos que o investimento nas Freguesias rurais deve ser semelhante ao investimento efetuado na Freguesia urbana, não só porque representam 42% da população do Concelho, como também têm mais proximidade com as populações mais carenciadas, mais idosas, com menos autonomias

e que assumem competências e responsabilidades que vão muito além das suas responsabilidades e competências legais. Não podemos também esquecer a importância das Freguesias na prevenção dos fogos. Relativamente à proposta que votaremos a favor, da mesma forma que votámos a favor do investimento inicial, porém, deixo aqui os seguintes alertas. É notória a discrepância dos apoios dados às diferentes Freguesias. É discutível a relação entre os Acordos e as necessidades prementes das populações. No caso desta Freguesia, o investimento municipal na ordem dos 300 mil euros não é impeditivo do anunciado fecho da principal entidade empregadora da Freguesia. Disponibilizo, para finalizar, o meu email pessoal aos Presidentes de Junta que desejem que lhes faça chegar toda a informação sobre os Acordos de Cooperação e o estudo que elaborei, de forma a perceberem o que vai para as vossas Freguesias e a relação entre os impostos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, tem que terminar, por favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “...que os vossos fregueses pagam e o retorno que o Município lhes dá.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Muito obrigado. Terminei.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu ia dizer outra coisa, mas... quem pretende intervir sobre esta... senhor Presidente de Junta Lúcio, faz favor.”

- **Deputado Lúcio Gonçalves Valente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego (PSD):** “Ora, boa tarde a todos. Senhora Presidente, senhores Secretários, senhores do Executivo, senhor Presidente da Câmara que muito lhe dou os meus parabéns, a partir de hoje que o considero como Presidente de Câmara, todos os Deputados nesta Assembleia, colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral e Funcionários da Câmara Municipal. Eu quero dizer ao senhor Deputado Carvalho, Hugo Carvalho, afinal o senhor confunde o campo de Vila Cortês do Mondego. Que não é campo de Vila Cortês do Mondego, já lho explicaram mais de centenas de vezes. Já o disseram nesta Assembleia, foi dito na comunicação. É o campo do Vale do Mondego. Quantas vezes é preciso explicar que aquilo não é um campo para Vila Cortês do Mondego? É um campo para a Guarda. Inclusivamente para o Vale do Mondego. Sabe quantos atletas tem o Vila Cortês neste momento, senhor Deputado? Cento e um. Dói-vos, é isso? Doí-vos o cotovelo? Tende vergonha, Partido Socialista. Meu Partido! Tenho pena, vergonha de vós. Envergonhais-me.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Hugo, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Muito boa tarde, novamente. Senhor Deputado, eu tenho aqui algumas dúvidas sobre esta intervenção e sobre a passada. Se, na passada, referiu que o Instituto Nacional de Estatística não é válido para as estatísticas que publica, a entidade que é independente e que tem valores credíveis e isentos, eu gostava

de saber com base em que é que fez este estudo, uma vez que não utilizando um Instituto que é a clave nas estatísticas, não estou a perceber, sinceramente. A coerência do estudo também está aqui posta em causa. Peço desculpa, mas tenho que pôr em causa. Segunda questão, falou aqui numa série de Acordos feitos entre 2009 e 2013 e depois comparou com os de agora. Mas há uma coisa que eu não tenho dúvidas, é que os que foram feitos agora foram cumpridos. As regras eram iguais para todas. Foram do conhecimento de todos porque as regras foram aqui definidas claramente. Só não tem Acordo quem não quis. E isto foi dito aqui já em várias Assembleias. Eu juro que todos ouvem bem e, portanto, todos os Presidentes de Junta que quiserem Acordos, de 2013 para a frente, tiveram-nos. Agora, quanto a 2009 a 2013 eu também já ouvi aqui muita publicidade de acordos celebrados, mas não feitos, não pagos, portanto, claro que o rigor do estudo feito, a coerência do mesmo está aqui posta em causa também. Mas como temos aqui os Presidentes de Junta, com certeza que eles poderão, aqui a viva voz, dizer se, de facto, estamos melhor agora ou se estávamos melhor antes. Eu tenho a ideia, mas se calhar tem que me recordar porque eu não sou muito bom com números, mas nas últimas eleições em 2017, foi a votação o que estava a ser feito com as Freguesias agora e o que estava a ser feito antes. Houve uma comparação em que os eleitores puderam votar. Que eu tenha memória, para a Câmara Municipal, não houve uma única Freguesia onde o PSD tivesse perdido. Mas posso estar enganado. E por aqui me fico. E agradecia que os Presidentes de Junta que não têm Acordos ou que se sintam lesados, agora, de viva voz, poderão aqui reivindicar os mesmos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente ao ponto em questão, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente, atendendo que o que nós queremos é que a obra esteja pronta o mais rapidamente possível. Consideramos que é um deslize. Pronto, também não é assim tão grave e queremos acreditar de fundo que foi um lapso, ou pelo menos um erro técnico na altura do projeto. Por isso, no que toca a isso não vimos qualquer problema em aprovar uma situação dessas. Não querendo fugir ao tema, dizer apenas duas situações relativamente às outras Freguesias e aos Acordos, já que aqui foi dito. A mim o que me parece, é ser sempre importante que todas as Freguesias tenham sempre essa possibilidade de ter cada vez mais apoios. Vale do Mondego, Maçaínhas, Vela, Gonçalo, Famalicão da Serra. Temos casas da cultura em Gonçalo e Famalicão da Serra que precisam sistematicamente de atividade e aquela que já têm é preciso dinheiro. Todas as outras. Não querendo discriminar nenhuma. Eu quero é que essas populações e essas Freguesias tenham dinheiro, tenham lá jovens como aqui foi dito. Isso é que é importante. É importante é que haja lá jovens e hajam lá pessoas. E se o Vila Cortês passar a ser, daqui por uns tempos, o único Clube que representa a Guarda, também não me incomoda. Se calhar até me incomoda mais é que alguns Clubes, aqui no meio da Guarda, andem aqui todos às turras uns com os outros e nenhum representa a Guarda. Isso a mim não me incomoda. Distribuir alguns dinheiros por aí na parte desportiva, se calhar incomoda-me, não percebi muito bem para onde esse dinheiro vai.

Mas isso é outra discussão que iremos ter, certamente, num futuro próximo. Por isso, esta matéria, eu acho é que temos que ter um pouco, um bocadinho mais de calma e analisar que realmente e esquecer aí algumas quezílias, que às vezes trazemos ao de cima, e relembrar que o importante é mesmo que as Freguesias não substituam, isto é, o tecido urbano não substitua as Freguesias e sejam as Freguesias a substituir o tecido urbano. Porque se do tecido urbano forem para as Freguesias é sinal que temos um Concelho bastante atrativo e bastante convidativo para que: hoje eu vou a Vila Cortês, hoje eu vou a Maçaínhas, hoje eu vou... escolher, escolher assim um programa e não ficar só aqui no centro. Isso da centralização é sempre bonito estarmos a falar do Estado para connosco, e quando nós depois aqui não a queremos fazer para com as nossas Freguesias, há aqui assim um choque. E nós temos é que partir este choque. Eu parto sempre que possível. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O senhor Deputado Honorato, faz favor.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Famalicão (Independente):** “Boa tarde senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas Presidentes de Junta, senhores Deputados. Só umas notas relativamente à intervenção do Hugo de Carvalho. Não achei de bom tom um certo dividir parra reinar que achei que esteve subjacente à sua intervenção. A última coisa que eu queria, enquanto Autarca, seria refutar um cêntimo sequer que fosse a mais para a Freguesia do lado, ou para a outra da frente ou para a de trás. Por mim, se se justifica um investimento no campo do Vila Cortês do Mondego, que não é só de Vila Cortês, de 30 mil e tal euros, que sejam 40 mil se isso for realmente necessário. E que se justifique também os investimentos que é necessário fazer nas nossas Freguesias. Aqui, estou de acordo consigo quando acho que aquela norma do, e já fiz sentir isso de viva voz junto do Executivo, portanto, não estou aqui a dizer nenhuma novidade, não acho que seja forçoso que fique taxativamente aquela regra do Acordo de Cooperação por mandato. Há necessidades que surgem e que têm que ser resolvidas, que têm que ser equacionadas e que tem que haver uma decisão se se resolvem ou não se resolvem. Medir o investimento em função do retorno do IRS não me parece correto. Isso seria dar razão àquilo que me parece ser também a ideologia do Partido que está no Governo, de dar os financiamentos de acordo com o número de habitantes que lá têm nas regiões e assim o nosso Interior continua desfavorecido porque, coitados de nós, pagamos menos IRS do que Lisboa e o Porto. Relativamente ainda a coisas que aqui foram faladas, de investimentos que foram feitos e que agora não estarão a ser feitos, eu queria recordar aqui algo que Famalicão tem que realmente agradecer ao longo destes últimos anos, incluindo o período antes de 2012, alguns investimentos importantes do Município. A Casa da Cultura de Famalicão, orgulha-nos a todos os famalicenses e a todos aqueles que já lá estiveram, ou que lá quiserem ir. Foi um investimento importante e que se justificava dada a pujança cultural que sempre caracterizou a nossa Freguesia. Eu creio que sempre foi um investimento mais do que merecido. Um outro investimento importante, o caminho agrícola de Famalicão/Valhelhas. Curiosamente foi um projeto que foi aprovado pelo Secretário de

Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, em longínquos anos, noventa e picos, mas que, em cuja execução, eu recordo que houve trabalhos extra a executar quando foi preciso rematar a zona do cemitério e que, na altura, em 2007, a Câmara Municipal da Guarda recebeu a obra mas não pagou ao empreiteiro e que, em função disso, a Junta de Freguesia de Famalicão teve de pagar 23 mil e 500 euros de juros de mora ao empreiteiro porque o PAEL não contemplou esse pagamento. Falo também quando a Câmara deu o aval à candidatura da Banda Filarmónica de Famalicão, à reconstrução da sua sede, que é um edifício pertencente à Freguesia, que está cedido em comodato. A Câmara disse: sim senhor. Mas quando foi preciso dar o dinheiro a Câmara disse: não senhor. E a Junta de Freguesia teve de desembolsar 40 mil euros. Portanto eu, se me perguntam se prefiro as migalhas, se lhe quiserem chamar assim, não querem que sejam, mas se prefiro o pouco que me prometem e que me dão ao muito que me prometiam e não davam e, às vezes ainda tiravam, eu, sinceramente, senhor Deputado, eu prefiro aquilo que me dão agora. E, mais do que tudo, mantenho a minha liberdade de reclamar e de reivindicar cada vez mais para a minha Freguesia. Tanto mais que recentemente tivemos um investimento importantíssimo e que acho que deve ser valorizado e que foi a construção do Quartel dos Bombeiros, a viabilização do Quartel, já que a grande parte da construção foi suportada pelo Estado Português, como sabem. Mas uma grande parte também foi pela Câmara e uma grande parte terá de ser suportada ainda, e está a ser suportada pela comunidade de Famalicão. Portanto...” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Famalicão (Independente):** “Só para terminar, senhora Presidente. Só mais uma nota. É muito... é particularmente sensível para mim a questão dos trabalhadores da Confama. Mas eu quero uma vez mais fazer aqui justiça ao senhor Presidente em exercício que, juntamente com o ex-Presidente, estiveram desde o primeiro momento em sintonia com a Freguesia de Famalicão nos contactos permanentes com o empresário, com outras entidades e, sinceramente, também me custa a admitir o que às vezes há que reconhecer. Quando o próprio empresário vem dizer que se é para estar a dar falsas expectativas aos trabalhadores e daqui a três meses eles estarem outra vez com as mãos viradas para o céu, eu prefiro não avançar, mas vamos dar uma hipótese às possibilidades que estão em cima da mesa e fazer isto. Portanto, também não é verdade que a Câmara não esteja, neste momento, a fazer aquilo que é possível dentro das atribuições, que não é andar um uma sineta a dar dinheiro às empresas. Portanto, creio que uma vez mais aqui também está a ser feito tudo aquilo que é possível. Relativamente à... Pronto, era mesmo só isto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Modernização de Infraestruturas do Campo de Futebol de Vila Cortês do Mondego - Concessão de Apoio Complementar - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Calma. Senhor Lúcio diga, por favor, que eu não percebi. Eu posso, mas a que título? Tem que me dizer a que título. Não, então isso não deixo. Pronto, está dito... está dito senhor Presidente de Junta. Muito obrigada. Quem é que pretende... Declaração de Voto? Sim, faz favor. Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Votámos a favor deste investimento, mas eu gostaria de deixar aqui umas palavras relativamente àquilo que é um episódio que já aconteceu. Esta é a segunda vez em que acontece. Caro Presidente Lúcio, eu percebo perfeitamente que estando aqui em debate algo que lhe diz respeito e que é a sua Freguesia e que defende vivamente, e isso é de saudar, eu percebo que isto lhe possa causar este tipo de reação. Compreendo perfeitamente. Mas veja uma coisa. Aquilo que aqui fizemos e por isso votámos favoravelmente, aquilo que aqui fizemos foi alertar para algo que, se calhar, no futuro, terá outro tipo de episódios. Porque, se calhar, o que aqui hoje o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi revelando e foi dizendo, terá daqui a uns meses, ou terá daqui a um ano, algum tipo de consequências naquilo que são os Acordos de Cooperação. E aquilo que aqui hoje fizemos e aquilo que aqui fez o Deputado Hugo Carvalho, em nome do Grupo do Partido Socialista, é fazer precisamente esse exercício que hoje aqui deixamos. Agora repare, quando nós deixamos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, está a fazer uma Declaração de Voto, não está?” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “A Declaração de Voto relativamente àquilo que é a votação favorável, pese embora a argumentação utilizada para lá chegar. E é essa questão que eu queria deixar esclarecida e, penso eu, mas quem sou eu, melhor do que eu, a senhora Presidente, penso que fará sentido esta Declaração de Voto para isso mesmo. É que estou mesmo a fazer a Declaração de Voto. Explicar o porquê de votarmos favoravelmente e, portanto, aí estamos de acordo que se faça esse investimento, pese embora a argumentação que utilizamos. E aquilo que aqui fizemos foi precisamente isto relativamente aos Acordos de Cooperação porque brevemente haverá algum tipo de novidades quanto a esta situação. E depois veremos se aquilo que aqui estivemos hoje a dizer fará ou não fará sentido. Agora, há outro apelo que eu também lhe faço. Podemos discordar, tudo muito bem. Já estive no Partido Socialista e entendeu, em 2017, que não deveria ir pelo Partido Socialista, é algo que está na sua liberdade, na sua disposição. É livre de continuar a ser socialista e pertencer ao Partido Socialista pese embora tenha ido nas Listas do PSD nesta eleição, ou com o apoio do PSD. Obviamente que essa é a sua visão. Agora dizer-nos aqui que tem vergonha do Partido Socialista? Olhe, eu, há uma coisa que eu tenho a certeza...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai-me desculpar. Mas esses considerandos não são Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Eu volto já à Declaração de Voto...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, é que já ultrapassou o seu tempo e, portanto, já está nos considerandos. A questão política que tem com o senhor Lúcio resolve lá fora. Fora da Assembleia.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Não temos questão política nenhuma. Termina já. Posso terminar? Termina já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Termine, por favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. E, portanto, aquilo que aqui fizemos é fruto de trabalho, de preparação. No futuro terá, obviamente, as suas consequências e os seus frutos. E acho que o trabalho não envergonha ninguém. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Ó senhor Lúcio, desculpe, mas não fala. Senhor Deputado Marco Loureiro tinha-me pedido também Declaração de Voto. Senhor Lúcio, não tem figura Regimental. Não. Desculpe. Acalme-se e sente-se, por favor. Senhor Lúcio, peça-lhe, por favor, sente-se. E os vossos diferendos resolvem fora da Assembleia. Não é o sítio nem o local adequado para isso. O senhor Deputado Marco Loureiro tinha-me pedido Declaração de Voto? Não? O senhor também não? Não. Ok. Muito bem.” -----

#### **Ponto 2.4 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está bem, tem razão. Peço desculpa. Mas primeiro terá que falar o senhor Presidente se assim o entender. Senhor Presidente, relativamente à Informação escrita... muito bem. Então, senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu tenho muita pena de ter que intervir, mas tem que ser, embora compreenda as razões da Dra. Cidália. É assim, eu sou um frequentador da Biblioteca. Não tenho frequentado muito porque aquilo tem estado em obras. Mas, no outro dia, fui para lá e aquilo a certa altura tornou-se inabitável. Havia muito frio. Até a Coordenadora da Biblioteca veio falar comigo. E, portanto, queria perguntar porque é que as obras da Biblioteca estão tão atrasadas e quando é que acabam de fazer as obras. Embora, daqui a um bocadinho, o problema vai ser de excessivo calor, por enquanto é o excessivo frio. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Senhor Presidente, eu já há muito que gostava de ser esclarecido. Realmente, uma situação ou duas já me tinha acontecido mas, ultimamente, está... eu conduzo na cidade, utilizo muito o carro. Se calhar não deveria utilizá-lo tanto, mas utilizo. E, cada vez mais, eu vejo uns remendos esquisitos de paralelos, é pá, que eu não consigo perceber. Agora a moda é: faz-se um buraco, mete-se lá uns paralelos, espera-se porque se diz que aquilo é para ficar mais sólido para depois pôr alcatrão. Eu não sou entendido na matéria,

senhor Presidente. Mas uma coisa é certa, isto não pode ser. Porque é assim, senão, então, no País inteiro, esses problemas a serem sempre resolvidos com o corte e pôr os paralelos, eu não sei... não sei a quem é que vou apresentar a conta dos amortecedores. E cada vez que vou alinhar a carrinha, passados uns meses já está desalinhada porque, realmente, não é um, não é dois, não são três, não são quatro situações destas, nem cinco, nem seis. É cada vez mais. E pode parecer uma coisa que não faz grande sentido e nem sendo grave, mas quem tem carro e quem utiliza e quem lá passa e sente de verdade o que acontece ao carro, certamente percebe que isto é importante ser resolvido o mais rápido possível. Eu recorde, senhor Presidente, que aqui na Avenida Sérgio Costa, ao pé do CDOS, já está há anos... António Sérgio... um dia também pode vir a ter, peço desculpa, um dia também pode vir a ter. Se outros têm, que se calhar nada fizeram para ter o nome, por isso, um dia, aqui o Sérgio Costa poderá, certamente, vir a ter o nome na sua rua. Mas ainda bem que vocês estão atentos, é sinal que sabem onde é que essa situação está. Vocês, é sinal que também sabem. E, por isso, senhor Presidente, resolva-se lá isso porque esta situação por exemplo, já está, para aí, há dois ou três anos. E outras agora é muito recente. Ainda agora, ao pé da rotunda da mão, se é que a podemos chamar da mão, ou do punho, ou como lhe queiramos chamar, ou da porta aberta para entrar ou para sair... ou fechada, ó Aires, pronto. A verdade é que agora, muito recentemente, eu até pensei que iam estar a abrir ali o lancil que era para os habitantes poderem ir logo diretamente para a rotunda, afinal não. Afinal não sei o que é que se lá passou e já está tudo outra vez. Mas já está é com paralelos. Ora bem, gostaria que me tentasse explicar isso e, de uma vez por todas, depois da explicação, também resolver.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Deputado Marco Loureiro. Duas questões muito breves. A primeira, na empreitada está a aquisição de dois... Não. Deputado Aires Diniz. Na empreitada está a aquisição de dois motores de ar condicionado. Isto a importação, por vezes, atrasa e a empresa ainda não colocou lá, mas nós temos incidido porque, de facto, temos noção e temos já nota desse problema. E logo que venha, portanto, está na empreitada, serão instalados e claro que a temperatura melhorará no local. Quanto aos paralelos, o que aconteceu é o seguinte. Cada vez que a gente faz uma abertura de uma rotura, abrimos o alcatrão, e não colocamos logo o alcatrão, à espera de quê? De juntar um conjunto de situações, que depois abrimos o procedimento adequado para uma dimensão e uma quantidade maior de alcatrão. Também não justifica o facto e aí é sempre algo que podemos melhorar. Portanto, vamos, dentro de quinze dias, o mais tardar, o processo está em cima da minha mesa, o vereador Sérgio Costa já mo tinha colocado, vamos dar andamento a este processo para alcatroar todas essas situações que estão pendentes. E isto só ocorre, devia ser num período transitório, exatamente para não estarmos a abrir procedimentos permanentes de alcatrão quando podemos juntar um conjunto de situações e este repavimento com paralelos é uma solução, se calhar, mais imediata e que resolve, no

imediatamente, também o problema. Não tem é que demorar muito tempo, como nalguns casos aconteceu. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu agora iria fazer aqui uma pequena alteração, relativamente à Ordem de Trabalhos que vocês têm, pelo seguinte. Nós temos agora aqui, como ponto último da Ordem de Trabalhos, a eleição de representantes da Assembleia Municipal para a CIM, porque há duas pessoas que saíram, dois suplentes que saíram e precisamos de fazer essa substituição. Mas, nesta eleição, os Presidentes de Junta não votam. Assim sendo, eu iria pôr já à votação as deliberações em minuta e depois faríamos, então, a votação no final. As deliberações são aprovadas? Alguém vota contra? Alguém se abstém? Muito bem. Então, as deliberações estão aprovadas por unanimidade. Eu, antes de permitir que os senhores Presidentes de Junta se ausentem e que passemos à votação, não queria deixar de terminar, deveria fazê-lo no fim, mas uma vez que os senhores Presidentes de Junta poderão ausentar-se, não queria terminar esta Assembleia sem, primeiro, desejar boa Páscoa a todos e felicitar o senhor Presidente pelo exercício das novas funções, uma vez que... se é que as funções são um pouco diferentes daquelas que já exercia até aqui, mas pronto... mas felicita-lo, dizer-lhe que continuará a ter a mesma colaboração e companheirismo da Assembleia Municipal como sempre tivemos até aqui e, portanto, em nada muda a nossa colaboração, a nossa solidariedade e a nossa postura e desejar-lhe as maiores felicidades pessoais e, essencialmente, políticas porque as suas felicidades políticas, serão, seguramente, as nossas e as do concelho. Por isso, fica aqui o meu testemunho nesse sentido. Posto isto... quer dar uma palavrinha antes de passarmos à votação? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Também desejar a todos uma boa Páscoa, na companhia dos familiares e que, depois, a gente possa vir com as forças retemperadas para continuar com este projeto que é nosso e que a todos nos orgulha. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu peço-vos, por favor, que este movimento seja rápido porque nós precisamos de fazer... enquanto os Presidentes de Junta saem, os restantes peço-vos que se mantenham.” -----

#### **Ponto 2.5 - Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu vou dar conhecimento... Eu peço desculpa por esta movimentação mas, para não atrasarmos mais, eu iria dar conhecimento da... senhor Deputado Ricardo Neves, senhor Deputado Aragão, por favor. Eu vou dar conhecimento da lista. O que está em causa é apenas a substituição dos suplentes, quer do Grupo Municipal do PSD, quer do Grupo Municipal do PS. Como sabem, do PSD era o senhor Deputado Mário Sucena que, entretanto, suspendeu e do Grupo Municipal do PS era... ajude-me senhor Secretário, era? Era o José Alberto, exatamente. Então, em substituição desses, para o Grupo Municipal do PSD temos o Tiago José Monteiro Gonçalves e para o Grupo Municipal do PS temos o Agostinho Corte Gonçalves... É o que aqui está. Desculpe. Eu estava a ler ao contrário. Vocês desculpem.

